



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# M MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 35 - Nº 701 - DE 4 A 18 DE NOVEMBRO DE 2023 - R\$ 5,00

**Toda força às manifestações contra  
o massacre do povo palestino e  
pelo fim imediato da guerra do  
Estado sionista à Faixa de Gaza**

**Pela constituição da frente única  
ANTI-IMPERIALISTA!**

**FORA OS ESTADOS UNIDOS E SUA ALIANÇA  
IMPERIALISTA DO ORIENTE MÉDIO!**

**Organizar o movimento de oposição  
revolucionária ao governo burguês de Lula**

**POR UM DIA NACIONAL DE LUTA, EM DEFESA DO  
PROGRAMA DE REIVINDICAÇÃO DOS EXPLORADOS,  
COM PARALISAÇÕES, BLOQUEIOS E MANIFESTAÇÕES**

**Campanha pela readmissão dos metalúrgicos  
da GM e dos METROVIÁRIOS grevistas**

# Estados Unidos são o maior responsável pela carnificina na Faixa de Gaza

*Organizar a frente única anti-imperialista para derrotar o colonialismo sionista*

O massacre do povo palestino marca profundamente a história de implantação do Estado sionista de Israel. Não há como apagar a brutal violência colonialista do mapa da Palestina. Não é possível explicar como se chegou ao ponto de os palestinos se verem prisioneiros na Faixa de Gaza e confinados na Cisjordânia, sem que uma poderosa força econômica e militar os tivesse empurrado para a beira do precipício. Essa força constituída pelo movimento sionista de apropriação do território palestino se encontra no imperialismo e, em particular, nos Estados Unidos.

O sionismo não teria tido vigência e êxito histórico sem que se baseasse no capital financeiro e fosse amparado por duas potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e a Inglaterra. Bem entendido, o êxito histórico diz respeito à imposição de um Estado criado de fora para dentro da Palestina e à derrota das forças opositoras árabes já no início do processo de expropriação territorial. A vigência do sionismo se manifesta na forma de colonialismo imperialista.

A Inglaterra cedeu lugar aos Estados Unidos no controle hegemônico do Oriente Médio. A ONU, finalmente, validou a criação do Estado sionista como resultado da nova partilha do mundo, sob a orientação da aliança vencedora da Segunda Guerra e colaboração da URSS comandada por Stalin e a burocracia contrarrevolucionária. Os cálculos do imperialismo se deveram sobretudo à estratégia norte-americana de subordinar o Oriente Médio - remodelado pelas duas guerras mundiais - à hegemonia dos Estados Unidos. O Estado de Israel se ergueria como um enclave estratégico na região rica em petróleo, necessário à economia mundial que seria reorganizada no pós-guerra e para as diretrizes da “Guerra Fria”, voltadas a liquidar as conquistas do proletariado materializadas na URSS.

A tese dos dois Estados não passou de uma manobra para dar uma explicação ao voto de Stalin contrário à posição dos árabes e, assim, mascarar o conteúdo colonialista da resolução pró-sionismo. Uma vez legalizada a ocupação da Palestina, a responsabilidade de cumprir a meta de dois Estados ficou inteiramente nas mãos dos Estados Unidos e sua aliança imperialista. Desde a vitória sionista na guerra de 1948-1949 contra a resistência dos árabes até a atual carnificina perpetrada pelo Estado sionista de Israel, todos os grandes acontecimentos estão sob a responsabilidade dos Estados Unidos, em última instância.

Certamente, as particularidades que assumiu o colonialismo genocida cabem à oligarquia burguesa judia e ao Estado sionista. Mesmo as particularidades políticas dos governos sionistas têm sua importância. A necessidade de expansionismo territorial, de se confrontar sistematicamente com a resistência dos palestinos, de se impor diante do descontentamento das massas árabes, de responder aos conflitos regionais cada vez mais explosivos, de rechaçar terminantemente a reivindicação de um Estado palestino e de desmoralizar os acordos de paz levaram Israel a ser governada pela fração sionista ultradireitista, de traços fascizantes.

O governo de Netanyahu retrata perfeitamente a síntese histórica do colonialismo sionista e das monstruosas consequên-

cias nacionais e sociais que recaem sobre os palestinos. Retrata também os motivos da incursão do Hamas no dia 7 de outubro e a violência desfechada contra civis. Retrata o método militar de varrer a população da Faixa de Gaza para chegar até os combatentes do Hamas. Retrata a justificativa de que a matança é inevitável porque o Hamas faz da população escudo. E retrata o controle de Israel pela Casa Branca, de sorte que qualquer que seja a variante de seu regime político impera o sionismo e as determinações dos Estados Unidos.

A guerra do Estado sionista contra os palestinos na Faixa de Gaza foi autorizada pelo governo Biden e tem sido sustentada pelas forças do imperialismo, sem as quais a rebelião árabe contra os sionistas já teria posto fim à chacina. A destruição de Gaza, as mortes massivas de crianças, velhos, mulheres e famílias inteiras aumentam a conta da barbárie que os Estados Unidos têm com o Oriente Médio. Não é preciso relatar seus feitos, basta retomar as duas guerras que destruíram o Iraque e sua intervenção na guerra civil da Síria. Nesses dois países, mantêm tropas ocupantes, prontas para defender o Estado sionista.

Biden orientou sua diplomacia a votar contra qualquer resolução na ONU que suspendesse a ofensiva das Forças de Segurança de Israel. Posição que resultou na autorização a Netanyahu a continuar com a matança e com o cerco que impõe sede e fome à população. Agora, quando a invasão por terra tomou corpo, Biden anunciou US\$ 100 milhões de “ajuda humanitária” e pediu à população norte-americana que apoie o pacote de US\$ 100 bilhões de ajuda externa, com destino certo para Israel e Ucrânia. Secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, diz que é hora de “evitar uma catástrofe humana”. O cínico chegou à conclusão: “Nós não temos de escolher entre defender Israel ou ajudar os civis palestinos”. Com a máscara de bom samaritano, o imperialismo procura minimizar a mortandade com a promessa de “evitar uma catástrofe” e se desvincular da matança de milhares de palestinos.

Os Estados Unidos tudo têm feito para prolongar a guerra na Ucrânia, e, neste momento, age para intervir por cima da guerra de Israel na Faixa de Gaza. A bandeira do humanitarismo passa a fazer parte da solução imperialista, desde que o Hamas seja liquidado e os palestinos se sujeitem aos ditames de Israel. Agora, sim, todos os pacifistas e humanitários, que estavam descontentes com o veto de Biden na ONU, passam a ter alguma serventia ao imperialismo.

Contra o genocídio, o colonialismo sionista e o imperialismo, se levanta um gigantesco movimento de massa. Embora sem a direção revolucionária e influenciada por governos burgueses premidos pela situação mundial convulsiva, os protestos em todo o mundo indicam como acabar com a matança na Faixa de Gaza e abrir caminho para a luta por uma Palestina una, regida por uma República Socialista e vinculada à luta histórica do proletariado pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Esse é curso da luta de classe para vencer a barbárie capitalista. Nossa tarefa imediata é pôr em pé a frente única anti-imperialista, sob a direção do proletariado. Expulsar o imperialismo do Oriente Médio e derrotar os sionistas genocidas!

# Crise política

## O que se passa no governo Lula

Desde a vitória eleitoral apertada, ficou visível que o novo governo não teria como dissipar a crise política, que se agravou no último mandato de Dilma Rousseff e que desembocou no golpe institucional (impeachment) em 2016. A transitória ditadura civil de Temer não debelou as dificuldades em equilibrar a governabilidade. Setores da burguesia esperavam que a eleição de Bolsonaro e a escolha do liberal Paulo Guedes para dirigir a economia equacionariam os problemas fundamentais do País e deixariam para trás os acontecimentos que levaram ao afastamento de Rousseff e manteriam o PT afastado do poder.

A prisão de Lula, em meio a uma escandalosa investigação de corrupção pela Operação Lava Jato, foi o ápice do que poderia ser um acomodamento nas relações entre as forças políticas da oligarquia burguesa que comandam, em última instância, o Estado. O governo de Bolsonaro sucumbiu nas condições da crise política, que se emergiu impactada pela mortandade no período da pandemia. O que permitiu ao PT e à burocracia sindical como um todo unido contestar a política da ultradireita. Lula não mais poderia permanecer na prisão.

No seio da burguesia, reacenderam as divisões políticas e a classe média se ressentiu com o fracasso prematuro do bolsonarismo. A movimentação de Bolsonaro, apoiado em uma parcela das Forças Armadas, na cúpula das polícias e, sobretudo, em uma fração da burguesia, no sentido de um golpe de Estado, impulsionou a crise política ao seu ponto mais agudo. A tentativa da ultradireita de contestar o processo eleitoral e as ações dos bolsonaristas contra a resistência que se formou no interior das próprias instituições do Estado, tendo à sua frente o Judiciário, fortaleceram o alinhamento da fração capitalista contrária a apoiar a via do golpe e resultaram em demonstrações para as massas de que a governabilidade se encontrava despedaçada.

A aventura de 8 de janeiro resultou das dificuldades de Bolsonaro e seus militares de conter o movimento golpista em andamento, que concluiu não apenas com a derrota eleitoral, como também com a da via golpista. A posse de Lula, com apoio do Congresso Nacional e do Judiciário, dissolveu uma das tendências anteriores da crise política, mas não a crise política que se manifesta como expressão da decomposição econômica e social do Brasil, como parte da crise estrutural do capitalismo mundial.

A fração burguesa e as camadas mais alta da classe média que gestaram e potenciaram a ultradireita se viram obrigadas a voltar ao leito institucional da política burguesa e se sujeitarem ao ordenamento que passou a ser estabelecido após o desastre da invasão e depredação da Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro. O Supremo Tribunal Federal expediu as primeiras condenações de manifestantes, tornando o processo mais moroso e manhoso, uma vez que passa a envolver militares e empresários. A CPMI do 8 de Janeiro concluiu com uma lista de 61 denunciados, entre eles Bolsonaro, seu ex-ministro da Justiça e os ex-comandantes da Aeronáutica e do Exército. A prisão do tenente-coronel Mauro Cid foi relaxada, mediante um acordo de leniência, de forma a dar tempo ao tempo às investigações que se alongam. Generais claramente implicados, como Braga Neto e Augusto Heleno, vão ter toda folga para se defender, quando distintamente o STF aplicou pena de 17 anos a alguns dos mais afoitos e ignaros

depredadores das dependências da Praça dos Três Poderes. Bolsonaro, seus generais, empresários e politikeiros que armaram toda a conspiração contra a candidatura, a vitória e a posse de Lula se viram na contingência de assistir às investigações, e os bolsonaristas mais radicais refluíram sob a sombra de sua direção incapaz de esboçar uma reação.

***Tudo indica que as primeiras condenações pelo STF e a finalização da CPMI [do 8 de Janeiro] sem transtornos políticos concluíram a etapa da crise mais elevada. Mas, não indica que a crise política entra em uma etapa de amortização e de recuo. Sem que o governo Lula, que assumiu o formato de frente ampla, estanque os grandes desequilíbrios econômico-financeiros, a crise política prosseguirá e caminhará para um ponto de ascensão aguda.***

Tudo indica que as primeiras condenações pelo STF e a finalização da CPMI sem transtornos políticos concluíram a etapa da crise mais elevada. Mas, não indica que a crise política entra em uma etapa de amortização e de recuo. Sem que o governo Lula, que assumiu o formato de frente ampla, estanque os grandes desequilíbrios econômico-financeiros, a crise política prosseguirá e caminhará para um ponto de ascensão aguda.

Está confirmado que o PT e aliados orientam a governabilidade pelo continuísmo. Mantêm as contrarreformas de Temer e Bolsonaro – as reformas trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização – e avançam com a reforma tributária e o Arcabouço Fiscal. Na Câmara dos Deputados, já está em andamento a reforma administrativa, sem que os governistas se mostrem encorajados a reagir, embora digam que não é hora de golpear o funcionalismo.

O Arcabouço Fiscal foi concebido para atender às exigências do capital financeiro e da fila de credores da dívida pública (bancos, fundo de investimentos e fundo da previdência), que teve um crescimento de 6% entre 2021 e 2023, chegando a R\$ 5,951 trilhões. O aumento de R\$ 337,8 bilhões em juros provocou maior déficit fiscal. O Arcabouço Fiscal substituiu o critério do teto fiscal que impunha contenção e corte nos gastos públicos, sem, contudo, deixar de impor um duro contingenciamento. Segundo a previsão do governo Lula, a previsão é que a dívida suba a R\$ 6,4 trilhões, podendo alcançar R\$ 6,8 trilhões.

Para garantir o pagamento dos juros na casa de R\$ 556 bilhões, o ministro Haddad terá de minguar os dispêndios com obras públicas. Se assim ocorrer, o surpreendente crescimento do PIB em 2023 poderá cair em 2024, estancando a redução da taxa de desemprego e assinalando a volta de seu crescimento.

A declaração de Lula de que a previsão do Arcabouço Fiscal de déficit primário zero possivelmente não terá como ser cumprido (gastos superam a arrecadação, sem considerar o empenho do Tesouro com os juros da dívida pública) provocou uma saraivada de críticas do capital financeiro. O problema para o presidente está em que terá de renunciar a seus planos de investimento para sobrar recursos e equilibrar o Orçamento. Embora o mal-estar gerado entre o ministro Haddad - que se viu desautorizado em garantir o déficit zero em 2024 - e Lula tenha sido momentâneo, trouxe de volta uma das grandes travas à economia nacional.

Qualquer que seja a diretriz da política econômica tem de se ajustar à gigantesca dívida pública. O montante de juros estratosféricos e a tendência de alta da dívida em termos absolutos e relativos (em relação ao desempenho do PIB) impossibilitam

uma ampla intervenção do Estado contrária à estagnação e às tendências recessivas há muito presentes como fator predominante no País.

A maior dependência das forças produtivas nacionais à produção de bens primários e de exportação de commodities e a queda dos bens manufaturados desequilibram estruturalmente o funcionamento da economia nacional cada vez mais dependente da exportação de commodities, concentrada pela indústria extrativa e pela agroindústria. Os subsídios se tornaram um peso ao Tesouro combinados com a escalada da dívida pública e com a persistência das altas taxas de juros.

Haddad saiu em defesa da meta do Arcabouço Fiscal reclamando da “erosão tributária”, do “ralo fiscal”. Citou a Lei Complementar de 2017, portanto da ditadura civil de Temer, que facultou a empresários descontarem dos impostos federais benefícios tributários obtidos nos Estados. Assim, os governadores promoveram o deslocamento de capitais para seus estados com tais benefícios e despejaram a conta no Tesouro Nacional. Assim, a “renúncia” fiscal passou de R\$ 39 bilhões para R\$ 200 bilhões em 2023. Essa denúncia do ministro da Economia não faz senão apontar para um dos meios que prolifera o parasitismo financeiro que tem em seu centro a sacrossanta dívida pública.

Lula governou o País por dois mandatos e Dilma Rousseff por um mandato e parte do segundo. Mais do que bastou para constatar que os pseudo-reformistas do PT, desde sempre, se ajoelharam diante do voraz parasitismo sustentado pelo grande capital nacional e internacional. Quando o PT ainda era apenas pretendente ao poder do Estado, criticava a política que se sujeitava ao parasitismo da dívida pública. Abandonou facilmente essa posição, assim que se viu sob as determinações da oligarquia dominante.

O terceiro mandato de Lula não traz nenhuma mudança a respeito da sujeição às forças que impõem as diretrizes governamentais de proteção ao capital financeiro. O problema, agora, está em que mudaram para pior os fatores da crise econômica que dificultam manobras que puderam ser manejadas no passado. As tendências à estagnação e retração das forças produtivas industriais elevam ainda mais o poder do capital parasitário sobre a governabilidade. A “independência” do Banco Central foi uma imposição desse poder. Mesmo com a retração da inflação, a Selic (taxa de juro básica) continua alta, na contramão dos objetivos da política econômica de Lula de administrar o peso da dívida pública sem ter de lançar mão de profundos cortes orçamentários, que recaem duramente sobre as forças produtivas e fatalmente golpeiam os explorados que contam com os sonhos vendidos pelos reformistas. Cumprir o Arcabouço Fiscal à risca como pretende Haddad significa assumir de corpo inteiro a política antinacional e antipopular, que ainda continua mascarada com a falsa perspectiva de dias melhores.

Lula acatou a aspiração de uma fração do grande capital e do imperialismo de assumir a terceira grande reforma que é a tributária. A crise política consignada no governo Bolsonaro deu a feição ao novo governo petista. Lula dependeu, em última instância, de setores capitalistas para sair da prisão, se eleger e tomar posse. Assumiu a presidência diante de um Congresso Nacional e de um Judiciário muito mais fortalecidos do que em seus dois mandatos anteriores. As frentes parlamentares típicas da profunda oligarquização da democracia burguesa e a presença de uma ampla aliança da direita e ultradireita que constitui o centrão determinam o curso da governabilidade ao Executivo. O seu poder começa pelo controle do Orçamento e se estende pela sua utilização para alimentar as relações oligárquicas que se estendem do Congresso Nacional a governadores, e destes a prefeitos.

Lula não consegue dar um passo em suas medidas sem que tenha de fazer concessões ao centrão. A reforma tributária foi confeccionada no ministério da Economia e do Planejamento, mas de fato modelada pelas forças da oligarquia organizada no

centrão. Está claro que o objetivo de tributar as grandes fortunas e diminuir a carga sobre os pequenos e médios fracassou. As massas continuam a sustentar a arrecadação estatal e a arcar com as brutais consequências sociais da dívida pública, bem como de toda sorte de parasitismo financeiro. Nessas condições, mantêm-se a pobreza, a miséria e a fome.

O governo pseudo reformista se mostra incapaz de conter e reverter o processo de destruição de antigas conquistas da classe operária e dos demais trabalhadores. Os explorados se deparam com a proliferação do subemprego e da informalidade. O valor médio da força de trabalho caiu sob os governos de Temer e Bolsonaro e o salário mínimo sofreu uma grande desvalorização.

Próximo de completar um ano de governo, Lula já deu mostras de que suas antigas pretensões de “diminuir as desigualdades” e resolver o problema da fome são meios políticos de enganar os explorados e dar margem para a burocracia sindical amortecer e canalizar os instintos de revolta do proletariado para a política burguesa. Os camponeses pobres arrefeceram ainda mais a sua resistência aos latifundiários no último período dos governos de Temer e Bolsonaro.

Sob o governo Lula, o MST esboçou uma tentativa de retorno das ocupações, mas foi contido por uma imediata contraofensiva da oligarquia agrária. A CPI do MST concluiu sem formalizar a criminalização do movimento camponês, mas na prática significou uma ameaça à existência do MST. O governo Lula respirou aliviado com os resultados. Essa conduta é típica da adaptação do reformismo impotente às pressões dos capitalistas.

Algo semelhante se passou com os indígenas, que se viram diante do Marco Temporal aprovado na Câmara de Deputados. Lula vetou parte em um gesto de colaboração com os latifundiários e agropecuaristas, e um aceno demagógico aos indígenas. Os deputados ainda poderão derrubar o veto presidencial.

A convulsão que atingiu o estado do Rio de Janeiro com a queima de ônibus pelas milícias se refletiu no governo federal. Exigiu-se que Lula desse a mesma atenção que deu no caso semelhante ocorrido na Bahia, cujo estado é governado pelo PT. A adoção da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) vem no sentido de fortalecimento do Estado policial. O reformismo acaba desembocando na mesma política dos governos direitistas e ultradireitistas, que não podem arrefecer a criminalidade nas condições de decomposição do capitalismo.

O conjunto desses acontecimentos é suficiente para se reconhecer o lugar de Lula e do PT de auxiliares da burguesia para descarregar a crise do capitalismo sobre a maioria explorada.

Há que se fazer ainda um balanço de sua política exterior, que merece uma explicação em particular. É imprescindível assinalar o quanto sua política interna de apaziguar os interesses das frações capitalistas está vinculada à dependência da externa. Pode-se dizer que se trata de um fenômeno típico do país semicolonial e exportador de matérias-primas e produtos agrários. A particularidade está em que nas últimas décadas o Brasil se vinculou amplamente à emergência da China. A crise mundial aberta em 2008 potencializou a guerra comercial encabeçada pelos Estados Unidos.

O governo de Dilma Rousseff se deparou com uma drástica mudança nas relações mundiais. Os governos de Temer e Bolsonaro se ressentiram dos embates. Principalmente a gestão de Bolsonaro se viu emaranhada nas divisões norte-americanas. Sua subordinação às diretrizes de Trump (republicano) resultou em crise interna no Brasil. Lula volta ao poder expressando uma mudança de alinhamento, identificando-se com Biden (democratas). Não pôde dar solidez a essa virada, uma vez que a guerra comercial montada por Trump contra a projeção mundial da China teve continuidade na administração de Biden. O Brasil não pode prescindir de suas relações comerciais com a China, como pretendeu Bolsonaro.

A guerra na Ucrânia exacerbou a crise mundial, empurrando-a para um patamar mais elevado após a Segunda Guerra. O governo de Lula, assim, se deparou com uma divisão entre poderosas forças econômicas. E desde então vem procurando se equilibrar nas condições de um embate cada vez mais potente. Sobreveio a guerra do Estado sionista de Israel contra os palestinos da Faixa de Gaza. Ao envolver o Oriente Médio, ampliou-se o marco da crise mundial com o avanço das dissensões entre os Estados Unidos e sua aliança imperialista com a China e Rússia.

A forma do governo Lula se localizar na confrontação é a de comparecer como um agente da paz, pairando sobre os interesses capitalistas que têm potenciado a guerra comercial e a escada bélica. Sem precisar definir, por enquanto, um alinhamento, o governo de frente ampla evita choques internos. Não se sabe ainda até que ponto manterá essa margem de manobra. Mas se sabe que crescem as pressões do Estados Unidos por uma definição em pontos fundamentais, como condenar a Rússia e o Hamas, de maneira a se afastar das posições da China e da Rússia.

O fato de a maioria dos países semicoloniais continuarem oscilando entre os polos em choque facilita a manutenção da política exterior o Brasil, que é de não alinhamento e de alguma equidistância que lhe permite aparecer como neutro. A burguesia em geral tem consentido, considerando os interesses econômicos. O pacifismo dos reformistas, no entanto, acaba servindo à escalada militar do imperialismo. É o que tem demonstrado o governo de Lula e as divergências no interior do PT e aliados.

Tal política serve à burocracia sindical, que trabalha contra a elevação da consciência política do proletariado e sua unidade internacional contra a opressão de classe e a opressão nacional. A

força da burocracia nos sindicatos emana de sua subordinação à política burguesa reformista e pacifista, completamente oposta à luta de classes e ao internacionalismo proletário.

As greves do Metrô, CPTM e Sabesp, dos estudantes da USP, que chegou a arrastar funcionários e professores, a greve nas três unidades da GM no estado de São Paulo e a greve dos terceirizados da UFRN, bem como os protestos dos indígenas contra o Marco Temporal, expõem as tendências de luta mais profundas das massas exploradas. O obstáculo à sua unidade e desenvolvimento se encontra não na falta de disposição de luta por um programa próprio, mas na política estatizante, burguesa, das direções burocráticas e traidoras.

É certo que anos de retrocesso na organização independente da classe operária resultaram em dispersão das massas e em ausência de impulso classista na formação de uma vanguarda revolucionária dirigente das lutas. Esse fator desfavorável à organização independente dos explorados não deve ser confundido como se fosse ausência de disposição de luta. Nos marcos de aprofundamento da crise política, as massas forçarão passagem para se defenderem da barbárie que progride sem cessar.

A bandeira de oposição revolucionária ao governo burguês de Lula está semeada no terreno fértil. A propaganda e a agitação do programa de reivindicações dos explorados e o destaque das reivindicações mais sentidas pelas massas e que as une são a condição para enfrentar com os métodos próprios do proletariado as violentas manifestações da crise estrutural do capitalismo que recaem sobre a maioria oprimida, bem como o conseqüente agravamento da crise política.

## **Tarcísio tem pressa em aprovar a privatização da Sabesp**

*Barrar essa ofensiva, por meio dos métodos próprios dos trabalhadores*

Logo após a greve unificada de 3 de outubro, envolvendo o Metrô, Sabesp e CPTM, que paralisou a cidade de São Paulo, o governador ultradireitista utilizou o desmonte do movimento para encaminhar o Projeto de privatização da Sabesp para a Assembleia Legislativa, o que ocorreu no dia 17. Essa decisão veio depois da suspensão da greve e da dificuldade de erguer um movimento mais poderoso.

A tentativa de retomar a movimentação dos trabalhadores com a convocação do ato no dia 9 fracassou. O plebiscito foi pouco a pouco perdendo força. A ação implementada pelo sindicato dos metroviários, diante da imposição das advertências aos trabalhadores que estiveram à frente da greve, que levou à paralisação por duas horas de algumas linhas no dia 12, não se generalizou. A direção do Metrô diante da situação caótica que provocou a paralisação, suspendeu as advertências e se colocou por “negociar” com o sindicato. Mas tudo não passou de encenação. Assim, no dia 24, vieram as demissões por justa causa de 8 lideranças do movimento.

O problema está em como recuperar a disposição de luta dos trabalhadores, que protagonizaram a greve unificada contra as privatizações, e, agora, pela readmissão dos demitidos. A dificuldade está em realizar a greve unificada. Até o momento, as assembleias têm sido por sindicato. As direções sindicais aprovaram uma paralisação unificada contra a reforma administrativa, as privatizações e as demissões no dia 28 de novembro, envolvendo os servidores públicos e, em particular, a educação (Apeoesp).

Essas dificuldades em responder prontamente aos ataques, acabaram forçando o bolsonarista Tarcísio a apressar o

plano de privatização. Foi o que aconteceu no dia 17, com o projeto de lei da venda da Sabesp. Trata-se da autorização da venda do controle da estatal, hoje 50,3%, ou seja, o estado deixaria de ser o sócio majoritário vendendo suas ações. Lembremos que a Sabesp já está semiprivatizada. Tarcísio quer desfazer o que resta da estatal, que é uma das maiores empresas de saneamento do mundo, criada em 1973, responsável pelo fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto do estado de São Paulo.

Como a empresa é altamente lucrativa, os compradores das ações do estado esperam aumentar seus fabulosos lucros. Para atingir esse objetivo, só há três formas: aumentar as tarifas, reduzir a quantidade de famílias que contam com o benefício da tarifa social e demitir parte dos 12 mil trabalhadores. Essa foi a fórmula empregada em todos os casos de privatização dos serviços de água.

Os partidos contrários à privatização, entre eles o PT e aliados, em vez de utilizarem todos os recursos para ampliar a campanha de denúncia contra o plano de Tarcísio, usam a velha tática de “obstrução” das seções na Assembleia Legislativa. Ao mesmo tempo, entregam à Justiça os pedidos de cancelamento do projeto entreguista. Essa via é a da derrota.

Só será possível impor a derrota ao plano de privatizações de Tarcísio se as centrais, sindicatos e movimentos se colocarem por organizar grandes manifestações de rua e retomar a greve. Esperar alguma medida favorável vinda da Assembleia Legislativa significa aceitar a derrota sem ter usado todos os métodos de luta dos trabalhadores.

# A classe operária e demais trabalhadores cariocas vivenciam a pior semana de violência em anos



Nos últimos anos, o Rio de Janeiro tem vivenciado uma escalada da violência na capital, marcada por constantes crises na segurança pública. Nesse contexto, o aumento das áreas dominadas por milícias tem se mostrado um dos principais fatores que ameaçam a vida da classe operária e demais explorados do Rio de Janeiro, concentrados principalmente na região da Zona Oeste, região historicamente dominada pela milícia e reduto de ex-policiais militares aposentados.

No último dia 23 de outubro, a milícia deu uma demonstração de força ao incendiar mais de 35 ônibus e um trem, após a morte de um braço direito do miliciano que domina boa parte da ZO. Na esteira desses acontecimentos, o conflito com milicianos e o poder público também está por trás do assassinato sumário dos três médicos na Barra da Tijuca no começo do mês, onde um deles fora confundido com um miliciano e assassinado por traficantes e uma facção rival.

Em meio a esse barril de pólvora, algumas áreas controladas pela milícia não estão sendo investigadas, tampouco sofrendo com operações constantes como as vistas na Zona Oeste nos últimos dias. O Complexo da Maré, por exemplo, é uma região disputada por duas das maiores facções do Rio de Janeiro tendo sido palco

de ações constantes nos últimos dias, contando inclusive com a presença da Força Nacional autorizada pelo Ministro Flávio Dino. Tem sido dias de terror para os moradores da Maré que vivem em áreas dominadas pelo tráfico, onde casos de violência contra civis estão sendo constantemente denunciados pelos moradores.

Porém, em áreas do Complexo da Maré dominadas pela milícia, a calma reina como é o caso das favelas Roquete Pinto e Piscinão de Ramos. O que essa colcha de retalhos da segurança pública do Rio de Janeiro tem a dizer? Primeiro, que as principais facções criminosas e milicianas da cidade estão divididas, e isso se reflete diretamente nas ações do Estado contra esses grupos. Segundo, que a população não pode esperar que o Estado burguês dê respostas aos problemas da violência na cidade, mesmo com as falas de teor mais combatente que o governador Cláudio Castro tem feito contra os grupos criminosos. Sua ação sobre certas regiões e falta de ação sobre outras expõem, em parte, seus interesses.

Como é sabido, há tempo se constituiu uma fração da burguesia narcotraficante e uma outra parcela que possui estreitos laços com a milícia. É por esse motivo que a classe operária e maioria oprimida não podem contar com as mãos do Estado para protegê-los. A segurança pública serve tão somente aos interesses da burguesia e da alta classe média. A resposta operária está em lutar contra o capitalismo em decomposição, de forma a superar a barbárie social.

Pesa sobre toda essa situação a crise de direção revolucionária do proletariado, que com suas direções atuais, reformistas, conciliadoras, tem sido incapaz de dar uma resposta de classe ao problema. O ponto de partida para superar essa situação dramática é formar no interior dos sindicatos e movimentos populares uma fração classista e revolucionária, que vai travar o combate para colocar o movimento de pé e sair da passividade, através de uma plataforma de reivindicações que una as massas exploradas. A defesa do emprego para todos, redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, aumento geral dos salários, com reajuste automático de acordo com a alta do custo de vida etc., são algumas das reivindicações que devem fazer parte dessa plataforma.

## Seca recorde no Amazonas é o reflexo da barbárie capitalista

Nos últimos meses, a seca tem assolado a maioria dos municípios do estado do Amazonas. Dos 62 municípios do Estado, 55 estão em emergência devido à baixa dos rios que dificulta o transporte de mercadorias e acarreta a elevação de seus preços. Em se tratando da questão ambiental, as queimadas avançam sem controle o que faz agravar as condições do clima seco na região e coloca em risco casas de madeira que se encontram nas regiões periféricas das cidades, além de afetar diretamente a saúde respiratória dos habitantes.

Sobre a biodiversidade local, a preocupação também é grande. O alto índice de mortalidade de peixes e mamíferos aquáticos na região do lago Tefé se mostra anormal para os padrões dos últimos anos. Tamaña mortalidade fez com que várias instituições mobilizassem esforços para salvar os animais que aparecem enalhados todos os dias nas praias fluviais.

Aqueles que mais sofrem com a grande estiagem, porém, são as comunidades ribeirinhas e indígenas que se encontram ao longo

dos rios. Com a impossibilidade de navegação e alta do preço dos alimentos, muitas comunidades têm ficado sem comida e tendo dificuldade de encontrar água potável em meio às poças de lamas que outrora foram os rios da região. Tamanho desgaste evidencia o caráter de classe que tem os efeitos da seca.

O pensamento ecológico burguês vai colocar o avanço da degradação ambiental na região amazônica como fruto de ações individuais, cuja resposta imediata seria a punição desses indivíduos e a resposta de longo prazo estaria nas reformas do sistema de produção capitalista, para o tornar menos poluente ao meio ambiente. O esvaziamento do caráter de classe desse discurso exige de responsabilidade os reais causadores da devastação ambiental que são os capitalistas.

Enquanto reflexo da anarquia produtiva que o sistema capitalista impõe e a subjugação das forças da natureza pela classe dominante, é impossível frear os avanços da degradação ambiental sem um processo de transformação histórica que supere

a sociedade de classes e abra espaço para um modo de produção que realmente compreenda as forças da natureza a seu favor, sem saqueá-las em função da anarquia da produção, de forma a superar a alienação das relações sociais diante da natureza. Esse objetivo é parte do programa da revolução social e da construção do socialismo em nível mundial.

Assim sendo, as respostas à seca amazônica só podem ser assumidas pela classe operária em aliança com a classe camponesa, e, neste caso particular, com os ribeirinhos e indígenas. Respostas que coloquem em destaque as necessidades imediatas das populações ribeirinhas do campo e das cidades e assinalem o horizonte de lutas pela superação da sociedade de classes.



Boletim Nossa Classe

Campanhas do POR

Partido 



**NOSSA CLASSE**  
Pela organização independente dos trabalhadores!  
Sob o programa da revolução proletária!

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

**Ano XIX - Outubro de 2023**

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



## Boletins Nossa Classe – Extraordinários GM

### Greve na General Motors

Os militantes do Partido Operário Revolucionário estiverem presentes nas assembleias de greve da GM de São Caetano do Sul. Até o momento, foram distribuídos dois Boletins Nossa Classe, que expõem a situação do movimento grevista e a posição diante

das demissões de 1045 metalúrgicos da GM: 840 em São José dos Campos, 300 em São Caetano e 105 em Mogi das Cruzes.

Publicamos esses dois Boletins. O primeiro, na assembleia de greve do dia 30; o segundo, no início da greve, dia 23.

## Boletim Extraordinário GM - Política Operária

### A greve da GM se encontra em momento decisivo

#### Ou vamos para a mobilização unitária, ou a greve passiva

#### acabará em um acordo de demissão

A nossa greve contra as demissões realizadas pela GM de São Caetano do Sul, Mogi das Cruzes e São José dos Campos foi parar na mão da Justiça do Trabalho. Aí mora o perigo. O jogo nesse campo favorece inteiramente a GM. As direções sindicais da greve estão apostando em um acordo que resultará em demissões.

A posição de que existem “reiteradas decisões judiciais que consideram que as demissões coletivas devem ser negociadas com o sindicato” indica que nossa greve corre perigo, se não romper o cordão de passividade que está nos sufocando.

Não basta manter as três unidades da GM paralisadas e realizar assembleias para somente ouvir discursos da direção de que está havendo negociação na Justiça do Trabalho. E que os sindicatos estão conversando com o Ministro do Trabalho de Lula e o prefeito de São Caetano. O problema não está em exigir dos governantes que interfiram na decisão da GM para revogar as demissões. O problema está em acreditar que o ministro e o prefeito vão de fato estar do lado dos grevistas. O problema está, portanto, na greve passiva que espera do Ministério do Trabalho e dos governantes uma solução favorável à nossa greve.

A greve ativa é aquela que realiza manifestações de rua, que protesta nas portas das fábricas exigindo o apoio dos demais sindicatos e das centrais e que se prepara para ocupar a fábrica

em defesa dos empregos. Nada disso tem sido feito. E assim passivamente ficamos esperando o resultado das negociações na Justiça do Trabalho e a falsa bondade dos governantes.

*O Boletim Nossa Classe tem feito a campanha pela greve ativa e combativa. Tem chamado os operários de outras fábricas a apoiarem a greve na GM. Agora, vem diante dos grevistas alertar para o perigo de nossa greve ser colocada nas mãos da Justiça do Trabalho, que é patronal. Ao contrário, a greve tem de continuar em nossas mãos e aumentar sua capacidade de mobilização e luta. Temos de afirmar: 1) que não queremos um acordo de demissão, mas sim a revogação de todas as demissões; 2) que os demitidos não sejam separados na assembleia dos companheiros que não foram demitidos, como vem acontecendo em São Caetano; 3) que a assembleia aprove um plano de mobilização para acabar com a passividade da greve; 4) que diante da inflexibilidade da GM, organizar a ocupação das fábricas e partir para a mobilização nos corredores fabris para que a classe operária como um todo venha ao nosso socorro; 5) temos de denunciar o apoio apenas em palavras das centrais sindicais, da Federação dos Sindicatos Metalúrgicos da CUT e da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo e exigir que mobilizem de fato os sindicatos para defender a greve.*

## Emprego não se negocia, se defende com luta

Na audiência, durante a Mediação Coletiva do Trabalho, realizada no dia 27, a GM manteve seu objetivo de demitir cerca de 1200 metalúrgicos. Novas negociações virão, para que a Justiça do Trabalho decida sobre as demissões e nossa greve. Estamos cansados de ver essa novela, que no final das contas acaba em demissão mediante algumas migalhas que serão concedidas pelo patronato. As direções sindicais mantêm a greve em banho-maria e levam as assembleias a aguardarem o acordo que favorecerá a empresa.

Nós operários demitidos e não demitidos temos de nos manter unidos e em greve sob a bandeira de “Emprego não se negocia, se defende com luta”.

*O Boletim Nossa Classe nunca abriu mão da defesa dos postos de trabalho, dos empregos e dos salários. Isso porque aí está a fonte de existência do trabalhador e de sua família. Eis por que nunca deixou de lutar com a bandeira de Emprego não se negocia, se defende com luta.*



## Nada de assembleia dividida entre demitidos e não demitidos

A direção do sindicato de São Caetano mantém os grevistas separados na assembleia. Os demitidos ficam fora da fábrica e os não demitidos no pátio da fábrica. Essa divisão mostra que a direção sindical aceita a imposição da GM. Incentiva os não demitidos permanecerem na passividade e os demitidos já se sentem desligados de seus companheiros de trabalho.

Os operários que não foram demitidos são fundamentais para a luta contra as demissões. Sem uma grande unidade entre demitidos e não demitidos, não há como derrotar o patronato. Mais

ainda: os operários em greve devem se mobilizar para que os demais trabalhadores se solidarizem e exijam dos seus sindicatos que levantem a bandeira contra o desemprego e que se coloque pela reivindicação de redução da jornada sem reduzir os salários.

*O Boletim Nossa Classe defende que se realize assembleias na GM de São Caetano com todos os operários juntos e firmemente unidos sob a reivindicação de cancelamento imediato de todas as demissões. Vamos, companheiros, fortalecer a bandeira de Emprego não se negocia, se defende com luta.*

## Chamado do Boletim Nossa Classe aos sindicatos e centrais

As 1200 demissões na GM são parte da destruição de postos de trabalho, que vem crescendo há muito tempo. É necessário lembrar a onda de fechamento de fábrica e de demissões durante a pandemia. O fechamento da Ford sem que houvesse luta do Sindicato Metalúrgico pelos empregos mostrou que as direções sindicais submetidas aos capitalistas já não lutam pelos empregos. Isso para ficar apenas no caso escandaloso do fechamento da Ford.

Os operários estão cada vez mais descontentes com os sindicatos, mas a culpa não é dos sindicatos, mas sim das direções que se apelegaram. Os inúmeros acordos de layoff, banco de horas e PDVs somente serviram às demissões e à proteção do lucro dos capitalistas. Mais uma vez, agora, com as demissões na GM, as direções recorrem ao acordo de layoff, que de forma alguma protege os trabalhadores diante das demissões. O layoff é o caminho que as grandes empresas apresentam para realizar o plano de demissão.

*O Boletim Nossa Classe sempre lutou contra os acordos de flexibilização capitalista do trabalho, que consiste nos layoff, banco de horas, PDV e outros. Sempre alertou os trabalhadores de que esses acordos são a forma das direções de nossos sindicatos abrirem mão da luta pelos empregos e pela redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários. A greve da GM está mais uma vez nos mostrando que a luta pelos empregos é a luta pela sobrevivência de milhões de trabalhadores e suas famílias, que são empurrados para o subemprego, a informalidade e, assim, para a pobreza e a miséria. O Boletim Nossa classe aos sindicatos e centrais para saiam em defesa da greve da GM, abandonem os acordos de flexibilização capitalista do trabalho e unifiquem empregados e desempregados em torno à redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários, para que todos tenham emprego.*

## Todo apoio à luta dos metroviários contra as demissões

O governador Tarcísio demitiu as lideranças da greve, que exigiu o fim das privatizações do Metrô, Sabesp e CPTM. É preciso que as assembleias da greve da GM se coloquem pela reintegração imediata dos companheiros demitidos. E que se coloquem pelo fim das

privatizações, terceirizações e pela defesa dos serviços públicos.

*O Boletim Nossa Classe faz campanha pela reintegração dos companheiros demitidos e pela volta da greve unificada dos três setores, para derrotar o plano privatista de Tarcísio.*

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.  
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



## **Todo apoio ao povo palestino contra o massacre do Estado sionista sobre a Faixa de Gaza**

**Que os sindicatos e centrais convoquem uma grande manifestação e marcha pelo fim do massacre e da invasão das forças de Israel na Faixa de Gaza**

*Constituir uma frente única anti-imperialista*

A classe operária e os demais trabalhadores têm o dever de lutar do lado dos palestinos oprimidos e contra o poderoso Estado sionista de Israel opressor. Pelo imediato fim dos ataques e da invasão à Faixa de Gaza! Pelo direito de autodeterminação do povo palestino! Pela união dos trabalhadores no mundo inteiro para derrotar a burguesia sionista, os Estados Unidos e a aliança imperialista que colonizam e massacram os palestinos!

São Paulo - Assembleia de greve do dia 23 de outubro

## **Toda força à greve na General Motors**

**Pela readmissão imediata de todos os trabalhadores!**

**Que todos os sindicatos e centrais apoiem imediatamente a greve!**

**Unir a classe operária em um só movimento contra as demissões e pelos empregos!**

*Aos operários da GM e a todos os trabalhadores*

O Boletim Nossa Classe está presente na luta dos metalúrgicos da GM de São José dos Campos, São Caetano do Sul e Mogi das Cruzes. É preciso que os demais sindicatos e centrais sindicais apoiem firmemente a greve contra as demissões.

O Boletim Nossa Classe está em campanha pelo fim das demissões e readmissão de todos os demitidos. A greve contra a multinacional e em defesa dos postos de trabalho tem uma importância de vida ou morte para a classe operária. Está mostrando que os acordos de lay-off, banco de horas e PDV assinados pelas direções sindicais, como no caso da Volkswagen, Mercedes e da própria GM é uma desgraça para os trabalhadores. São acordos que se voltam contra os empregos e os salários.

O Boletim Nossa Classe sempre se opôs, denunciou esses acordos e defendeu a organização da greve. Defendemos que “emprego não se negocia, se defende com luta, com a greve, a ocupação de fábrica e o controle operário da produção” Sempre mostramos que, findado o lay-off, vêm as demissões. Os PDVs são um recurso usado pelos patrões para demitir, sem que os trabalhadores lutem pelos empregos. As direções sindicais têm assinado esses acordos de flexibilização capitalista do trabalho, como se fossem bons para os que ficam no emprego e fecham os olhos para os que são demitidos.

**Pelo fim dos acordos que sacrificam os empregos e salários**

Os acordos de lay-off, banco de horas e PDVs fazem com que a classe operária aceite que seus sindicatos cortem na própria carne dos trabalhadores assalariados. Essa é uma forma do patronato dividir a classe operária, evitar a luta grevista e dar à direção dos sindicatos um argumento de que somente existe essa via diante das demissões.

Os acordos de flexibilização capitalista do trabalho vêm há muito tempo enfraquecendo o movimento operário. Nesse exato momento, a Volkswagen também está retomando as demissões. E a direção do sindicato continua jogando com os acordos de flexibilização capitalista do trabalho. A direção do Sindicato Metalúrgico

do ABC se tornou especialista em assinar acordos de lay-off, banco de horas e PDV. Assim, o número de postos de trabalho tem sido reduzido e milhares de metalúrgicos vêm perdendo seus empregos anos fio.

**Firmeza na greve e nas manifestações coletivas para vencer**

As direções dos sindicatos que respondem pelos metalúrgicos da GM também arcam com muita responsabilidade. É preciso, agora, ser firmes na organização da greve e na unidade até a vitória. Não devemos aceitar o corpo mole. Nada de orientar os grevistas para ficarem em casa. É preciso organizar manifestações todos os dias e convocar os demais sindicatos a mobilizarem as suas bases. A luta pelos empregos e salários é de toda a classe operária.

O que estamos vendo agora, com os telegramas enviados pela montadora anunciando as demissões, é que a GM está certa de que os sindicatos vão fazer da greve uma interrupção do trabalho sem luta. Companheiros em lay-off, companheiras gestantes e outros com lesões provocadas pelo trabalho receberam a carta. Nem mesmo o acordo assinado pelo sindicato de que não haveria demissão enquanto estivesse em vigência foi respeitado.

**A GM lucra com a brutal exploração dos operários em todo o mundo**

Conhecemos muito bem a justificativa dos capitalistas de que é preciso adaptar a produção às condições de mercado e às novas tecnologias. A lei econômica da exploração do trabalho é que o lucro está acima dos empregos e da vida dos trabalhadores. Ao contrário, para a classe operária o emprego e o salário estão acima de tudo.

A GM é uma poderosa multinacional. Vende seus veículos em todo o mundo. A informação é que atingiu um lucro líquido de R\$ 12,94 bilhões, corresponde em dólares a US\$ 2,57 bilhões. Isso somente no segundo trimestre de 2023.

Nos Estados Unidos, os trabalhadores da GM estão em greve pelos salários, contra o pagamento de salários menores aos novos contratados e por direitos trabalhistas. No Brasil, também vem atacando os empregos e salários, aproveitando a terceirização e a brutal reforma trabalhista do ex-presidente Temer, que está sendo mantida por Lula.

Um outro argumento da GM para justificar as demissões é que está sendo prejudicada pela concorrente Tesla, porque os operários não são sindicalizados e que, por isso, a Tesla não tem de arcar com acordos desfavoráveis à concorrência no mercado automobilístico. Essa infame justificativa joga a responsabilidade nos próprios trabalhadores que não se sindicalizam e, portanto, não defendem seus interesses de assalariados.

## Acima de tudo está a defesa da força de trabalho

A concorrência é um problema dos capitalistas. Assim, funciona o capitalismo. A classe operária não tem nada a ver com a disputa de mercado entre as empresas. A classe operária é que produz todas as mercadorias, de aviões a agulhas. Entrega aos capitalistas sua força de trabalho para ser explorada por um salário que mal dá para a sobrevivência. O emprego é a única fonte de ganho para se manter como força de trabalho e de existência para a sua família.

É por isso que a classe operária tem de se unir em todo o país e no mundo em defesa dos empregos, salários e direitos. As di-

reções sindicais que não unem os trabalhadores em defesa desse programa básico acabam colocando os sindicatos a serviço dos capitalistas. A greve da GM, como os companheiros podem ver, tem enorme importância para os metalúrgicos e para toda a classe operária. A sua vitória vai ajudar a luta de todos os trabalhadores que vêm arcando com a crise do capitalismo e com as medidas antioperárias dos governos, como as contrarreformas trabalhista, previdenciária e a terceirização.

## A defesa dos empregos é parte da luta contra a pobreza e a miséria

A pobreza, a miséria e a fome se tornaram, há muito tempo, insuportáveis. São consequências da exploração capitalista do trabalho. A falta de luta da classe operária favorece o avanço do desemprego, do subemprego, da informalidade, da terceirização, e, assim, crescem a pobreza, a miséria e a fome. A greve unificada na GM de São José dos Campos, São Caetano do Sul e Mogi das Cruzes deve ser apoiada e defendida por todos os trabalhadores e seus sindicatos.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores e seus sindicatos a exigirem o fim das demissões, readmissão de todos demitidos, fim da terceirização, trabalho igual salário igual, redução a jornada de trabalho sem reduzir os salários e controle operário da produção e eliminação dos acordos de lay-off, banco de horas e PDVs. Toda força à greve da General Motors!

# Relatos dos companheiros que estiveram nas assembleias da GM com o Boletim Nossa Classe

## Assembleia de 24 de outubro

A burocracia do sindicato não realiza a assembleia unificada. Faz uma na parte da manhã e outra no turno da tarde. Também divide os demitidos dos não-demitidos. A assembleia da manhã contou com o presidente do Sindicato Metalúrgico do ABC, Moisés Selerges, que criticou em palavras que a GM recebeu incentivos fiscais e mesmo assim lança o plano de demissão, que não deveria colocar vários seguranças e que fará uma reunião com a diretoria do sindicato para discutir a solidariedade à greve para reverter as demissões. O presidente do sindicato metalúrgico de São Caetano, Cidão, lamentou o fato da GM mandar telegrama comunicando a demissão sem antes conversar com o sindicato. Disse que em negociações passadas sempre teve responsabilidade de evitar prejuízos tanto para os trabalhadores como para a empresa. Exemplificou dizendo que até redução do valor da água conseguiu para que a GM não perdesse seus lucros e não demitisse. Agora, a GM não quer negociar com o sindicato. Depois dos discursos, encaminhou a votação de continuidade da greve. No turno da tarde, o Cidão narrou que ligou para o Ministro do Trabalho e que o ministro perguntou, Cidão, o que você quer que eu faça? E que respondeu para que fizesse um decreto cancelando as demissões, mas de pronto o Ministro disse “não dá”. Informou também que enviou carta ao Presidente da República e os prefeitos, pedindo uma reunião para forçar a empresa a abrir uma negociação. Encerrada a assembleia, repetiu o mesmo gesto: “vamos para a casa, a gente continua à procura de uma solução e amanhã novamente voltamos no mesmo horário.

Os militantes do Boletim Nossa Classe conversaram com alguns grevistas. Havia uma indignação pelo fato da empresa demitir por telegrama e proibir a entrada na fábrica. “É um absurdo demitir por telegrama, não permitir a entrada sequer para que a

gente possa se despedir dos amigos, pegar as coisas no armário, total desrespeito”.

No dia seguinte, houve nova assembleia. Agora mais rápida, se limitando a informes sobre o encontro com o prefeito de São Caetano. Como não há democracia, só fala a burocracia do sindicato. Na conversa com alguns grevistas, sentimos um certo desânimo em reverter as demissões.

## Assembleia de 27 de outubro

Na parte da manhã, Cidão informou que houve reunião com o prefeito de São Caetano e que está apoiando a greve. Pura demagogia de pelego. Mas uma mudança qualitativa importante ocorreu na fala do Cidão, após as reuniões com a Justiça, prefeito e GM.

Nas primeiras assembleias, a indicação era de luta pela reintegração dos companheiros operários demitidos. Agora, começou a sinalizar que na negociação com a empresa é muito importante considerar a situação econômica do país, que está impactando na demanda por veículos, ou seja, já começa a armar a cama de gato, para preparar os operários sobre a não readmissão de todos os demitidos. Foi mais longe, disse que, se a demanda por carros fosse maior que a oferta, a negociação seria diferente. Portanto, de forma antecipada começa a emitir desculpas em nome da própria GM, para desde já justificar que não será possível a reintegração de todos dos operários demitidos. A cereja do bolo fica a cargo da perseguição sendo feita pelo sindicato, através do Cidão, que na assembleia de hoje tentou remendar uma fala mal feita, mas que refletiu a posição dos dirigentes sindicais, culpabilizando os operários lesionados que possuem estabilidade, por não estarem se colocando à frente deste movimento e estarem “se escondendo”, de acordo com palavras do próprio Cidão. Tamanca canalhice colocar sob holofote da empresa justamente companheiros que entrega-

ram inclusive sua saúde física à empresa e continuam pedindo ainda mais esforço desta parcela de companheiros. E não é de hoje que os dirigentes do sindicato implicam com estes companheiros lesionados e que possuem estabilidade, pois no passado inclusive indicaram que os operários não lesionados acabam sendo sobrecarregados na produção por conta de diferença de produtividade quando comparado aos companheiros lesionados. Além disso, não é de hoje que as empresas estão de olho nos companheiros lesionados e com estabilidade, basta olharmos para a Volks, que recentemente tem demitido companheiros também lesionados por justa causa. E pior, tudo isso com anuência dos dirigentes sindicais.

Por fim, os militantes conversaram com alguns operários que demonstram conhecer bem o caráter burocrático e demagógico da atual direção do sindicato e falta de compromisso com a luta realmente classista e combativa. Entendem que estes dirigentes estão apenas fingindo luta, para mostrar que fizeram a melhor negociação. Já percebem também a mudança no discurso do Cidão, quando ele indica que seria mais viável fazer luta se a demanda por carros estivesse maior que a sua oferta. Um deles inclusive comentou que está há uns 15 anos na GM, recebeu neste domingo a carta de desligamento e, portanto, está descontente com esta situação, uma vez que em 2008, chegou a ficar um tempo em layoff e quando do seu retorno em 2009, viu o próprio sindicato, através de seus dirigentes, estarem comemorando o resultado de vendas da GM no ano anterior (2008). Os militantes do Boletim Nossa Classe estão vendo que há vontade luta, porém pouca confiança na burocracia sindical encarnada pelos seus dirigentes pelegos.

## Assembleia de 30 de outubro

O presidente do Sindicato, Cidão, informou que na última reunião de conciliação entre a empresa e os três sindicatos, a empresa manteve as demissões e fez o pagamento da rescisão dos trabalhadores demitidos. A direção pelega por sua vez, frente a intransigência da empresa, mantém a greve passiva e divide os trabalhadores. Os demitidos assistem a assembleia dentro da fábrica e os demitidos fora da fábrica.

O POR participou da assembleia e distribuiu o Boletim Nossa Classe, levantando a bandeira: Emprego não se negocia! Se defende com a luta! Transformar a greve passiva em greve ativa, com a ocupação das fábricas, manifestações e bloqueios. Readmissão de

todos os demitidos! Que os sindicatos e centrais organizem um Dia Nacional de Luta em defesa da redução da jornada de trabalho, sem redução de salários.

Para tomar a direção da luta em suas mãos, os trabalhadores devem eleger um comando de greve para organizar o plano de lutas, comitês contra as demissões, recorrer as fábricas da região, para ganhar o apoio e estender a luta para as demais fábricas.

## Direções sindicais obtêm liminar, no dia 1º de novembro

Primeiro, o Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos obteve uma liminar no Tribunal Regional do Trabalho de reintegração dos demitidos, no dia 1º de novembro. A direção disse que entrará em contato com a GM para discutir o cumprimento da liminar, enquanto isso a greve deve continuar.

No final da tarde do mesmo dia, foi a vez do Sindicato Metalúrgico de São Caetano e Mogi das Cruzes anunciarem a decisão da Justiça de reintegrar os metalúrgicos demitidos “arbitrariamente” pela GM. Em várias assembleias, Cidão, repetiu que a empresa demitiu sem conversar com o sindicato, portanto, de forma arbitrária. Diante da decisão da Justiça, o presidente do sindicato enfatizou que a GM terá 48 horas para reintegrar todos os demitidos e que essa é uma vitória dos trabalhadores. Encerrou com o grito: “A vitória faz a lei”.

O resultado dessas ações na Justiça só será possível saber após os feriados, na segunda feira, dia 6. Os militantes do Boletim Nossa Classe já vivenciaram essa situação. Para a empresa, há duas saídas: derrubar a liminar dos sindicatos, ou “reintegrar” os demitidos, abrir a negociação com as direções sindicais para impor os PDV, PDI e os acordos de demissão mediante a indenização. Como os trabalhadores estão submetidos às suas direções, Força Sindical e CSP-Conlutas, sem oposições classistas organizadas desde as bases, a tendência é a de submeter aos acordos de suspensão da greve e de demissão. A burocracia sindical utiliza a Justiça do Trabalho, não para mostrar aos grevistas que é preciso redobrar a vigilância e aumentar a capacidade de luta. Utiliza para acertar com o patronato um acordo de demissão. O Boletim Nossa Classe alerta os grevistas a não confiarem nas negociações judiciais.

## Rio Grande do Norte

### Trabalhadores do Canteiro (manutenção) da UFRN paralisam novamente suas atividades

A empresa D&L continua atrasando os salários e benefícios. Nos últimos dois meses, os que entraram de férias receberam o pagamento atrasado. Os trabalhadores intermitentes vivem em uma condição degradante, com atraso permanente de salário, vale-transporte e alimentação. O FGTS segue atrasado. A empresa não disponibiliza o último contracheque. As condições de trabalho são precárias. O café da manhã é pouco e de má qualidade.

Não bastando todos esses problemas, a empresa resolveu atrasar o vale-alimentação e vale-transporte, que devem ser pagos até antes do 1º dia do mês, uma vez que se trata de um pagamento antecipado.

O SINTRAMEM, que esteve à frente da última luta contra o atraso de salários, não tem comparecido mais ao Canteiro, sob justificativa de risco de um interdito proibitório, uma vez que ainda não é o representante legal da categoria.

Ciente do iminente atraso dos vales, a Corrente Proletária/POR chamou as demais correntes que compõem o Comitê em Defesa

dos Terceirizados a estarem às 6h30 do dia 1º de novembro para reunir os trabalhadores e tomar uma decisão coletiva. Só compareceram a CPE/POR e o mandato do prof. Robério, ou seja, apenas uma parte do Comitê, sem a presença do sindicato. Na ocasião, foram reunidos os trabalhadores. A CPE/POR apresentou uma primeira proposta de paralisação na sexta-feira (03/11), caso os vales-transporte e alimentação não caíam. Os trabalhadores, radicalizados, propuseram a paralisação imediata das atividades, com ida à Reitoria, e paralisação na sexta, caso não caíam os vales. A proposta foi aprovada por unanimidade, sob a palavra de ordem “trabalhador unido, jamais será vencido”.

Ao questionar o encarregado sobre o atraso, este respondeu que não tinha nenhuma informação. Os trabalhadores saíram em marcha pelos corredores da UFRN, chamando a atenção dos estudantes e demais trabalhadores por onde passavam. A palavra de ordem “o peão voltou” ecoou pelos prédios da universidade.

Próximo de chegar na Reitoria, chegou a notícia que o vale-a-

limentação foi depositado. Faltava agora conquistar o pagamento do vale-transporte.

Chegando na Reitoria, o MRT/Faixa se juntou ao movimento. Isso demonstra uma debilidade na maioria das correntes do Comitê, de regra geral virem a reboque do movimento dos trabalhadores terceirizados, o que se reflete numa debilidade do Comitê.

Uma comissão de trabalhadores, junto com representantes do Comitê e de um diretor do SINTEST, se reuniu com o Vice-Reitor e a Pró-Reitora de Administração. Na ocasião, foi comunicada a decisão dos trabalhadores de paralisação. Elencou-se todos os problemas que envolvem as empresas D&L e Criart (grupo GSP). O Vice-Reitor tentou mostrar que a UFRN estava fazendo tudo o que podia. O Comitê demonstrou que nem mesmo as punições como as multas, mecanismo ultralimitado, estavam sendo aplicadas pela Reitoria. O Comitê reivindicou que, diante dos constantes atrasos, a universidade passasse a pagar diretamente aos trabalhadores. O Vice-Reitor se comprometeu a avançar nas “medidas possíveis” de serem realizadas pela universidade, como “responsabilidade solidária”, e de mandar novo comunicado à empresa cobrando a resolução dos problemas. Ou seja, nada de concreto por parte da

Reitoria. O que implica, portanto, a continuidade do movimento para conquistar as reivindicações.

Após a reunião, os trabalhadores retornaram em marcha pelos setores, com palavras de ordem, até o Canteiro, para então irem para casa.

A importância dessa luta está em que foi expressão do acúmulo de insatisfação dos trabalhadores do Canteiro, e que ganhou a simpatia dos demais trabalhadores terceirizados da UFRN, como os da limpeza e motoristas, que estão sofrendo os mesmos problemas. Certamente, foi mais um passo para fortalecer a luta dos terceirizados. A ausência dos sindicatos dos técnico-administrativos (SINTEST) e dos docentes (ADURN) tem sido um obstáculo para efetivar a unidade entre efetivos e terceirizados. A luta dos trabalhadores do Canteiro escancara o parasitismo e precarização que causa a terceirização, e coloca para o movimento sindical e centrais a necessidade de um movimento nacional pelo fim da terceirização e efetivação imediata de todos os terceirizados, como parte de uma luta geral por salário mínimo vital, estabilidade no emprego, e emprego a todos.

## São Paulo

### Metroviários

O Sindicato dos Metroviários convocou uma assembleia no dia 25 de outubro, logo após a demissão de 8 grevistas. O POR esteve presente com o Boletim Nossa Classe e utilizou a palavra para defender a luta pela reintegração dos demitidos e contra o plano de privatização e terceirização do governador ultradireitista, Tarcísio de Freitas.

### Pronunciamento do POR na assembleia dos metroviários

Boa noite, camaradas. Eu falo em nome do POR, trago aqui a nossa saudação, a nossa solidariedade. Nós do POR estamos na campanha contra a privatização, contra a terceirização, e, agora, é necessário levantar a bandeira pela readmissão imediata de todos os companheiros demitidos do Metrô. Como colocamos em nosso manifesto, é urgente a defesa do direito irrestrito de greve. Não as demissões de lutadores da greve do Metrô, CPTM e Sabesp. Pelo fim imediato das perseguições políticas. Ressaltou que será com o retorno da greve por tempo indeterminado que venceremos os violentos ataques do governo Tarcísio de Freitas.

Companheiros, como sabemos o governo Tarcísio não quer ceder em seu plano de privatização. Deixou claro com as advertências aos companheiros que fizeram a paralisação da linha 2 do metrô. Está mais claro ainda com as demissões aos diretores do sindicato, com a do vice-presidente do sindicato. Portanto camaradas, devemos fazer uma luta unificada, dos metroviários, CPTM, Sabesp e demais trabalhadores. Os trabalhadores da GM estão em greve contra mais um ataque dos patrões a classe operária. Por isso, nós do POR queremos colocar aqui para os companheiros em sua assembleia, uma proposta, um plano de lutas, que passa pela unificação de todos os setores, exigindo que as centrais sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios. Será por meio da ação direta, unificada da classe, em todo o país que vamos conseguir colocar abaixo não só o plano de privatização e terceirização do Tarcísio, mas também todas as privatizações que já foram feitas, pela reestatização das empresas privatizadas, sob o controle operário. Pela readmissão imediata de todos os companheiros demitidos. É importante preparar em todos os sindicatos, uma greve por tempo indeterminado, porque a luta contra a privatização é uma luta contra o imperialismo, contra o capital financeiro, que não vai ceder sem a classe operária colocar toda a sua força. No dia 03 de outubro nós vimos a força da classe

operária, com a greve unificada dos metroviários, Sabesp e CPTM. Temos de usar toda a força da classe operária, parar o país para derrotar os planos privatizantes dos governos burgueses, Tarcísio e Lula.

### Publicamos abaixo o Boletim Nossa Classe-metroviários

### **Em defesa do direito irrestrito de greve** *Não às demissões de lutadores na greve do Metrô, CPTM e Sabesp*

***Pelo fim imediato das perseguições políticas!***  
***É com o retorno da greve por tempo indeterminado que venceremos os violentos ataques do governador Tarcísio***  
***Organizar um comitê contra as privatizações e pelo direito de greve irrestrito!***

Era previsível que Tarcísio de Freitas perseguiria política e judicialmente os companheiros mais destacados da greve. As anunciadas demissões de Altino, Narcísio e Tufão são os primeiros ataques. Estão previstas novas demissões, segundo o próprio comunicado da direção do Metrô. É assim que os governos e os capitalistas enfrentam a luta dos trabalhadores. Usam de seu poder econômico, político, judicial e policial para impedir que os explorados se unam e usem de sua força social para se defender.

A repressão à greve unificada do Metrô, CPTM e Sabesp começou com a aplicação de multa milionária aos sindicatos, para os quebrar financeiramente e intimidar a sua direção. Agora, vêm as demissões de diretores e de lutadores de base que elevaram a sua consciência política e se mostraram destemidos na defesa da bandeira de NÃO ÀS PRIVATIZAÇÕES DO METRÔ, CPTM E SABESP.

Do lado do governador vendilhão dos bens públicos, estão os empresários interessados em se apossar dos serviços essenciais à população; a Justiça que serve aos interesses dos capitalistas; os partidos e a Câmara de Deputados que sustentam o bolsonarista Tarcísio. É contra esse poder que a greve unificada se insurgiu, mostrou à população as brutais consequências das privatizações, quem eram os ganhadores e quem tem interesse em entregar as estatais do Estado de São Paulo.

A greve unificada mostrou o caminho para barrar as privatizações. O que frustraria o governador comprometido com os interesses de grupos econômicos e golpearia as negociatas em andamento. Isso seria o suficiente para alimentar a ira do governador, dos seus capachos partidários, dos seus deputados parasitas e sobretudo dos capitalistas que contam com a posse do sistema de transporte em trilho e de água e saneamento. A greve unificada se chocou com esses poderosos interesses.

O fato de a greve ter paralisado as atividades em quase 100%, apesar de ser por apenas 24 horas, mostrou força e disposição dos metroviários, ferroviários e trabalhadores da Sabesp em protegerem um bem público das garras do capital parasitário, que espera o Estado investir e pôr em funcionamento os serviços públicos para depois se apossarem e contabilizarem lucros sem risco algum.

As privatizações são um golpe contra a economia nacional e um crime contra a população trabalhadora. Também está em processo de privatização o importante metrô de Recife. Em março foi privatizado o metrô de Belo Horizonte. As privatizações no Rio de Janeiro resultaram em desastre para a população pobre, e um milagre para os empresários. Não faltam exemplos de privatizações que mostram a posse parasitária do capital financeiro de bens públicos, que foram criados com os recursos extraídos dos impostos que recaem, sobretudo, sobre as massas assalariadas, bem como sobre os pequenos e médios produtores. Tarcísio realiza a transação de entrega do Metrô, CPTM e Sabesp para completar a privatização, que já se acha avançada no caso do Metrô.

O plano geral de privatização foi montado a partir do governo federal. Teve seu percurso definido no governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, sob as ordens e orientação do capital imperialista, do FMI e Banco Mundial. Do alto da União, se proliferaram as privatizações nos estados da federação. No fundo desse processo, está a desnacionalização da economia e o fortalecimento do capital imperialista, que subordina o grande capital interno que se acha sob o controle da burguesia nacional.

A gigantesca dívida pública há muito se tornou uma trava ao desenvolvimento das forças produtivas. As privatizações vêm sendo usadas como meio de sua sustentação, de forma que se avança a escalada do parasitismo financeiro e se aumentam os obstáculos

ao crescimento econômico, à abertura de postos de trabalho e à redução do subemprego. O enfraquecimento da capacidade do Estado em impulsionar a economia e as privatizações parasitárias são expressões da decomposição do capitalismo esgotado historicamente, do choque das forças produtivas com a grande propriedade privada dos meios de produção e da consequente barbárie social em franco avanço.

As restrições ao direito de greve, que chegou ao ponto de quase extingui-lo, é reflexo dessas condições econômicas desastrosas, que o domínio imperialista impõe aos países semicoloniais e que a burguesia nacional coligada ao capital internacional descarrega sobre a maioria explorada. Agora mesmo, ontem, a assembleia dos metalúrgicos da GM em greve contra as demissões esteve rodeada pela polícia, em um claro sinal de intimidação.

A democracia burguesa não passa de uma casca, no fundo a classe operária e os demais explorados arcam com uma ditadura civil. Lula faz pouco foi eleito em nome da democracia, mas o que prevalece é o poder ditatorial da oligarquia capitalista, comprometida com os interesses do imperialismo. É importante ter claro que a luta contra as privatizações, o fechamento de fábricas, as demissões em massa, a alta concentração de riqueza e a miséria se confronta com o poder ditatorial da burguesia, que já não pode ceder em nada que diga respeito às necessidades dos explorados.

Tarcísio é um instrumento do capital parasitário, que somente cederá se a greve for consistente, bem-organizada e voltada a ganhar apoio dos demais sindicatos. A multa imposta pela justiça e agora as demissões são apenas uma pequena demonstração da violência antidemocrática contra o movimento sindical. Não há outra forma de enfrentar a ditadura de classe dos exploradores a não se fortalecer a organização coletiva com a greve, que agora deve ser por tempo indeterminado, e que faça um chamado à classe operária e aos sindicatos a colorem em pé um movimento contra as privatizações, pela reestatização sob o controle dos trabalhadores, pela derrubada da lei antigreve e pelas liberdades democráticas.

O Boletim Nossa Classe, do Partido Operário Revolucionário (POR), traz à Assembleia esse posicionamento. É preciso uma forte resposta à repressão de Tarcísio ao movimento unificado dos trabalhadores do Metrô, CPTM e Sabesp. Continuemos a luta contra as privatizações! Derrubemos as demissões políticas! Pelo direito irrestrito de greve e organização dos trabalhadores! Todo apoio à greve dos metalúrgicos da GM! Não às demissões da multinacional norte-americana. Pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial. Que as centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações, manifestações e bloqueios! Está colocada a necessidade de preparar uma greve geral, para unir os explorados em defesa de um programa próprio de reivindicações, para enfrentar o desemprego, a miséria e a fome.

## Ceará

### Boletim Nossa Classe

O Boletim Nossa Classe foi dedicado quase que integralmente à defesa do povo palestino contra o massacre do Estado sionista de Israel.

Reproduzimos abaixo algumas passagens da campanha do POR junto à classe operária e demais trabalhadores. Sob as bandeiras de “Todo apoio ao povo palestino! Pelo direito à autodeterminação nacional! Não à matança provocada pelo Estado sionista de Israel!”, o Boletim diz: Os operários de todo o mundo não devem acreditar nas mentiras sobre o confronto entre o povo palestino e o Estado de Israel. A imprensa tem feito uma campanha contra o “terrorismo” do Hamas quando o Estado de Israel tem transformado os palestinos em escravos e farrapos humanos. (...) O

Boletim Nossa Classe chama as centrais, sindicatos e movimentos a se levantarem em defesa da expulsão das forças sionistas sobre os territórios palestinos. O Boletim Nossa Classe considera que a única forma de unir os trabalhadores judeus e os palestinos é a constituição de uma República Socialista da Palestina”.

A segunda nota se refere à campanha de solidariedade aos 1045 grevistas da GM de São José dos Campos, São Caetano e Mogi das Cruzes. Faz um chamado aos sindicatos e aos trabalhadores de todo o Brasil a apoiarem efetivamente a greve na GM. Levanta as bandeiras: Nenhuma demissão! Estabilidade a todos! Greve com ocupação de fábrica!



São Paulo

## Relato da resistência de professores, funcionários e pais contra o fechamento de salas de aula

Pela primeira vez, um governador manda fechar sala de aula no último bimestre do ano letivo. Pior ainda, a ordem era fechar uma classe de terceiro ano do ensino fundamental 1, portanto, de crianças. A justificativa sempre é a mesma: queda do número de crianças frequentes. O que parecia um fato isolado, na realidade ocorreu em várias diretorias da capital, até onde temos conhecimento. Como a direção do sindicato (Apeoesp) não preparou uma ação coletiva, cada escola fez o que considerou importante para impedir mais essa barbaridade do governador bolsonarista. Constatamos que na maioria das escolas não houve a organização da resistência, e as salas foram fechadas.

O militante da Corrente Proletária que trabalha em uma escola da Zona Leste tomou conhecimento da ordem do governador no dia 11 de outubro, durante o ATPC, véspera do feriado prolongado. No dia 16, havia uma reunião de professores e pais na escola e a coleta do plebiscito contra as privatizações do Metrô, Sabesp e CPTM. Nesse momento, a discussão do fechamento de sala e como resistir ganhou força. O resultado foi convocar uma assembleia com professores, funcionários e pais. Na ocasião, discutiu-se também a ofensiva dos porta-vozes do governo de transferir os 1ºs anos do Ensino Médio para o período da manhã, o que acarretaria ao fechamento do Ensino Médio no período noturno a curto prazo, e o fechamento do fundamental I (1º ao 5º ano) a médio prazo, abarcando os anos de 2024 e 2025. Diante desse ataque, aprovou-se a realização de um ato em frente à DE Leste 3. Como no dia 16/10 estava previsto no calendário escolar como sendo dia de reunião de pais, foram realizadas 2 assembleias, sendo a primeira às 14:00 e a segunda às 15:40. No período da noite, houve a discussão com os professores do Ensino Médio sobre o fechamento de salas e a consequente extinção do noturno. Da mesma forma que no período diurno ocorreu a assembleia no pátio. A rejeição aos ataques de Tarcísio foi massivo.

São Paulo

## Reunião de Representantes de Escolas – Afuse SP

A Corrente Proletária/POR interveio em duas reuniões de representantes, na capital e em Guarulhos, no dia 27 de outubro. Na capital, não houve nenhuma discussão. A reunião se limitou aos informes das medidas governamentais por parte do advogado. Isso ocorre porque a direção do sindicato há muito abandonou as reivindicações que unificam a maioria dos funcionários de escolas.

A situação exigia uma reunião para discutir e aprovar as ações contra o corte de recursos à educação, o fechamento de salas de aulas, a terceirização, as condições precárias de trabalho e a luta pela reposição salarial. Portanto, uma reunião que fosse preparatória para a convocação de uma assembleia estadual, amplamente divulgada junto às escolas. E a situação também exigia um posicionamento claro dos trabalhadores da educação diante do massacre do Estado sionista ao povo palestino. Mas, como vimos, nada disso ocorreu. A ausência de uma oposição estruturada entre os funcionários de escolas é um problema que tem de ser superado, caso contrário, a burocracia continuará ditando as reuniões inócuas, sem nenhum sentido classista e de luta.

A Corrente Proletária/POR participou com seus boletins, manifestos, cartazes e com o Jornal Massas. O Jornal Massas 700, trazia a discussão sobre o massacre na Palestina, e a defesa de sua autodeterminação.

Em Guarulhos, a intervenção da Corrente Proletária se voltou a denunciar os recentes ataques do ultradireitista Tarcísio de Freitas. Entre eles, o corte de recursos da educação (de 30% para 25%), o plano de privatização do Metrô, Sabesp, CPTM, o avanço da ter-

No dia 17, a repercussão foi grande. O diretor foi chamado na diretoria de ensino, onde foi informado que não haveria mais o fechamento de salas e os primeiros anos do Ensino Médio permaneceriam no período noturno. Mesmo assim, uma comissão de professores, funcionários e mães estiveram no dia 18 na Diretoria de Ensino. Várias justificativas foram dadas, entre elas erro de informação por parte da escola. No dia 19, a direção da escola informou que não serão fechadas salas. O fato é que diante da mobilização e da disposição de resistir, o governo recuou.

Como vemos, a política de Tarcísio é de corte de recursos da educação, o que implica fechamento de salas e demissão de professores. Na Zona Leste de São Paulo, faltam escolas. No entanto, o governo superlota classes de crianças para fechar salas. O fechamento do curso noturno vem ocorrendo há anos. Primeiro fecha os 1º anos do Ensino Médio, no ano seguinte não tem nem o primeiro, nem os segundo, e em três anos gradativamente o período noturno está extinto. Ou então fecha para impor a Escola de Tempo de Integral. A consequência tem sido drástica para o aluno-trabalhador e para os professores, que de uma hora para outra os alunos ficam sem escola e os professores perdem o emprego.

Esse relato da resistência mostrou disposição de luta. No entanto, o fechamento de salas é uma política de estado para cortar recursos. Nada indica que Tarcísio não venha, mais à frente, a recorrer do fechamento de salas nessa escola. Está aí por que a luta por escola tem de ser transformada em luta coletiva. O problema está na direção da Apeoesp, que cada vez mais se recusa a organizar a luta para derrubar os planos do bolsonarista Tarcísio. O combate ao fechamento de salas, às PEIs, ao concurso fraudulento etc. tem de ser com os métodos próprios dos trabalhadores e não por meio de caravanas para visitar gabinetes de deputados na Assembleia Legislativa.

ceirização nas escolas públicas e a precariedade das condições de trabalho em que são submetidos os funcionários no interior das escolas. Durante a reunião, foram vários os relatos de aumento da violência, que tem resultado em mortes e agressões de estudantes e professores. Também se criticou a resposta de Tarcísio de contratar vigilantes privados para as escolas consideradas de risco. O que chamou a atenção foi o fato da direção do sindicato de se manter de costas diante de problemas tão graves.

A Corrente Proletária defendeu a convocação de uma assembleia geral, para que os funcionários possam discutir e aprovar a luta em defesa das reivindicações. Uma assembleia que, necessariamente, deve contar com os trabalhadores terceirizados. A unidade é fundamental para defender a efetivação de todos os terceirizados. Fez parte da intervenção da Corrente Proletária a denúncia do massacre ao povo palestino, desfechado por Israel e financiado principalmente pelos Estados Unidos.

A direção da AFUSE, comandada há décadas pelo PT, tem anulado o sindicato como uma ferramenta de luta em defesa dos trabalhadores. A burocratização é grande, o que anulou a democracia sindical. Setores que se opõem são impedidos de se manifestarem, ou são submetidos às regras rígidas que tolhem o direito de expressão.

Diante dessa situação em que o governo descarrega um conjunto de ataques aos trabalhadores da educação e uma burocracia sindical conciliadora, a Corrente Proletária vem insistindo na organização de uma oposição classista e de luta. O que implica o fortalecimento da Corrente Proletária.

Fortaleza

## Professores municipais fazem ato na Câmara contra PL de teste psicológico obrigatório

No dia 31 de outubro, centenas de professores municipais paralisaram as escolas e realizaram um ato na Câmara de Vereadores, convocados pelo Sindute, contra o PL 0552/18 de autoria do vereador Jorge Pinheiro (PSDB).

O aberrante PL determinava que todos os servidores públicos municipais, incluindo terceirizados, teriam de ser submetidos a testes psicológicos e psiquiátricos anuais e obrigatórios pela Prefeitura. Aqueles que apresentassem algum problema seriam afastados para tratamento. Não seria improvável, contudo, que seus dados servissem ao IPM para impor aposentadorias compulsórias, com brutal perda salarial. A categoria se mostrou horrorizada com tamanho disparate. O próprio conselho de psicologia reagiu, condenando a iniciativa e falando em inconstitucionalidade.

Com o ano eleitoral às portas, o prefeito José Sarto (PDT), pré-candidato à reeleição correu a anunciar que vetaria o PL em caso de aprovação no plenário. O PL estava em votação final quando foi retirado de pauta e arquivado, após negociações entre representantes do Sindute, vereadores e Prefeitura. Não se sabe ao certo se a

tramitação do PL 0552/18 resultou de uma trapalhada do prefeito com sua base ou se escondia alguma pretensão 'insondável'. Fato é que a demagogia prevaleceu e o prefeito pode se apresentar como 'salvador' da categoria.

A forma açodada com que os professores foram informados e convocados a paralisar pela burocracia do Sindute, não deixou de provocar desconfiância na base, que em algumas escolas recusou a parar. Alguns professores sentiram no ar o cheiro das velhas manobras eleitoreiras. A burocracia, por sua vez, não permitiu que o microfone fosse aberto aos professores de base ou opositoristas que pudessem levantar os problemas mais sentidos pela categoria, como a necessidade urgente de redução do número de alunos por sala.

Diante de mais esse episódio, a tarefa da vanguarda classista é a de ajudar a categoria a esgotar suas ilusões na burocracia sindical colaboracionista. Nenhuma confiança na direção reformista do PT! Construir uma oposição revolucionária e combativa para nosso sindicato! Esse é o caminho a ser trilhado.

## São Paulo | DCE (Juntos/PSOL e Correnteza/UP) abandona o movimento à própria sorte

Novos acontecimentos no movimento estudantil da USP têm mostrado de forma dramática a crise de direção neste setor. Esta nota dá continuidade aos problemas da greve estudantil apresentados no último Jornal Massas, nº 700. De lá para cá, o DCE (UP/PCB/Juntos-PSOL), o Rebeldia/PSTU e o Afronte-Resistência/PSOL seguiram trabalhando para acabar com a greve, chamando as migalhas caídas da mesa da reitoria de vitórias. A greve na USP se findou sem discussão e sem uma decisão democrática pela assembleia.

Pouco tempo antes da assembleia geral do dia 27 de outubro, um contingente de estudantes decidiu ocupar o conhecido bloco K do CRUSP, que há muitos anos é usado pela reitoria como escritório da burocracia. A assembleia foi então deslocada para a ocupação, mas alguns grupos que dirigem o DCE (Juntos e Correnteza) decidiram desconhecer a ocupação e não participar da assembleia. A assembleia seguinte, no dia 1 de novembro, também na ocupação, seguiu sem a participação dessas duas correntes, o que na prática significa que o DCE está rachado e diante de uma profunda crise, fruto de sua própria política oportunista, de adaptação à burocracia universitária.

O fato da direção majoritária do DCE ter aproveitado a ocupação para pôr fim à greve sem que fosse decidido na assembleia geral mostrou que o movimento estava em processo de recuo, de forma que as bases já não podiam exercer a democracia da assembleia e decidir a continuidade ou não do movimento. Por outro lado, o fato da ocupação não ter sido decidida por uma assembleia geral não teve como se apoiar nas massas estudantis para derrotar o colaboracionismo da direção que sempre esteve influenciada pela burocracia universitária e pela direção oportunista da Adusp.

A ocupação está diante da dificuldade de se vincular a uma parcela significativa dos grevistas. As assembleias realizadas na ocupação não conseguiram reerguer o movimento grevista. Não tiveram como romper o isolamento e constituir uma direção capaz de contar com as bases estudantis para impedir que a direção do DCE acabasse com a greve sem a necessidade da assembleia geral. Era necessário formar um comitê de continuidade da greve, baseado na soberania da assembleia geral. Essa possibilidade não se colocou justamente porque já estava em curso o desmonte da greve. Isso não apenas devido ao rompimento da unidade dos três setores da universidade levado a cabo pela burocracia sindical da Adusp, principalmente, mas também pelas negociações da direção do DCE, que se agarrou nas quirelas oferecidas pela Reitoria para desativar o movimento, apoiando-se nos setores e faculdades mais conservadores, ou seja, nos setores mais atrasados e não nos setores avançados e em luta.

A força do movimento esteve concentrada na mobilização

estudantil, que começou na FFLCH e ganhou estatura com a ampliação do movimento por quase todo o campus. A fraqueza se instalou com o recuo gradativo de parte dos grevistas, que foi convencida pela direção do DCE e pela propaganda de que já se havia obtido uma vitória desde o momento em que a Reitoria passou a manobrar com os números de contratação de professores.

A atitude política da direção como um todo e das correntes majoritárias em particular de irem esvaziando o poder da assembleia geral no sentido de sustentar a greve contra o jogo da Reitoria e a pressão dos setores estudantis mais conservadores quebrou a confiança da maioria estudantil de que a greve poderia impor as reivindicações. O oportunismo das correntes que dirigem o DCE esteve claro desde o início. A direção do DCE se viu obrigada a admitir a greve nas condições de amplo descontentamento dos estudantes com o sucateamento, que reflete o processo de decomposição geral das universidades públicas e do avanço do ensino privado.

Paralelo a essa ação desmobilizadora da greve, mas vinculada a ela, a corrente Rebeldia/PSTU, na primeira assembleia na frente da ocupação, usou amplamente o microfone, não para condenar a direção do DCE, mas para condenar a ocupação. Passada a assembleia, uma militante destacada do Rebeldia gravou um vídeo público, postado em suas redes sociais e do partido, denunciando a ocupação e nomeando as organizações que a realizaram. A Esquerda Marxista, corrente interna do PSOL, saiu em apoio ao ataque do PSTU à ocupação. Essa atitude, é continuidade do trabalho feito pelo Rebeldia para desarticular o movimento. Esse tipo de conflito sectário se manifesta quando as massas estudantis se acham desmobilizadas e desorganizadas, não contando com o instrumento da democracia do movimento, que é a assembleia geral massiva.

A greve na USP, que partiu de uma força inicial muito grande, mas com uma direção oportunista incapaz de utilizar essa força, está concluindo de forma desastrosa, sem que se conquistasse nenhuma de suas reivindicações principais. A ocupação por um grupo de estudantes à margem das massas estudantis não tem como derrotar a posição conciliadora da direção do DCE e reerguer o movimento. O Ministério Público se prontificou a mediar as negociações da ocupação com a burocracia, mas sabemos que não é por esse caminho que poderá sair vitoriosa, retomando a luta grevista. A tarefa central neste momento é realizar uma ampla campanha nos cursos para que seja realizada uma assembleia geral, com a presença dos estudantes que participaram dessa luta, para decidir os rumos do movimento de forma coletiva e democrática. A Corrente Proletária Estudantil/POR se coloca pela realização de uma assembleia geral, massiva, onde se possa discutir e decidir os próximos passos dessa luta.

São Paulo

## Balço do 32º Congresso do SINPEEM

O Congresso se deu entre os dias 24 e 27 de outubro, no Anhembi. O contexto era de recrudescimento da barbárie, especialmente quanto ao massacre na Palestina. Foi também o primeiro Congresso após as eleições para a direção do sindicato, que fixou mais 4 anos de mandato ao presidente Cláudio Fonseca. As eleições, tanto as presidenciais, já passadas, quanto as municipais, que se darão ano que vem, se mostraram presentes nos debates. Quanto ao formato, confirmou-se o prognóstico da Corrente Proletária na Educação de que a direção majoritária (corrente Compromisso e Luta, com Fonseca à cabeça) repetiria o caráter despolitizado, distraçionista, burocrático e de formação profissional (o que é claramente um desvio da função de um sindicato). O resultado foi um Plano de Lutas mutilado, pouco debatido e atrasado em relação às tarefas urgentes dos trabalhadores da Educação e dos explorados em geral.

Este ano, a burocracia sindical trouxe o pré-candidato a prefeito, Guilherme Boulos/ PSOL, para participar da mesa de abertura, além de representantes sindicais do campo da CUT/PT. O tom eleitoral já começou a ser dado desde então – o que colocou a maioria da oposição (Chapa 2), que é do PSOL, em posição mais recuada politicamente. Chamou a atenção também o fato de o presidente Fonseca ter rechaçado a presença do chamado Fórum das Entidades, que congregava as direções dos sindicatos do funcionalismo municipal, com destaque para o Sindsep, devido – ao menos em palavras – à existência de entidades que foram lenientes ou apoiaram abertamente a aprovação da política de subsídios em seus setores.

A aproximação com o Sedin, sindicato da Educação Infantil, filiada à CTB, pôde ser mais bem compreendida alguns dias após o Congresso, quando circulou a notícia do retorno do Cláudio Fonseca ao PCdoB – a CTB é uma central criada e hegemônica por esse partido. A presidente do Sedin, Claudete Alves, que sempre exteriorizou suas rugas com Fonseca, apareceu na mesa de abertura do Congresso falando em “unidade”. Fonseca abandonou o CIDADANIA (ex-PPS) claramente em função de suas pretensões eleitorais – está de olho em uma vaga para vereador, cargo que já ocupou no passado. Antes do PPS, Fonseca foi militante do PCdoB, tendo sido afastado desta organização por ter se chocado com a linha ditada pela então prefeita Marta Suplicy (o PCdoB compunha a base daquela governo).

Como se vê, o tema das eleições burguesas foi sobreposto aos problemas reais dos trabalhadores. Vale lembrar que o movimento sindical quase todo se encontra subordinado à política de conciliação de classes, principalmente no que se refere à atitude diante do governo burguês de frente ampla de Lula e Alckmin. O PPS/CIDADANIA, partido que o Cláudio acaba de abandonar, participou do golpe de Estado de 2016, esteve na base do governo Doria e deu apoio a Tarcísio de Freitas. Assim, o que se observa é um deslocamento do Fonseca para o campo hegemônico pelo petismo, muito provavelmente devido a cálculos eleitorais – não conseguiu se eleger na última disputa para vereador, perdendo espaço para candidaturas como as do PSOL.

Outro elemento que comprova a proeminência do eleitoralismo é o escasso tempo determinado às plenárias e, em particular, às deliberações do Plano de Lutas. Não se trata de uma novidade. O caráter distraçionista sempre foi empregado conscientemente pela direção no sentido de espremer o tempo de debate político. Os atrasos nos shows e muitas outras artimanhas têm sido utilizadas com o intuito de evitar o confronto de programas e propostas concretas – o que é praxe quando se trata de uma burocracia sindical encastelada e apodrecida na política de conciliação de classes. Este ano, Fonseca trouxe para ser debatido no ponto do Plano de Lutas uma proposta que nem constava no caderno do “Texto Referência”. Distribuiu um panfleto assinado por sua corrente e utilizou esse documento como base para as deliberações – o que gerou confusão, dado que as propostas do caderno, apresentadas pelos diversos agrupamentos, acabaram sendo ignoradas.

Um Congresso sindical que aborda o Plano de Lutas dessa forma só revela a intenção da direção em não encaminhar luta nenhuma. Não fosse pela intervenção da oposição, o calendário de ações do sindicato não teria qualquer proposta ainda para 2023. Porém, sabe-se que, ape-

sar de o Congresso ter indicado a necessidade de uma resposta ainda este ano para questões como a Instrução Normativa 24 (que amplia o falido ensino de tempo integral), fechamento de salas da EJA, entre outras, nada garante que a direção majoritária irá cumprir. Não seria a primeira vez que essa direção deixaria de pôr em prática algo deliberado coletivamente. O que fica como tarefa, portanto, é continuar cobrando da direção majoritária que convoque a assembleia da categoria e participe das lutas unificadas com os outros setores, a exemplo dos metroviários/ferroviários e trabalhadores da Sabesp, que protagonizaram a paralisação do dia 3 de outubro.

Aliás, a demissão dos metroviários que participaram da luta contra a privatização esteve colocada no Congresso do SINPEEM, lamentavelmente, da pior maneira possível. Afinal, o que se espera de uma direção sindical diante do ataque de um governo ultradireitista, como o de Tarcísio, que utilizou as demissões para golpear o direito elementar de greve? Espera-se que tome a iniciativa de convidar os lutadores demitidos para o seu Congresso, para ajudar na denúncia e mobilização em defesa dos que estão sob a ofensiva do Estado. Na pior das hipóteses, espera-se que pelo menos não crie obstáculo para que os oprimidos façam a sua própria defesa junto aos trabalhadores. Acontece que a direção majoritária do SINPEEM não tomou nem uma, nem outra atitude, foi além em sua decomposição política, e proibiu a entrada do diretor do sindicato dos metroviários, Altino dos Prazeres, um dos demitidos, que havia sido convidado por setores que atuam dentro da CSP-Conlutas – o POR incluído – para realizar uma discussão com os educadores sobre a demissão política. Em função dessa decisão absurda, as mesmas correntes que haviam decidido promover o debate tiveram de usar uma caixa de som e microfone na entrada do Congresso, para denunciar a atitude burocrática da direção do sindicato. Foi uma atividade muito importante, pois expressou a defesa classista dos lutadores que estão sob a violência reacionária do governo.

Essa mesma frente, formada pelas correntes que atuam na CSP-Conlutas (POR, PSTU, MRT e LSR), também fez uma intervenção sobre a questão palestina durante uma das plenárias. Foi o ponto alto do 32º Congresso. A utilização de uma faixa com dizeres contra o massacre em Gaza e em defesa da resistência palestina, além de uma grande bandeira palestina, gritando palavras de ordem, constituiu uma atividade que politizou o Congresso, colocando em relevo uma questão de primeira grandeza na conjuntura. A mesma frente, somada a presença do Coletivo Vozes da Base, realizou ainda, no último dia de Congresso, um debate sobre o problema da guerra, que também foi muito positivo. Nesta atividade, a Corrente Proletária distribuiu o seu último Manifesto e fez falas explicando a posição do POR e do CERQUI. Durante todo o Congresso, os delegados puderam ver os cartazes da Corrente Proletária sobre o mesmo tema colados no espaço. Como se vê, houve empenho da militância porista em difundir as ideias revolucionárias acerca dessa importante questão.

A Corrente Proletária compareceu ao Congresso com delegados eleitos na base, distribuiu uma Carta aos Delegados, colocando a importância da mobilização no campo da independência de classe, vendeu um folheto com a sua Tese, vendeu também o Jornal Massas No 700 (edição histórica, que trazia o tema da guerra na Palestina na capa), participou dos chamados Grupos de Interesse, apresentou sua tese no plenário (intervenção que foi gravada e pode ser assistida no Instagram do POR), defendeu emendas ao Texto Referência contra o EaD, contra o Programa São Paulo Integral, contra a Lei da Terceirização e toda a legislação antigreve, além de ter cobrado da direção majoritária a apresentação da prestação de contas do Congresso, uma questão elementar de transparência na administração dos recursos dos filiados. Em suma, teve uma participação classista e bastante ativa, como deve ser a atuação daqueles que pretendem conformar uma fração revolucionária nos sindicatos. O POR conclama a vanguarda com consciência de classe, que está de acordo com a essência deste balanço, a discutir nosso Programa e fortalecer essa intervenção no seio dos trabalhadores.

A seguir publicamos a carta que foi distribuída aos delegados no congresso.



## Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário

Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Mais informações e contato: ☎ (11) 95446-2020

pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas



Nº 38/2023 | SINPEEM | 24 de outubro

## Carta da Corrente Proletária na Educação aos delegados do 32º Congresso do SINPEEM POR UM CONGRESSO DEMOCRÁTICO E DE LUTA!

*Companheiros(as),*

Este Congresso acontece em um momento de agudização da crise do capitalismo, particularmente das suas tendências bélicas. O prolongamento da guerra na Ucrânia já indicava um perigo extremo à humanidade, tendo em vista o risco de o conflito se espalhar e se converter numa conflagração mundial, que seria, certamente, de enorme capacidade destrutiva, devido aos artefatos nucleares. Agora, veio se somar a esse quadro sombrio o massacre promovido pelo Estado de Israel em Gaza. O banho de sangue sobre os palestinos repete matanças anteriores – trata-se de um conflito de mais de 7 décadas -, mas em maiores proporções. A possibilidade de um levante generalizado dos povos árabes, incluindo a participação do Irã, não está descartada, o que levaria a uma resposta da ampla aliança imperialista comandada pelos Estados Unidos.

Essa situação de avanço da barbárie se manifesta na América Latina e no Brasil, embora com diferentes formas. Aqui, a manutenção das altas taxas de desemprego, o crescimento do subemprego, o fechamento de fábricas, o arrocho salarial, a fome, a miséria, as chacinas nos bairros pobres, massacre de indígenas, destruição da natureza etc. compõem um quadro de decomposição social. Dados do anuário Brasileiro de Segurança Pública indicam o assustador número de 47,5 mil mortes violentas em 2022. E as escolas não poderiam deixar de refletir toda essa barbárie em seu seio. Os ataques em Blumenau/SC e na Vila Sônia/SP, ocorridos no primeiro semestre deste ano, foram expressões mais agudas de uma violência permanente, que atinge estudantes e trabalhadores. A Educação, bem como o conjunto do funcionalismo público, se encontram sob pesado ataque por parte dos governos e da burguesia, com o aumento da precarização, retirada de direitos e avanço do privatismo, das terceirizações e do falido ensino a distância.

Enfim, não se trata de enumerar cada adversi-

dade, mas demonstrar o quadro geral de decomposição, pois é sobre ele que os delegados deste Congresso devem se debruçar. É fundamental que esses quatro dias sirvam para um amplo debate sobre os problemas reais, e para apontar as resoluções políticas e práticas necessárias para a conquista das reivindicações da categoria.

O problema é que esse não é o conteúdo e nem a forma que têm assumido os Congressos do SINPEEM. Pelo contrário, a direção do sindicato tem dado aos Congressos um caráter despolitizado, distracionista, festivo e acadêmico. Enquanto o grosso dos trabalhadores permanece nas escolas, suportando as agruras do cotidiano, a direção do SINPEEM oferece shows, palestras voltadas à formação profissional (o que é um desvio da função de um sindicato) e até o serviço de massagem, tudo em detrimento da construção da luta. Dos quatro dias, apenas uma manhã e uma tarde são reservadas às plenárias deliberativas. E mesmo os chamados “grupos de interesse”, ao invés de se constituírem em momentos de expressão da base, são inseridos na programação e organizados de forma que os trabalhadores compareçam apenas para ouvir passivamente.

É preciso que os delegados eleitos para o Congresso, assim como o conjunto dos educadores do chão de escola, rechacem esse formato distracionista, e exijam um Congresso democrático e de luta!

A Corrente Proletária na Educação elegeu delegados e comparecerá ao 32º Congresso do SINPEEM defendendo a política da classe operária para a Educação. Inscrevemos as nossas emendas ao chamado “Texto Referência” – diga-se de passagem, uma metodologia absolutamente burocrática. Na verdade, o tal “Texto Referência” é a tese da direção majoritária, da corrente Compromisso e Luta, encabeçada pelo presidente, Cláudio Fonseca. Às outras correntes políticas, e trabalhadores independentes, caberá apenas propor “remendos” (com limite de tamanho e que tiveram de reunir pelo menos 90 assinaturas para poderem ser inscritas) à tese majoritária, o que é um

formato claramente autoritário. O correto seria que os trabalhadores e agrupamentos pudessem inscrever as suas teses, expor o pensamento de acordo com o encadeamento necessário, tanto textualmente quanto oralmente durante o Congresso, debater com os delegados e concluir o processo submetendo as resoluções e propostas ao voto do plenário. Isso seria um Congresso democrático.

Acontece que a direção majoritária impôs esse formato das “emendas”, e será por esse mecanismo que poderemos expor, mesmo com as limitações mencionadas, a nossa política e as nossas propostas. Chamamos os delegados a votarem conosco nessas propostas, que sintetizamos abaixo (para ver nossa proposta completa, adquira com os nossos militantes a publicação com a nossa Tese e proposta de Plano de Lutas):

**1) Abaixo o massacre do povo palestino pelo Estado de Israel; apoio incondicional e irrestrito à resistência do povo palestino; por seu direito à autodefesa; em defesa da autodeterminação do povo palestino; pelo armamento das massas, para transformar a luta atual em um combate de libertação nacional; total rechaço à campanha midiática pró-sionista e pró-imperialista; contra a liquidação do Hamas pelo imperialismo; erguer a frente única anti-imperialista; pelo fim do Estado sionista de Israel; fora os EUA do Oriente Médio; a libertação do povo palestino não virá pelas mãos de nenhuma fração da burguesia, mas sim pelo levante dos oprimidos do Oriente Médio, sob a estratégia da revolução proletária e da formação de uma República Socialista;**

**2) Fim da guerra de dominação na Ucrânia, por uma paz sem anexações e sem os ditames do imperialismo, pelo desmantelamento da OTAN, fim das bases militares dos EUA e aliados na**

## **PELO FIM DA MATANÇA NA FAIXA DE GAZA!**

**Combater a gigantesca campanha do imperialismo em favor dos bombardeios e da ocupação militar do pouco que resta do território palestino!**

**Por uma frente única anti-imperialista em defesa da autodeterminação do povo palestino!**

**Somente a classe operária e os demais explorados em luta podem acabar com a opressão sionista sobre os palestinos**

*Europa e no mundo, em defesa da autodeterminação, da integridade territorial e pela retirada das tropas russas da Ucrânia;*

*3) Ligar o combate pelas reivindicações à luta anticapitalista e anti-imperialista; defesa da estratégia própria de poder, ou seja, do governo operário e camponês, resultado da revolução social;*

*4) Oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin, e*

*combate à ultradireita com os métodos da luta de classes;*

*5) Que as centrais, sindicatos, movimentos e entidades estudantis convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e atos massivos de rua, em defesa das reivindicações dos oprimidos e para pôr abaixo o processo de privatizações e a terceirização;*

*6) Por um sistema único de ensino, público, gratuito para todos e em todos os níveis, laico, financiado integralmente pelo Estado, vinculado à produção social e sob o controle de quem estuda e trabalha; fim da farsa da Escola de Tempo Integral; abaixo a excrescência do ensino a distância; pela estatização, sem indenização, de toda a rede privada de ensino;*

*7) Dar uma resposta classista ao problema da violência nas escolas, mobilizando os trabalhadores e a juventude em defesa de melhores condições de vida e trabalho, contra todas as formas de precarização e sucateamento do ensino; não ao recrudescimento das medidas repressivas, que só fortalecem o controle e a militarização nas escolas;*

*8) Que a direção do SINPEEM convoque imediatamente a assembleia presencial da categoria, amplamente preparada desde as escolas, para organizar o combate pelas reivindicações.*

**Escute o Massas,**  
**podcast do Partido Operário Revolucionário**

**ACESSE O NOSSO CANAL:**

**anchor.fm/por-massas**

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO  
REVOLUCIONÁRIO**

# 14º Congresso da CUT

## A burocratização sindical matou os Congressos da Central

No dia 19 de outubro, se iniciou o 14º Congresso Nacional da CUT (CONCUT). O POR intervém sobre a base de dois documentos: 1) Resoluções apresentadas nos Congressos Estaduais da CUT (CECUTs); 2) Carta aos delegados do 14º Congresso Nacional da CUT.

Há muito, a burocracia dirigente da CUT fez dos Congressos uma tribuna de defesa das posições do PT e de apoio à governabilidade dos governos petistas, como o que ocorre nesse momento. A quase totalidade dos delegados é constituída de dirigentes das CUTs estaduais e de sindicatos aliados. Não há democracia para a eleição de delegados e não se publica mais o caderno de Teses com as contribuições das correntes oposicionistas. Existe um documento, elaborado pela direção, e alguns adendos realizados por correntes que integram a direção da central. Os dias do Congresso são preenchidos por “Mesas” temáticas, cuja única função é expor o conteúdo do documento da direção. Os poucos delegados de base não conseguem expressar suas opiniões, porque qualquer proposta depende de coleta de assinaturas entre os delegados presentes. O que torna proibitiva a defesa de posições contrárias ao documento da burocracia da CUT. No 14º CONCUT, é possível unicamente verificar o grau de burocratização e estatização que alcançou a central, criada pelo ascenso grevista do final dos anos 1970 de início de 1980. Há 40 anos, quando a CUT foi criada (1983), o seu Congresso foi expressão das bases, que surgiam como a vanguarda do movimento grevista. Com o passar do tempo, foi constituindo-se uma burocracia parasitária, cada vez mais vinculada à política burguesa e voltada a materializar as pressões do Estado burguês sobre o proletariado e a maioria oprimida. Tratou-se de um processo gradativo de burocratização e estatização geral dos sindicatos, que foram sendo despidos dos métodos da ação direta e afastados da defesa do programa mais elementar de reivindicação dos assalariados. Um dos sindicatos mais importantes, que serviu de pilar para a fundação da CUT, o Sindicato Metalúrgico do ABC, chegou ao ponto de mudar seus estatutos, acabando com a eleição direta para a sua direção, de forma que com a eleição indireta, realizada por meio dos Comitês Sindicais de Empresas, perpetuou uma casta de dirigentes profissionais que se mantém às custas da profunda despolitização da camada mais avançada do proletariado brasileiro.

O 14º CONCUT é o espelho de um sindicalismo rigidamente corporativo e subordinado ao Estado burguês. A classe operária e os demais trabalhadores vêm sendo sacrificados pela crise estrutural do capitalismo. Suportam violentos ataques, que partem do Estado e dos governantes. Os capitalistas foram premiados com as contrarreformas trabalhista, previdenciária e terceirização. Destituídos de uma direção classista, perderam força para se contrapor às medidas antioperárias e antipopulares. As tentativas de luta têm sido quebradas pelas direções burocratizadas, que chegaram ao extremo de acabar com as campanhas salariais e manifestações coletivas.

Um Congresso - que se realiza em meio a enormes choques mundiais, expressos nas guerras da Ucrânia e da Faixa de Gaza, cujas consequências recaem pesadamente sobre o proletariado e a maioria oprimida -, sem que estejam presentes os trabalhadores de base e sem que esteja orientado a uni-los em um movimento de defesa do programa próprio de reivindicações, representa graficamente a dominação burguesa no interior das próprias organizações sindicais.

O Partido Operário Revolucionário se ergue contra esse

muro de contenção à luta de classes, defendendo o programa de reivindicações, o método da ação direta, a organização independente de base, o desenvolvimento da democracia operária e a estratégia da revolução social e da ditadura do proletariado. Sem a estratégia revolucionária, os sindicatos são desfigurados como organização classista e utilizados pelas direções burocráticas como canais que conduzem à política burguesa para o seio dos explorados. As Resoluções defendidas nos CECUTs e, agora, no CONCUT se erguem como trincheira de resistência e de meio programático para constituir uma fração revolucionária no interior da classe operária e do movimento sindical.

Reproduzimos a Carta distribuída aos delegados do CONCUT



### Carta aos delegados do 14º Congresso Nacional da CUT (CONCUT)

A Corrente Proletária/Partido Operário Revolucionário (POR) apresentou e defendeu nos CECUTs resoluções de acordo com o temário estabelecido pela direção. Respondeu aos seguintes pontos: Conjuntura Internacional, Conjuntura Nacional, Estratégia da CUT e Plano de Lutas.

Passados dois meses da realização dos CECUTs, vemos a rapidez com que a crise internacional se agravou e a crise nacional tende a se agravar. As condições de vida dos trabalhadores brasileiros continuam a ser marcadas pelo alto desemprego, subemprego e informalidade, bem como pela redução da média salarial e da manutenção de um salário mínimo de fome. A guerra do Estado sionista de Israel contra os palestinos da Faixa de Gaza obrigatoriamente exige um posicionamento da classe operária

e dos demais oprimidos do mundo todo, tal qual tem exigido a longa guerra na Ucrânia.

Este 14º Congresso Nacional da CUT tem o dever de armar a classe operária e os demais explorados para enfrentar não só a crise presente, como também para se preparar diante do previsível agravamento das contradições do capitalismo em decomposição, que é de ordem internacional e que se manifesta com particularidades no Brasil. Não há outra via das organizações sindicais e políticas do proletariado de reagirem à crise mundial e nacional a não ser pela luta de classes. A diretriz sindical que leva à colaboração de classes desarma os explorados diante dos ataques dos capitalistas e de seus governos às condições de existência da maioria oprimida, que já são marcadas pela pobreza e miséria.

Nos CECUTs, ficou patente a esmagadora força da política de colaboração de classes. Em sua base, se manifestou a orientação de apoio ao governo Lula, alicerçada na falsa caracterização de que se trata de um “governo popular, democrático e progressista”. Essa fórmula esvazia completamente o caráter de classe do governo e se apoia em alguns aspectos que o diferenciam do governo Bolsonaro de ultradireita.

Um Congresso sindical não pode se guiar por qualquer proposição que oculte o caráter de classe do governo burguês, seja de direita, ultradireita ou esquerda. Certamente, tem de diferenciar as particularidades dos governos, por necessidade da tática de luta, mas sem deixar de evidenciar o seu conteúdo de classe, que sempre é burguês. O governo direitista ou ultradireitista impõe suas medidas capitalistas aos explorados, valendo-se dos métodos e meios ditatoriais que excluem a colaboração de classes. O governo de esquerda - no caso do atual governo do PT, é de centro-direita, de frente ampla - procura se valer dos métodos e meios democráticos para impor medidas semelhantes, contando para isso com a política de colaboração de classes. A experiência com os governos de direita mostra que se chocam com a política de conciliação de classes da burocracia sindical, que não encontra espaço no Estado para negociar o arrefecimento dos brutais ataques à vida das massas.

O governo golpista de Temer, que compareceu como uma ditadura civil, impôs a reforma trabalhista e avançou a terceirização, sem que as direções sindicais pudessem interferir, embora tivessem tentado. Bolsonaro foi eleito, derrotando o candidato do PT. A ditadura civil de Temer serviu de transição, para restabelecer a via eleitoral. Bolsonaro se projetou como expressão da ultradireita burguesa e pequeno-burguesa sobre a base do golpe institucional que derrubou o governo Dilma, que era um governo de conciliação de classes. Por meio do voto popular, se constituiu um governo de ultradireita.

Lula retornou ao poder nas condições de crise de governabilidade. O governo de ultradireita se mostrou incapaz de unificar a burguesia em torno às respostas de enfrentamento à pandemia. Essa divisão foi fundamental para Lula recuperar seus direitos políticos. O denominado movimento pela defesa da democracia esteve condicionado pela divisão interburguesa. O resultado desse processo desembocou na constituição de um governo de frente ampla. Partidos que foram responsáveis pelo golpe de Estado de 2016, pela sustentação da ditadura civil de Temer e pela constituição do governo de ultradireita passaram a integrar o governo Lula. Essa composição é muito importante para a caracterização do governo burguês de centro-direita. A implicação desse formato político está em que Lula assenta a governabilidade sobre partidos de centro-direita. Mostrou-se de

início incapaz de se colocar pela revogação das contrarreformas de Temer e Bolsonaro.

O governo de frente ampla não teve outra via a não ser se submeter ao Centrão que comanda o Congresso Nacional. A fórmula de “governo popular, democrático e progressista” esconde o fato do governo eleito pelo voto popular não ter independência política diante da oligarquia burguesa que, em última instância, determina a governabilidade. Esse conteúdo concreto evidencia o caráter burguês do governo Lula. Os sindicatos devem se colocar

***Nos CECUTs, ficou patente a esmagadora força da política de colaboração de classes. Em sua base, se manifestou a orientação de apoio ao governo Lula, alicerçada na falsa caracterização de que se trata de um “governo popular, democrático e progressista”. Essa fórmula esvazia completamente o caráter de classe do governo e se apoia em alguns aspectos que o diferenciam do governo Bolsonaro de ultradireita.***

por uma estratégia própria de poder da classe operária, embora não seja um partido. Isso depende da direção. Se os dirigentes estiverem vinculados a partidos burgueses, mesmo que seja de esquerda, imporão aos sindicatos a estratégia de um governo burguês. É o caso da CUT, cuja direção expressa a política do PT, que é a do “governo popular, democrático e progressista”. A estratégia de poder da classe operária se concentra na luta por um governo operário e camponês, que resultará da revolução social. Uma direção que não se guie por essa estratégia fatalmente arrastará a central para a política de colaboração de classes. Esse é o problema fundamental que está posto ao 14º CONCUR, nas condições em que avança a crise mundial e nacional.

As resoluções apresentadas pela Corrente Proletária/POR aos CECUTs tiveram por base a rejeição do apoio das organizações sindicais ao governo Lula. Os seus delegados defenderam a organização independente dos trabalhadores em torno a um programa próprio de reivindicação e à bandeira de oposição revolucionária ao governo de frente ampla. Não tivemos força para influenciar os delegados, de forma que se constituísse no seu interior uma fração classista e revolucionária. No entanto, a situação objetiva demonstra que a posição ultraminoritária da Corrente Proletária/POR está de acordo com as necessidades do explorados e com as tendências da luta de classes. Esta Carta aos delegados do CONCUR visa a mostrar a importância de se lutar nas condições mais difíceis pela independência política, ideológica e organizativa dos sindicatos, que se acham amplamente controlados pela burocracia colaboracionista, parasitária e estatizante.

Dos CECUTs ao CONCUR, ressalta a guerra do Estado sionista de Israel ao povo palestino. A guerra na Ucrânia está caminhando para o 19º mês, sem perspectiva de solução. Os conflitos na África chegaram ao ponto do imperialismo ameaçar jogar uma nação africana contra outra. E a guerra comercial dos Estados Unidos com a China continua sendo um dos grandes enfrentamentos que alimentam a crise mundial do capitalismo em decomposição. Na América Latina, o entusiasmo com os governos burgueses de centro-esquerda perdeu força diante de seus fracassos em responder ao bloqueio das forças produtivas e à polarização entre a riqueza altamente concentrada e a pobreza amplamente disseminada. O fracasso prematuro do governo Boric no Chile e os impasses do governo peronista na Argentina são os sintomas mais evidentes de que o nacional-reformismo perde o controle dos explorados e abre caminho para o fortalecimento da direita e ultradireita burguesas.

No Brasil, o governo Lula deu mostra suficiente, em pouco tempo, de impotência para arrancar o capital financeiro e a oligarquia capitalista do comando da política econômica. O

denominado Arcabouço Fiscal, a Reforma Tributária e o estabelecimento do Marco Temporal são evidências de sujeição do governo de frente ampla ao grande capital. É bem possível que os aliados do governo no Congresso Nacional vão em frente com a Reforma Administrativa. O pequeno reanimamento econômico e a diminuição da taxa de desemprego têm fôlego curto. O desemprego e o subemprego continuam altos. A informalidade se dissemina por todas as atividades. Explode a violência policial, incentivada pela marginalidade que acomete uma massa de jovens de pobres e miseráveis. Os programas assistencialistas do governo se mostram limitados e incapazes de arrefecer a crise social.

Como se vê, o 14º CONCUT tem em suas mãos a tarefa de organizar e unificar a classe operária e os demais trabalhadores para se defenderem da superexploração e dos novos ataques que vêm não só do governo Lula, mas do conjunto dos governos estaduais e municipais. Nesse exato momento, ainda está em aberto a luta contra a privatização da Sabesp, Metrô e CPTM. A greve de 24 horas no dia 3 de outubro mostrou a disposição dos trabalhadores em enfrentar o plano de privatização, terceirização e demissão do governador Tarcísio de Freitas. Há que se levar em consideração também o fato da greve na USP estar indicando a disposição da juventude em defender o ensino público e gratuito. Constatamos nesses dois movimentos grevistas a ausência da CUT e da quase totalidade das demais centrais. A conduta passiva diante de um movimento de tal importância resulta da política de colaboração de classes e da estratégia de apoio à governabilidade de Lula. É preciso, portanto, romper essa linha nefasta de conciliação de classes e de subordinação dos sindicatos à política burguesa e suas disputas no interior do Estado. Novamente, se retorna ao eleitoralismo, de forma a dissolver as tendências de luta coletiva das massas. É o que vimos ocorrer na greve contra as privatizações em São Paulo.

Eis por que a Corrente Proletária/POR se empenha no 14º CONCUT, como se empenhou nos Congressos da CSP-Conlutas e da UNE, na defesa do programa de reivindicações, no plano de lutas e na independência das organizações sindicais. Não se trata de apresentar novas resoluções, mas sim de defender as colocadas nos CECUTs. É necessário, no entanto, acrescentar uma posição sobre a guerra do Estado sionista contra a Faixa de Gaza. O 14º CONCUT deve dar a máxima importância à crise no Oriente Médio, fixar uma posição de defesa incondicional do povo palestino contra os seus colonizadores e escravizadores. Passamos, então, a apresentar sinteticamente alguns pontos imprescindíveis de resoluções a serem tomadas pelos delegados.

1) A) Pelo fim imediato dos bombardeios sobre a população palestina e pela não invasão da Faixa de Gaza pelas forças militares de Israel. Denunciar e rechaçar a intervenção dos Estados Unidos, que vêm garantindo o esmagamento das massas palestinas. Colocar-se pela recuperação do território palestino, pela constituição de uma República Socialista e pela união dos trabalhadores palestinos e judeus.

B) Diante do Estado sionista armado para impor a anexação de todo o território palestino, defender o armamento das massas trabalhadoras e populares para combater o domínio militarista historicamente imposto pela criação do Estado sionista de Israel.

C) Diante do objetivo de destruir o Hamas, a CUT deve se colocar claramente em sua defesa, de forma que somente o povo palestino pode decidir sobre o seu destino. É imperativo rechaçar a caracterização sionista e imperialista de que o Hamas é uma organização terrorista. O que não significa confundir a política da classe operária pelo direito à autodeterminação do povo palestino com a do Hamas, que é determinada pelo nacionalismo e pelo obscurantismo religioso.

D) Cabe ao Congresso não só aprovar uma resolução com esse conteúdo, como também estabelecer que a CUT convoque as demais centrais, sindicatos e movimentos a se lançarem imediatamente a manifestações massivas e combativas. Cabe convocar assembleias e reuniões, bem como formar os comitês de luta em defesa dos palestinos contra seus gozoes.

2) A) Fim da guerra na Ucrânia, por uma paz sem anexação e sem imposição dos Estados Unidos e sua aliança imperialista.

B) Vincular a defesa do fim da guerra na Ucrânia com o fim da guerra do Estado sionista contra o povo palestino.

3) A) Aprovar a constituição de um movimento de oposição revolucionária ao governo de Lula e de frente ampla;

B) Colocar-se pela independência política e organizativa das organizações operárias e camponesas diante do Estado e dos governos;

C) Aprovar o programa de reivindicações que tenha por base a defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas e dos métodos próprios de luta dos trabalhadores. Por um salário mínimo vital, pela redução da jornada de trabalho sem reduzir o salário e pelo fim da terceirização;

D) Organizar um movimento pelo programa de reivindicações, pela derrubada das contrarreformas e do plano de privatizações. Pela reestatização sem indenização e pelo controle da produção. Expropriação de latifúndios, nacionalização e entrega das terras aos camponeses;

E) Que o Congresso aprove a convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações, bloqueios e manifestações de rua, como parte da preparação de uma greve geral.

*A Corrente Proletária/POR chama os delegados a discutirem esses pontos sintetizados e demais reivindicações que não se acham colocadas nesses pontos.*

*Não ao Congresso de conciliação de classes!*

*Por um Congresso de luta de classes!*



**R\$ 30**

ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR  
DO MASSAS

**Lênin estrategista  
da revolução proletária**  
*Apontamentos sobre a história  
do Partido Bolchevique*

**LANÇAMENTO LIVRO**

**Lênin estrategista  
da revolução proletária**

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



Nova  
Coleção  
Editorial

**Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.**  
[nossa.classe@hotmail.com](mailto:nossa.classe@hotmail.com) - [pormassas.org](http://pormassas.org) - [@massas.por](http://@massas.por) - [anchor.fm/por-massas](http://anchor.fm/por-massas) - (11) 95446-2020



# Balanço do 14º CONCURSOS

O Congresso Nacional da CUT (CONCURSOS) ocorreu entre os dias 19 e 22 de outubro, em São Paulo, contando com cerca de 2 mil delegados. O Congresso elegeu uma nova Direção para o quadriênio 2023/2027, reelegendo Sérgio Nobre como presidente. O POR esteve presente com uma delegação opositora, distribuiu seu Manifesto e divulgou seus materiais de propaganda.

O Congresso repetiu o burocratismo das edições anteriores. O encontro contou com várias palestras, onde somente os intelectuais ou figuras proeminentes do campo petista falavam. Os delegados, em suma, compareceram exclusivamente para ouvir – o que contrasta com o que deveria ser um congresso de trabalhadores. O princípio da democracia operária pressupõe a discussão coletiva, a deliberação por maioria e a execução de acordo com as decisões tomadas, ou seja, implica o vínculo entre debate e ação.

O CONCURSOS, porém, esteve completamente subordinado à política de sua corrente hegemônica, o PT. Por isso, se constituiu em um congresso burocrático e governista. O conjunto das resoluções refletiu a linha de blindagem do governo federal e de desvio do papel de mobilização que deveria cumprir uma central. Ao mesmo tempo, o tema das eleições no Brasil em 2024, bem como o processo atual na Argentina, ocupou uma posição de destaque. Guilherme Boulos/PSOL esteve presente e fez sua propaganda como pré-candidato à Prefeitura de SP.

Muito se falou sobre a necessidade de “derrotar a direita”, sem falar, no entanto, sobre o caráter de continuidade da política econômica do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin. O Congresso deixou de cumprir uma tarefa essencial para os explorados do país, que era preparar a luta nacionalmente pela revogação das contrarreformas aprovadas nos governos Temer e Bolsonaro, principalmente a previdenciária e a trabalhista. Pelo contrário, a Direção da central despejou muita demagogia em torno à reforma tributária e ao novo Arcabouço Fiscal, como se fossem medidas progressivas.

A caracterização do governo federal como “em disputa” serviu de tábua de salvação para responder às contradições

impossíveis de ocultar, como na questão indígena, do Marco Temporal. Nesses casos, a responsabilidade era creditada aos “aliados”, discurso sempre acompanhado da ressalva de que a frente ampla foi uma contingência, tendo em vista a necessidade de vencer Bolsonaro nas urnas.

O tema mais candente da conjuntura, a questão palestina, também foi objeto de uma resolução específica. O texto da resolução, no entanto, coloca em pé de igualdade as ações do Hamas e do Estado sionista de Israel, como se vê na passagem a seguir: “CUT condena os ataques israelenses que têm vitimado milhares de inocentes e também os atos de terror do Hamas que mataram mais de mil civis”. Trata-se de um crime, do ponto de vista de classe, igualar a violência dos oprimidos a dos opressores. Um delegado do POR se inscreveu para se opor a essa resolução e foi interrompido pela mesa organizadora dos trabalhos, a qual colocou que o texto não seria votado naquela instância, comprovando o elevado grau de burocratização do Congresso.

O POR atua no seio da CUT como força opositora, defendendo desde as bases a linha de conformação de uma fração revolucionária. Trata-se de batalhar pela autonomia dos sindicatos em relação aos governos e à burguesia, guiando o movimento sindical pelo princípio da independência de classe. Diante do acentuado processo de degeneração burocrática da CUT, o POR tem atuado por dentro das instâncias e, principalmente, junto aos trabalhadores, levantando a necessidade de expulsar a burocracia sindical, retomar o controle dos sindicatos e da Central, aplicando o princípio da democracia operária. O que só pode se concretizar tomando como ponto de partida as reivindicações elementares dos explorados, fazendo a ponte com suas consignas estratégicas, em defesa da revolução e do socialismo.

**LANÇAMENTO!**  
**Adquira já com o distribuidor do Massas por apenas R\$ 5,00**

**Balanço das eleições na APEOESP (2023)**

—  
A Oposição Unificada Combativa - Chapa 2 obteve uma importante vitória política diante da chapa governista do PT e aliados, inclusive setores que eram da Oposição e capitularam à Chapa !!  
—

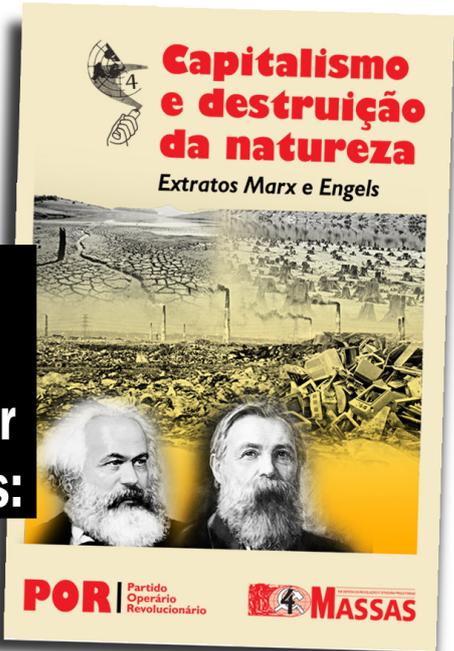



R\$5

Capitalismo e destruição da natureza

Extratos Marx e Engels

Adquira com o distribuidor de Massas:






# Exposição sobre estrutura sindical

No dia 25 de outubro ocorreu o debate sobre “Estrutura Sindical, como parte do Ciclo de Formação Política do SinTUFABC, realizado no campus Santo André.

A militante da Corrente Proletária/POR, encarregada de fazer a exposição, iniciou fazendo referência à Revolução Russa, de 25 de outubro de 1917, que completava nesse momento 106 anos. Destacou a importância das revoluções proletárias para a classe operária do mundo todo, em particular no Brasil, momento em que as greves e os nascentes sindicatos ganhavam força.

A exposição contou de três pontos:

1) Considerações gerais sobre os sindicatos na época do capitalismo concorrencial e na do capitalismo monopolista, em sua fase imperialista. O objetivo era demonstrar que a função dos sindicatos hoje está em ser um instrumento auxiliar da luta de classe, para pôr fim ao sistema capitalista. Para isso, tem de se apoiar em dois princípios fundamentais: a independência total e incondicional dos sindicatos em relação ao Estado burguês e a democracia operária. Nesse ponto, mostrou a política nefasta das direções sindicais de colaboração de classes, alimentando ilusões de que é possível obter reformas em favor da maioria explorada, o que torna um obstáculo e acentua o retrocesso político que vem passando a classe operária e demais trabalhadores. E a política que separa o capital e o trabalho, que se coloca por enfrentar os planos capitalistas e de seus governantes, que aumentam cada vez mais a exploração. Ressaltou que a ação da burguesia consiste em liquidar os sindicatos como organismos da luta de classes e substituí-los pelos sindicatos de colaboração. Para isso, contam com a política das direções reformistas. A tarefa da vanguarda consciente consiste em empreender a luta pela total independência dos sindicatos. Isso só é possível se na direção dos sindicatos estiverem os representantes dessa vanguarda revolucionária. Encerrou dizendo que a Corrente Proletária/POR combate a política de conciliação de classes, conseqüentemente a burocratização e estatização dos sindicatos, apoiando-se na independência política e organizativa e na democracia sindical.

2) A estrutura sindical no Brasil contou com quatro momentos. Iniciou ressaltando que os sindicatos foram criados no início do século XX, com o nascimento das indústrias, e protagonizaram lutas heroicas em defesa dos salários, redução da jornada de trabalho. É bom lembrar que a 1ª greve geral ocorreu em 1917. Com o ascenso do movimento operário, a burguesia e o governo de Getúlio Vargas vão impor as regras de funcionamento sindical. Ou seja, a estrutura sindical. Ao longo de 1930 até os dias de hoje, podemos destacar quatro momentos da situação política e a estrutura sindical:

A) Com o objetivo de controlar e disciplinar o movimento sindical, Vargas criou o Ministério do Trabalho em 1930, em conjunto com uma série de normas, como o decreto 19.770 de 1931, que estabelecia: a) a unicidade sindical. Ou seja, a garantia de sindicato único por categoria. Que existe até hoje; b) controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os recursos dos sindicatos, inclusive proibindo a utilização destes

recursos em períodos de greve; c) participação do Ministério nas assembleias sindicais; d) proibição da sindicalização dos funcionários públicos. Portanto, o Estado impôs a estrutura sindical e conceituou o sindicato como órgão de colaboração e cooperação com o Estado. Juntamente com esse disciplinamento dos organismos dos trabalhadores, Vargas criou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os institutos de Previdência Social e o imposto sindical compulsório.

Apesar desse rígido controle dos sindicatos, o período foi marcado por greves e manifestações contra a ditadura fascizante do chamado “Estado Novo”. Mas foi no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, que o movimento operário e camponês protagonizou greves, ignorando as leis proibitivas. Criou-se o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), uma tentativa de erguer uma Central Sindical. No campo, as lutas também se intensificaram por meio das Ligas Camponesas e da criação dos sindicatos rurais.

B) A ação da ditadura militar sobre o movimento operário e suas organizações. Os governos militares além de perseguir, assassinar e torturar lideranças sindicais passaram a nomear os interventores para dirigir os sindicatos. Apesar da brutal repressão, a classe operária protagonizou duas grandes greves, a de Osasco e Contagem, nos anos de 1968. Lembremos que a partir dessas manifestações, que incluía a dos estudantes, a ditadura impôs o Ato Institucional nº 5, visando cortar na carne os movimentos que despontavam contra a ditadura militar. No entanto, no final dos anos de 1970 com o avanço da crise econômica e os salários extremamente baixos, fez com que surgissem as heroicas greves do final dos anos de 1970, no ABC. Esses levantes operários trouxeram à tona a luta pela expulsão dos interventores dos sindicatos, nascimento de sindicatos e da CUT, em 1983.

C) O terceiro momento de mudanças na estrutura sindical ocorreu com a promulgação da Constituição de 1988, chamado de “redemocratização”. Houve algumas alterações nas regras impostas por Vargas, por exemplo, retirou o intervencionismo direto do Ministério do Trabalho para criação e funcionamento dos sindicatos, embora tenha continuidade de registrar os sindicatos diante do poder público; e possibilitou a sindicalização dos servidores públicos. Contudo manteve o imposto sindical compulsório, a unicidade sindical. Como vemos, o Estado continuou a determinar as bases da organização sindical, bem como a disciplina sobre o direito de greve. Na Constituição de 1988, está garantido o direito de greve. Mas se trata de um suposto direito de greve. Um ano após a promulgação da Constituição, o Estado impôs os limites da greve. Entre eles, proibição da suspensão dos serviços essenciais, o uso de meios “abusivos” para convencer outros trabalhadores a aderirem à greve, aviso de greve aos patrões de 72 horas etc. O não cumprimento das regras implica punição e multas ao sindicato e as direções sindicais. Permaneceu, portanto, o crivo do Estado ao estabelecer direitos e deveres entidades sindicais e dos trabalhadores.

D) A estrutura e funcionamento dos sindicatos depois da Reforma Trabalhista, em 2017.

Nesse ponto, foram destacados: a) a extinção do imposto sindical. Esse corte de financiamento compulsório, que vinha desde o governo Vargas, atingiu em cheio a grande maioria dos sindicatos e da enorme casta de burocratas. Observa-se, o Estado criou o imposto sindical e, depois, desfez dessa fonte de sustentação de milhares de sindicato, que cresciam em função da partilha desse enorme recurso financeiro. Mesmo as direções sindicais que se colocavam em discurso contra o imposto sindical, se viram golpeadas com o corte; b) com a reforma trabalhista, Lei 13.467, os capitalistas puderam ampliar a terceirização e implantar as várias modalidades de trabalho, entre elas, o intermitente. O resultado foi a aceleração da perda de milhões de sindicalizados. Basta lembrar que de 2012 a 2022, 5,3 milhões de trabalhadores se desfilaram dos sindicatos. O Brasil, hoje, tem a menor taxa de filiação, 9,2%; c) a corrida para tornar legal o desconto da taxa negocial, por meio da Justiça. Lembremos que o Supremo Tribunal Federal deu ganho favorável aos sindicatos. Apoiando-se nessa legalidade, até o sindicatos que dependam do imposto sindical passaram a cobrar dos não-filiados, como é o caso da Apeoesp. Trata-se da taxa cobrada após as campanhas salariais ou acordos coletivos.

### 3) Considerações finais

Retomou-se as considerações iniciais para mostrar que a classe operária e os demais trabalhadores não puderam impor uma estrutura sindical. Ao contrário, o Estado, em vários momentos da situação política, determinou as formas de funcionamento dos sindicatos. Isso se deveu e deve à política das direções sindicais, que não foram capazes de se independizar organizativamente do Estado burguês. Por outro lado, com a desagregação do capitalismo, a burguesia necessitou disciplinar os sindicatos, para que não se tornassem em instrumentos de potenciação da luta de classes. Contou, para isso, com a colaboração das burocracias que se constituíram uma casta poderosa controladora dos sindicatos e de todas as suas instâncias, as assembleias, congressos etc. A burocratização e estatização dos sindicatos imprimiram um profundo retrocesso político dos trabalhadores em geral. Romper com esse obstáculo, hoje, é uma tarefa imprescindível para recuperar os sindicatos como instrumentos auxiliares da luta revolucionária e, conseqüentemente, romper com essa camisa de força da estrutura sindical imposta pelo Estado.

Finalizada a exposição, houve uma rica discussão sobre o tema com participação de diversas trabalhadoras e trabalhadores. Em síntese, a discussão mostrou o quadro

de desagregação do capitalismo e, ao mesmo tempo, de profunda regressão política dos explorados. Seu marco está na dissolução da Internacional Comunista e da URSS, como parte da restauração capitalista. Sem os partidos revolucionários, a burguesia teve o caminho livre para avançar com a retirada de direitos, quebrar a unidade dos trabalhadores, e ampliar a exploração, contando com a colaboração das burocracias sindicais.

O retrato da decomposição do capitalismo está na fome, desemprego, flexibilização capitalista do trabalho, violência, guerra, ideologias reacionárias etc. O retrato da regressão política, por sua vez, está na sustentação da exploração do trabalho pelas direções sindicais, que ignoram a contradição entre capital e trabalho, e descaracterizam a natureza do sindicato, de defesa da força de trabalho e, portanto, de choque com a burguesia e suas instituições. Citou-se o exemplo da CUT que se tornou um apêndice do Estado burguês, passando a integrar organicamente os governos de colaboração de classes, a exemplo do ex-dirigente da CUT no Ministério do Trabalho.

As direções sindicais e políticas têm atuado para bloquear a luta por um programa próprio e incentivam a colaboração de classes, agindo de forma corporativista pelas vias judicial e parlamentar, traindo e levando a derrotas e a acordos nefastos, de demissão e redução salarial. O que gera desconfiança não apenas nas direções, mas nos sindicatos, pois geralmente os trabalhadores não distinguem a direção sindical da entidade sindical.

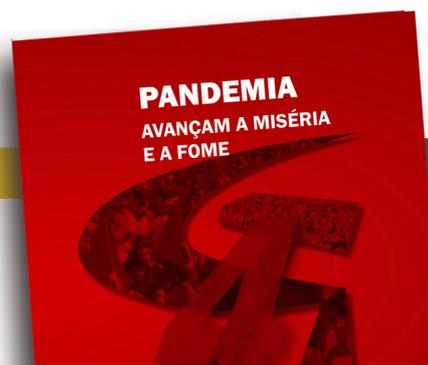
O sindicato é um instrumento de luta dos trabalhadores. Se as massas trabalhadoras não confiam em suas direções, precisam se colocar para superá-las. Não se trata de dividir as entidades e/ou escolher entre entidades sindicais, como fazem as burocracias carreiristas e aparelhistas, que utilizam os sindicatos como trampolim à vida parlamentar, criando diversas centrais sindicais e estabelecendo feudos em que não há disputa de forças, como se a direção tivesse propriedade sobre a base que dirige. Destacou-se que o sindicato é um organismo de frente única, e é a primeira escola de luta e consciência proletária. Por isso, é fundamental construir os agrupamentos classistas, e ganhar as direções das entidades sindicais, sendo que para ganhar a confiança dos trabalhadores é imprescindível apostar na luta classista e coletiva, promover formações, organizar assembleias democráticas e encaminhar as decisões. Trata-se de um árduo trabalho de combater a política burguesa e suas variantes, mas um passo incontornável na recuperação do terreno perdido à contrarrevolução.

**Publicado o livro:**

## **PANDEMIA**

**AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME**

“A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



**R\$ 40**

**ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR**

## Nesta edição:

**Palestina:**

- Campanha Internacionalista do POR - intervenção nos atos
- Manifesto do POR: Nova etapa da guerra do Estado sionista na Faixa de Gaza
- Manifesto do POR ao Dia Mundial de Solidariedade ao Povo Palestino
- Cursos de formação sobre o Imperialismo, Estado sionista e luta dos palestinos pela autodeterminação - São Paulo e Recife

**Lênin:**

- Aos operários judeus

**Argentina:**

- Comunicado do POR acerca das eleições nacionais

**Trotsky:**

- Oportunismo Socialista



## Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Intervenção do POR nos atos em defesa do povo palestino

# Campanha Internacionalista do POR

São Paulo

## Manifestação na Avenida Paulista em solidariedade ao povo palestino

Aconteceu, na Avenida Paulista, no domingo (29/10), a segunda manifestação centralizada contra o genocídio na Palestina. O ato contou com cerca de duas mil pessoas, com a presença de membros da comunidade árabe de São Paulo, além de partidos, coletivos, sindicatos e entidades estudantis. O POR esteve presente, distribuiu o seu panfleto, ergueu suas bandeiras e fez uma saudação ao ato (ver a transcrição abaixo).

De maneira geral, a linha política que predominou no ato foi a do pacifismo e da denúncia do massacre. A novidade, em relação ao primeiro ato, ocorrido no fim de semana anterior, foi que houve uma marcha, da Praça Oswaldo Cruz até o MASP – apesar da forte chuva que caiu durante o trajeto. As palavras de ordem variaram pouco, predominando “Palestina Livre!” e “Estado de Israel, Estado assassino, e viva a luta do povo palestino!”.

O contexto era de recrudescimento da barbárie, com a guerra entrando em uma nova etapa, principalmente devido à ação por terra, com tanques e destacamentos de soldados avançando sobre a Faixa de Gaza. No mundo todo, houve manifestações contra o massacre. O ato da Av. Paulista se insere nesse quadro.

Em sua breve saudação, o POR enfatizou a importância de responder à ofensiva sangrenta do sionismo com os métodos da luta de classes, levantando a necessidade da frente única anti-imperialista, sem deixar de indicar a saída estratégica, que é a luta por uma República Socialista no Oriente Médio. Durante a passeata, as direções informaram sobre a convocação para uma nova manifestação na capital paulista, a se realizar no dia 4/11.

Saudação do POR ao ato em “Solidariedade ao povo palestino, contra o genocídio”, no dia 29/10, na Avenida Paulista/SP

*Nesta manhã, aqui na Avenida Paulista, estão os lutadores em defesa da resistência palestina e contra o massacre imposto pelo Estado sionista de Israel. O mundo inteiro está se manifestando, com milhares e milhares de pessoas nas ruas.*

*A manifestação de hoje tem uma importância muito grande. O Estado sionista é um verdadeiro enclave norte-americano, um instrumento do imperialismo, assim como a ONU. A vergonha que presenciamos, com o massacre em Gaza, não pode ser tolerada. Temos de utilizar os métodos da luta de classes! Nós, do Partido Operário Revolucionário, saudamos esta manifestação e colocamos a necessidade imperiosa de erguer uma frente única anti-imperialista. O movimento dos explorados tem de enfrentar o ataque sionista com os métodos do proletariado, tendo como perspectiva de uma República Socialista que recupere a Palestina e acabe com a opressão nacional e de classe. Estamos incondicionalmente do lado dos oprimidos, contra o opressor. Nosso lado é o dos palestinos, contra o massacre em Gaza. Viva a luta da Palestina!*

Rondônia

## Debate sobre o massacre do Estado sionista aos palestinos

No dia 26 de outubro, a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Rondônia/ Adunir organizou um debate sobre “A questão palestina e o Estado sionista de Israel”. O POR interveio. Destacamos alguns pontos de seu pronunciamento.

O POR iniciou mostrando a importância da realização do debate, para organizar as manifestações em defesa do povo palestino. Enfatizou que a guerra do Estado sionista sobre a Faixa de Gaza é de dominação, enquanto a resposta do povo palestino indica a luta por sua libertação, que há mais de setenta anos sofre as duras consequências da opressão. Está aí por que estamos ao lado da resistência exercida pelo Hamas, embora não concordamos com a sua política de criação de um Estado teocrático.

Também assinalou que a resistência palestina implica o arma-

mento geral das massas. O que o Hamas não é capaz de implementar. Diante do massacre de milhares de palestinos, tem crescido o ódio ao imperialismo, principalmente aos Estados Unidos, responsável pelo financiamento e armamento do Estado sionista. A bandeira da frente única anti-imperialista é a tática que expressa a luta pela expulsão das potências imperialistas do controle que exercem sobre o Oriente Médio. Ressaltou que a autodeterminação do povo palestino só poderá ser conquistada por meio da revolução social e da edificação de uma república socialista.

A Corrente Proletária divulgou o Manifesto, que faz parte da campanha nacional do partido em defesa do povo palestino, fez a colagem de cartazes e armou uma banca com os materiais partidários, entre eles o livro “Socialismo ou Barbárie”, que contém um longo capítulo sobre o massacre de Israel sobre os palestinos.



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

Órgão do Partido Operário Revolucionário  
**Membro do Comitê de Enlace**  
**pela Reconstrução da IV Internacional**  
 (11)95446-2020 [pormassas.org](http://pormassas.org)  
 @massas.por -- [anchor:fm/por-massas](mailto:anchor:fm/por-massas)



**Declaração do Partido Operário Revolucionário (POR), seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)**

## **Nova etapa da guerra do Estado sionista na Faixa de Gaza**

### **Unir as forças da classe operária e demais oprimidos para derrotar a ofensiva colonialista de Israel**

28 de outubro de 2023

No vigésimo dia de bombardeio sobre a Faixa de Gaza, a Força de Defesa de Israel deu início às primeiras invasões com tanques e soldados. A primeira etapa da guerra consistiu em despejar milhares de potentes bombas sobre prédios, casas, escolas, moradias e centros de refugiados, não poupando sequer as imediações de hospitais. Estima-se a destruição de mais de 40% de estrutura e infraestrutura urbana; e mais de 6.000 mortos, dentre eles uma infinidade de crianças e adolescentes. Agora, espera-se que, com a invasão por terra, a mortandade se eleve a números estratosféricos.

Essa tem sido a reação do Estado sionista e do governo de Binyamin Netanyahu ao ataque do Hamas em 7 de outubro e à morte estimada de 1400 judeus. Inicialmente, a imprensa criou uma grande comoção mundial contra a “barbárie praticada pelo Hamas terrorista”, que tomou os israelenses de surpresa, quando se encontravam em festividade. A violência da operação militar do Hamas pairou no ar, como se fosse um ato insano, sem justificativa e sobretudo “covarde”.

O governo de Netanyahu, os Estados Unidos e todas as potências ocidentais aliadas levantaram imediatamente a bandeira de “direito à defesa de Israel contra o Hamas terrorista”. E armou-se a campanha internacional em torno à ideia de que a “existência de Israel estava em perigo”. A solução, segundo Netanyahu, os comandantes militares, a casta burguesa sionista e Joe Biden, estava em destruir o Hamas. O “direito à defesa”, portanto, se concentrava nesse objetivo estratégico. Eliminando cirurgicamente a “organização terrorista”, a existência de Israel estaria protegida.

Mas, surgiu um grande problema: acabar com o Hamas sem provocar uma mortandade de civis palestinos da Faixa de Gaza sem precedentes na história das guerras de implantação do Estado sionista seria impossível. Netanyahu, Biden e aliados sabiam que haveria uma carnificina que começaria não pelo Hamas, mas pela população, que não pouparia bebês, crianças, adolescentes, velhos, mulheres e homens. O bombardeio, mesmo sob a forma da mais alta tecnologia de guerra, não poderia provocar mortes seletivas. A guerra começaria não pondo em confronto a mais avançada força militar de Israel contra o primitivo e bárbaro Hamas; inevitavelmente, seria de arrasar parte da cidade e matar civis.

A explicação para essa obra aterrorizante estava na ponta da língua dos sionistas. A sua simplicidade poderia ser facilmente espalhada sobre as massas mundiais, a mais importante força social diante de uma guerra, precisamente por ser constituída pela maioria explorada que suporta o capitalismo em decomposição – o proletariado, os camponeses e os demais

trabalhadores – e por povos oprimidos pelo imperialismo. Simples assim: o Hamas se esconde entre a população da Faixa de Gaza, que comporta, comprimidamente, 2,3 milhões de palestinos miseráveis, e, portanto, para encontrar os “terroristas” que se escudam entre as massas, a solução é eliminar o anteparo humano, caracterizado por Netanyahu como “animais”.

A historieta de que toda guerra inevitavelmente provoca “danos colaterais” – contada pelas potências que podem bombardear uma região, um país ou megalópoles inteiras – não podia ser contabilizada a favor de Israel para justificar a mortandade de palestinos. Restava a justificativa de “direito à autodefesa” diante do “atentado terrorista a civis judeus”. A guerra decretada pelo Estado sionista consiste, assim, na particularidade de recair sobre um povo desarmado, destituído de uma economia minimamente desenvolvida, cercado militarmente e incapacitado de exercer qualquer independência, ao ponto de depender até mesmo de água e energia, que são ministradas pelos seus colonizadores.

Trata-se de uma guerra de uma potência militar com capacidade de armamento nuclear, que se vale do apoio das potências, sobretudo o dos Estados Unidos. O imperialismo viabilizou a criação do Estado sionista e possibilitou que estendesse a fronteira traçada em 1948, se apossasse pela via da força militar da maior parte do território que supostamente serviria à constituição de um Estado palestino, dividisse o povo palestino em dois territórios – Cisjordânia e Faixa de Gaza – montasse a farsa dos acordos de Oslo, instituisse a Autoridade Palestina como fantoche de Israel, corrompesse até a medula o regime político controlado pelo Fatah-OLP e mais recentemente passasse a anexar essa parte do território por meio dos assentamentos de colonos judeus.

Os levantes dos palestinos contra o sufocante cerco do Estado sionista com pedras, paus e qualquer objeto que tivessem ao alcance das mãos foram combatidos pelas forças treinadas a defender as fronteiras de Israel pela guerra permanente. O mundo assistiu aos sionistas erguendo uma cerca em torno à Faixa de Gaza e montando um campo de concentração a céu aberto, como acabou sendo corretamente caracterizado até mesmo pelos críticos do Hamas. Sem relações econômicas próprias, com uma vida social típica da mais elevada barbárie no capitalismo e submetidos a uma discriminação nacional e racial que se assemelha à desfechada pela reação antisemita contra os judeus, os palestinos da Faixa de Gaza colocaram em sua direção o Hamas e expeliram o Fatah-OLP, corrompido pelos acordos de Oslo e subordinado à “ajuda” do capital imperialista.

A divisão imposta pelo imperialismo aos palestinos e as falsificações sobre as quais se ergueu a Autoridade Palestina enfraqueceram a resistência das massas, que instintivamente procuravam se armar, como evidenciaram as Intifadas. A casta dirigente dos palestinos não poderia defender a nação oprimida armando a população e procurando a unidade dos oprimidos árabes do Oriente Médio para fazer frente aos Estados Unidos, à aliança imperialista e ao Estado sionista que se tornou a quarta força militar do mundo. Essa era a via da revolução social, que caminharia para unir palestinos e judeus em uma República Socialista – única via possível para acabar com as guerras insanas, que servem tão somente ao imperialismo, que passou a dominar o Oriente Médio, a impor as fronteiras nacionais entre a 1ª a 2ª Guerra Mundial, a forjar o poder das feudais-burguesias árabes, a derrotar o nacionalismo pan-arábico, a domesticar os governos ditatoriais, a explorar os recursos naturais, a se utilizar das cismões religiosas e, em particular, a isolar o povo palestino, para o Estado sionista então se firmar como enclave dos Estados Unidos no Oriente Médio.

A operação militar do Hamas em 7 de outubro e as mortes não foram um acontecimento pontual, inesperado e fugaz. Constituíram mais um dos episódios ao longo dos choques mortais desencadeados entre os judeus ocupantes e os palestinos autóctones, bem como das três guerras envolvendo países árabes, como Egito, Jordânia e Síria. Agora, mais uma vez a guerra de ocupação da Faixa de Gaza pelo Estado Sionista expõe a raiz histórica da opressão nacional exercida sobre o povo palestino, que, por suas condições derivadas da nova partilha do mundo levada a cabo pelo imperialismo, após a 2ª Guerra Mundial, não teve como encontrar uma via pacífica para se edificar em solo palestino e jamais terá.

As ilusões criadas pelos acordos de Oslo de estabelecer dois Estados, como estava previsto na resolução da ONU, deixaram definitivamente patente que o Estado sionista – imposto pelo poder econômico e militar da fração capitalista interessada em ter um enclave no interior do mundo árabe, cheio de contradições típicas das nações semicoloniais assentadas em valiosas riquezas naturais (as mais destacadas são as reservas de petróleo e gás) –, tem de ser expansionista, típico de um colonialismo tardio, sem o que não há como dar curso às forças produtivas implantadas no processo de edificação de Israel. Revelou-se inviável montar de fora para dentro da Palestina uma nação judia enquadrada em estreita fronteira com os palestinos. A guerra de 1948-1949 contra os países árabes opostos à decisão da ONU serviu para afirmar o Estado sionista, mas foi a vitória na Guerra dos Seis Dias, de 1967, que deu à burguesia israelita e ao imperialismo a certeza de que teriam pela frente um confronto permanente e cada vez mais violento pelo controle territorial e subordinação dos palestinos aos seus desígnios econômicos e sociais.

A expansão fronteiriça serviu de base a mais um avanço colonizador com a vitória na guerra de Yom Kippur, de 1973. Os países árabes derrotados se curvaram, abandonaram definitivamente a busca da unidade do pan-arabismo, aceitaram acordos cancelados pelos Estados Unidos e abandonaram a Palestina a sua própria sorte, de forma que se perpetuaram as novas fronteiras ditadas pelo Estado sionista aos palestinos. A “prisão” da Faixa de Gaza resultou desse processo expropriador e colonizador. E a Cisjordânia, que aparentemente foi apresentada como uma solução de pacificação, de fato, comparece como uma semi-prisão.

Os palestinos não têm como encarnar as forças produtivas

internas, que são uma extensão das controladas pelo Estado sionista. As autoridades israelenses se gabam de dar emprego aos palestinos e de garantir cidadania aos palestinos-israelenses. Mas, essa máscara confeccionada pelos exploradores e colonizadores capitalistas, baseados no capital imperialista, não tem como ocultar a violência diária descarregada sobre a imensa maioria dos palestinos. A opressão nacional é de uma contundência que obscurece a opressão de classe. Basta, no entanto, observar as condições de existência do povo palestino para se encontrar claramente a exploração capitalista do trabalho. O conteúdo de classe da opressão nacional deve ser exposto cruamente para se compreender a guerra permanente travada no antigo território palestino que emergiu após as duas guerras mundiais.

Na medida em que a feudal-burguesia árabe aceitou as condições impostas pelos Estados Unidos, a guerra tomou a forma de confronto entre uma potência militar colonialista e um povo desarmado. O Hamas como organização político-militar, de fundo islâmico, é gestado nessas condições históricas de opressão nacional. A matança na Faixa de Gaza, a investida das Forças de Defesa de Israel contra o Hamas e o objetivo de estabelecer um controle mais rígido sobre os palestinos potencia o choque entre o Estado sionista opressor e a nação oprimida. Trata-se de uma intervenção militar dos colonizadores sobre os palestinos brutalmente oprimidos.

A imediata internacionalização do confronto na Palestina dá a dimensão do significado histórico do colonialismo imperialista revestido de sionismo. Os navios de guerra dos Estados Unidos e da Inglaterra estão apontados para o Irã e para os países árabes que se veem premidos a ficar do lado da Faixa de Gaza. A Síria sofreu bombardeios em aeroportos. O sul do Líbano se acha conflagrado pela reação do Hezbollah e pelo cerco militar de Israel. A ONU continua como palco de demonstração das divergências, servindo de fato de cobertura à matança na Faixa de Gaza, com suas discussões hipócritas e cínicas sobre a defesa dos civis e do humanitarismo. O governo de Netanyahu avança com suas tropas por terra e mantém os palestinos sem comida, água e energia. Exerce esse poderio diante das massas árabes valendo-se das armas dos Estados Unidos e dos aliados imperialistas, que fingem divergir sobre até onde vai o direito de Israel exercer a denominada autodefesa. Gesta-se um quadro de conflagração no Oriente Médio, estando no seu epicentro os Estados Unidos, que pressionam os governos árabes a aceitarem a matança, podendo apenas reclamar na ONU sobre os excessos do Estado sionista.

Em todo o mundo cresce o entendimento dos explorados de que é preciso defender a Faixa de Gaza, acabar com os bombardeios genocidas, expulsar os tanques sionistas, unir os palestinos em defesa de sua autodeterminação nacional e contrapor-se ao intervencionismo imperialista no Oriente Médio. Manifestações massivas ocorrem em toda parte, inclusive nos Estados Unidos. Apesar de suas limitações políticas devido à crise de direção, os explorados que se erguem contra a matança na Palestina põem objetivamente à luz do dia a unidade anti-imperialista e antissionista. Cabe à vanguarda com consciência de classe constituir em toda parte a frente única anti-imperialista, anticapitalista e socialista.

**Pela derrota do Estado sionista de Israel! Pela unidade dos explorados e dos povos oprimidos do Oriente Médio em defesa dos palestinos! Lutar sob a bandeira de uma República Socialista da Palestina e pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!**



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ORGÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO – MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

**Órgão do Partido  
Operário Revolucionário**

(11) 95446-2020  
www.pormassas.org  
@massas.por  
anchor.fm/por-massas

Nº 34 – 4 de novembro de 2023

## Manifesto do POR ao Dia Mundial de Solidariedade ao Povo Palestino

### **NO MUNDO INTEIRO, OS EXPLORADOS CONDENAM A MATANÇA NA FAIXA DE GAZA. BASTA AOS BOMBARDEIOS! FORA OS TANQUES DE GUERRA SIONISTA DA FAIXA DE GAZA!**

**A UNIÃO DOS POVOS ÁRABES E PERSAS NO ORIENTE MÉDIO PODE DERROTAR O ESTADO SIONISTA DE ISRAEL, OS ESTADOS UNIDOS E SUA ALIANÇA IMPERIALISTA. ESTÁ POSTA A DEFESA DA NAÇÃO OPRIMIDA CONTRA A DOMINAÇÃO COLONIZADORA DO IMPERIALISMO.**

### **EMERGE DO RIO DE SANGUE NA COMPRIMIDA FAIXA DE GAZA, O PROGRAMA DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA**

Na medida em que as Forças de Defesa de Israel demonstraram que sua resposta ao 7 de outubro era a de esmagar a população palestina da Faixa de Gaza e impor-lhe o silêncio de sangue, manifestações gigantescas em várias partes do mundo tomaram a forma de resistência ao massacre e de defesa da nação oprimida.

Na medida em que o governo de união nacional, sob o comando de Netanyahu, deixou claro que não pouparia nada e ninguém, pôs às claras o ilimitado objetivo de avançar ainda mais a anexação da pequena parte do território que restou aos palestinos.

Na medida em que a matança indiscriminada de bebês, crianças, adolescentes, velhos e mulheres e a dizimação de famílias inteiras compunham a paisagem de escombros da Faixa e Gaza, ruiu a campanha sionista da mídia imperialista e de sua serviçal servidora nos países semicoloniais, como o Brasil, de que se tratava de uma guerra de existência de Israel ameaçada pelo Hamas.

Na medida em que o governo de Israel foi empurrando parte significativa da população do norte ao sul da Faixa de Gaza, não pôde mais esconder o plano de ocupar a Faixa de Gaza e anexá-la sobre a base de tanques e soldados.

Na medida em que Israel cortou toda fonte de subsistência da população – água, energia, alimentação e produtos hospitalares –, o governo de união nacional israelense de Netanyahu foi às últimas consequências com o cerco e a invasão militar da Faixa de Gaza.

Na medida em que as vozes cresciam em protestos humanitários, ficavam mais visível o cinismo e a hipocrisia daqueles que esperavam uma resposta comedida do Estado sionista.

Na medida em que os Estados Unidos tomaram a frente da aliança imperialista de apoio à guerra de Israel contra a Faixa de Gaza e a mortandade foi se avolumando, indicaram que seus navios de guerra apontavam para o Irã e países árabes para que assistissem ao genocídio sem interferirem em favor da resistência do Hamas e, sobretudo, das massas oprimidas do Oriente Médio.

Na medida em que as várias resoluções sobre a suspensão dos ataques aos palestinos foram sendo descartadas pelos Estados Unidos no Conselho de Segurança da ONU, mais amplo se tornou o cinismo burguês das vozes sobre o direito humanitário e a hipócrita discussão pacifista sobre como se fazer uma guerra respeitando as convenções internacionais e a humanidade dos civis.

Na medida em que uma massa de palestinos se dirigiu ao Sul, foi acompanhada por bombardeios e premedida pelas fronteiras egípcias, de forma que o alvoroço sobre o “corredor humanitário” se esfumou.

Na medida em que as mentiras de guerra espalhadas por Israel aumentaram e se chocaram com os acontecimentos, a campanha publicitária da imprensa imperialista foi se desmoralizando aos olhos do mundo.

Na medida em que as mentiras sionista foram se dissolvendo, os Estados Unidos e o governo Biden se apresentaram como principal responsável pela catástrofe humana na Faixa de Gaza e toda sorte de crime praticado pelo Estado sionista, sob o governo fascistizante de Netanyahu.

Na medida em que o massacre se impunha ao povo indefeso, desarmado, as falsificações históricas sobre a criação do Estado de Israel, por uma decisão da ONU, caíam por terra e emergia a verdade histórica do colonialismo tardio no território palestino.

Na medida em que a verdade se impunha em favor da nação oprimida, mais se desvaneciam as falsificações sobre o sionismo como solução histórica à dispersão dos judeus e à necessidade imperiosa de criar uma nação nas terras palestinas.

Na medida em que a matança na Faixa de Gaza se expandia dia a dia, se tornou um imperativo mostrar que o Estado sionista se impôs desde o início pelo poder das armas e da proteção dos Estados Unidos e de sua aliança imperialista.

Na medida em que se recorria à memória dos confrontos anteriores, das expulsões dos palestinos de suas terras ancestrais e das guerras com os árabes, se expunha o conteúdo da violência colonialista, sobejamente conhecido na história da

conformação do capitalismo e de sua evolução para a fase imperialista, que é a de reação em toda a linha.

A invasão por terra na Faixa de Gaza é a condição final para o Estado sionista cumprir o objetivo anunciado de esmagar e erradicar o Hamas. Os Estados Unidos e aliados são decisivos para que o governo de Netanyahu provoque a mortandade que for necessária da população desarmada para chegar ao inimigo armado. Biden justifica a guerra separando o Hamas dos palestinos. Netanyahu e seus generais sionistas justificam a chacina responsabilizando a população desarmada por se deixar servir de escudo do Hamas. Essa é a lógica do Estado sionista e do imperialismo: destruir o habitat e matar em grande escala para alcançar o seu objetivo militar.

Diante de uma grande comoção mundial e do desmascaramento ideológico do colonialismo sionista, que têm dado lugar a grandes manifestações e indicado os perigos de conflagrações populares, Biden reafirma o completo apoio dos Estados Unidos, mas pede moderação às ordens militares de Netanyahu, procurando se desresponsabilizar do banho de sangue.

A fase de invasão à Faixa de Gaza colocou a discussão entre as forças do imperialismo sobre o que fará Israel, se conseguir destruir a capacidade de resistência do Hamas. A história da implantação do Estado sionista contém a resposta. Começou pela violenta expulsão das massas palestinas, que, destituídas de território, se tornaram mais de seis milhões de refugiados, seguiu com as guerras de expansão territorial e se consolidou como força anexionista. A Faixa de Gaza e a Cisjordânia não são uma nação palestina. São prisões completamente fechadas ou quase fechadas. O Estado sionista varreu os palestinos de suas terras e os confinou em uma espécie de gueto.

O fato é que em Gaza se gesta e organiza a resistência armada, representada principalmente pelo Hamas, o que levou a oligarquia burguesa sionista a impor o regime de campo de concentração, quando, em 2005, se deparou com a impossibilidade de manter sua intervenção direta. Na Cisjordânia, o regime de cárcere imposto aos palestinos distingue-se apenas em grau da situação vigente na Faixa de Gaza.

As Intifadas que uniu Gaza e Cisjordânia foram a expressão mais avançada da luta nacional pelo direito à autodeterminação do povo palestino. Foram esmagadas pelo poderio militar e policial do Estado sionista, que se valeu de toda a sua superioridade para enfrentar uma população desarmada. O levante popular mostrou o caminho da luta contra o opressor colonialista, e a necessidade de uma direção revolucionária que resolvesse o problema do armamento das massas.

Na situação de guerra na Faixa de Gaza, a população desarmada foi transformada em meio para as Forças de Defesa de Israel se lançarem com todo o seu poderio militar à caça do Hamas. Na Cisjordânia, os germes da rebelião estão sendo

sufocados com a anuência da Autoridade Palestina – essa é a maior das tragédias históricas dos 75 anos de choques dos palestinos com a oligarquia burguesa sionista.

Na guerra de dominação impera a força, não importa a pilha de mortos e a devastação do habitat. A máscara do humanitarismo serve à matança, ao poder do opressor. A verdade crua e nua está retratada nos bombardeios que transformaram Gaza em ruínas e na enorme fila de tanques mortíferos que invadem sem ter pela frente um exército à altura de resistir. Está retratada nos bombardeios a escolas, igrejas, hospitais e campo de refugiados. Está retratada dramaticamente na matança de crianças e de famílias inteiras. Está retratada nos navios atômicos e no contingente de soldados enviados pelos Estados Unidos às imediações do Oriente Médio. Está retratada no bloqueio da passagem do sul da Faixa de Gaza ao Egito. Está retratada no impedimento da entrada de caminhões da “ajuda humanitária”, sob a alegação de que servirá ao Hamas.

Essas manifestações da barbárie do capitalismo em decomposição, de conjunto, estão movimentando as massas, em maior ou menor grau, no Oriente Médio, na Europa, Ásia, África e América Latina. Pedem pelo cessar fogo imediato. Clamam pelo direito dos palestinos à autodeterminação. Gritam contra o colonialismo sionista. Condenam a intervenção imperialista dos Estados Unidos.

Por cima de todos esses acontecimentos, as potências discutem o destino da Faixa de Gaza. Aventam uma intervenção da ONU, assim que Israel concluir a invasão. Exumam a velha proposição de dois Estados. Especulam sobre qual é a melhor forma do Estado sionista sair fortalecido sobre os escombros da Faixa de Gaza e das sepulturas de milhares de palestinos.

Aqui estamos neste “Dia Mundial de Solidariedade ao Povo Palestino” para exigir a imediata retirada dos tanques, fim dos bombardeios e de toda forma de ataque aos palestinos da Faixa de Gaza e da Cisjordânia. Estamos em uma frente única contra a intervenção dos Estados Unidos e dos seus aliados no Oriente Médio.

O Partido Operário Revolucionário (POR) está pela resistência do povo palestino à dominação colonial e à opressão nacional. Reconhece que a profunda crise de direção revolucionária tem impedido a luta pela união dos palestinos com as massas exploradas árabes, persas e demais nacionalidades para enfrentar e derrotar o sionismo-imperialismo. Defende que a reconquista da Palestina e o fim da opressão sofrida pelos palestinos está na razão direta da luta por uma República Socialista, que resultará da revolução social. Essa é a via histórica para unir os povos oprimidos para derrubar o poder da feudal-burguesia, expulsar o imperialismo e abrir caminho pela edificação dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

## **Pelo fim da matança na Faixa de Gaza!**

### **Fora os Estados Unidos do Oriente Médio!**

#### **POR UMA FRENTE ÚNICA ANTI-IMPERIALISTA EM DEFESA DA AUTODETERMINAÇÃO DO POVO PALESTINO!**



**POR**  
PARTIDO OPERÁRIO  
REVOLUCIONÁRIO



www.pormassas.org  
PODCAST - anchor-fm/por-massas  
fb.com/massas.por  
por@pormassas.org

## Campanha Internacionalista do POR

*Abaixo publicamos o informe do curso de formação que tratou da questão palestina*

# Curso de Formação política em São Paulo

No dia 22 de outubro, ocorreu o curso mensal de formação política em São Paulo. Há algum tempo, os cursos têm sido dedicados à discussão sobre a guerra da Ucrânia e, agora, sobre o massacre do Estado sionista de Israel sobre o povo palestino. Em relação à guerra da Ucrânia, a formação política além de estudar os Manifestos e Declarações do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) procurou assimilar as formulações de Lênin e Trotsky sobre a autodeterminação das nações oprimidas, bem com os conceitos de guerras de dominação e libertação.

No último curso “Imperialismo, Estado Sionista e a luta dos palestinos pela autodeterminação”, convocado como ato político, também foi saudado os 106 anos da Revolução Russa. Nesse dia, foram constituídos quatro grupos. Cada grupo estudou um dos artigos do jornal especial nº 700: 1) Manifesto “Pelo fim da matança na Faixa de Gaze. Combater a gigantesca campanha do imperialismo em favor dos bombardeio e da ocupação militar do pouco que resta do território palestino. Por um frente única anti-imperialista em defesa da autodeterminação do povo palestino”; 2) Introdução do folheto “Combater o genocídio do povo palestino com o internacionalismo proletário” ; 3) “A solução está em dois Estados”; 4) Declaração do POR-Argentina “Defender o direito dos palestinos à resistência. É preciso derrotar a política genocida do Estado sionista de Israel”.

Depois de uma hora e meia, os grupos expuseram suas conclusões na plenária. Destacamos os principais pontos debatidos coletivamente. 1) o caráter de classe da guerra travada pelo Estado sionista sobre o povo palestino; 2) por que se opor à campanha de que o Hamas é um grupo terrorista; 3) como expressar a luta pela constituição de uma frente anti-imperialista; 4) o problema do armamento das massas; 5) como responder a unificação dos palestinos e a defesa da república socialista; 6) o significado da bandeira “Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio; 7) as diferentes posições das correntes em relação à luta do povo palestino.

## Síntese da discussão sobre os sete pontos acima descritos

A opressão nacional não pode ser dissociada da opressão de classe. Em toda a luta da nação oprimida contra a nação opressora, está colocada a luta de classes. De um lado, na nação oprimida, se estabelece uma frente única pela autodeterminação nacional, que inclui uma fração da própria burguesia. Mas a unidade nacional contra a dominação imperialista expõe as diferenças estratégicas entre o proletariado e a burguesia nacional. O proletariado se alia naturalmente ao campesinato e outras camadas exploradas da população para determinar o curso da luta pela libertação e independência nacional da nação oprimida. A posição burguesa é incapaz de romper completamente com as determinações econômicas e sociais do imperialismo. A classe operária, ao contrário, se destaca como a única classe capaz de derrotar as forças do imperialismo. O fundamental está em que na luta da nação oprimida contra a nação opressora o proletariado combate sobre a base do programa da revolução social. De outro lado, na nação imperialista, a classe operária combate a opressão nacional exercida pelo seu próprio país se unindo aos explorados da nação oprimida, lutando também sobre a base do programa da revolução social. A luta de classes, portanto, é a via pela qual se desenvolve o combate pela autodeterminação da nação oprimida.

Quanto à frente única anti-imperialista, se estabelece uma unidade de classes distintas contra o inimigo opressor. Trata-se de uma posição histórica nas condições do capitalismo da época imperialista. A classe operária não pode se negar a combater lado a lado com o

campesinato e uma fração da própria burguesia nacional. Está aí o caráter tático da frente única anti-imperialista. A questão fundamental está em que o proletariado, organizado pelo partido que expressa a revolução social, tem de se colocar na direção da maioria oprimida, de forma a combater com uma diretriz independente da burguesia e do próprio campesinato. O caso da luta pelo direito à autodeterminação da nacionalidade palestina deixa bem clara a necessidade da frente única anti-imperialista, de acordo com esse fundamento tático do marxismo-leninismo-trotskismo, que corresponde à estratégia da revolução social. É decisiva nesta luta dos palestinos contra o domínio sionista-imperialista a estratégia de unidade da Palestina sob uma República Socialista, que por sua vez corresponde ao programa histórico de superação do domínio imperialista e da brutal opressão de classe, por meio dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Sem a luta por esse programa, não será possível unificar os explorados palestinos, judeus, árabes, iranianos e outras nacionalidades, para pôr fim ao longo processo de guerras de dominação.

O Hamas é uma organização que emergiu das profundezas da opressão nacional. Por sua natureza de classe, por seus objetivos históricos e por seus métodos de luta, é burguês, embora expresse as massas palestinas esmagadas pela opressão nacional que, no fundo, carrega a opressão capitalista de classe. Seu objetivo estratégico de libertar os palestinos da dominação sionista-imperialista é o de constituir um Estado teocrático, que não é outra coisa senão um Estado burguês. Eis por que a sua resistência armada contra o poderio militar e econômico do Estado sionista não corresponde aos métodos proletários da luta de classes, embora possa ter este ou aquele traço de aproximação. Durante toda a sua existência, que começou com as intifadas, não promoveu o armamento das massas, depende de uma fração da feudal burguesia do Oriente Médio e do movimento religioso islâmico. A defesa incondicional do Hamas contra o saque imperialista tem por conteúdo que o proletariado não exigirá de sua organização que assuma seus métodos da luta de classe. Trata-se de defender o Hamas contra todo tipo de ataque do imperialismo, de forma justamente a desenvolver a luta anti-imperialista e em seu seio a estratégia da revolução social, da unidade palestina sob uma república socialista e pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

O POR já havia se distinguido das posições burguesas e pequeno-burguesas que se manifestam na luta de frente única contra a opressão sionista, o colonialismo e o massacre da população palestina. Esse trajeto está bem definido e desenvolvido nos documentos que se encontram reunidos no livro “Socialismo ou Barbárie”. Os principais pontos, resumidamente, são: 1) crítica à defesa de dois Estados e de um Estado burguês, democrático, que unifique palestinos e judeus. Há evidentemente uma importante diferença entre essas duas posições. A defesa de dois Estados corresponde à admissão do Estado sionista, imposto definitivamente pela decisão da ONU em 1948. No segundo caso, que reúne a maioria da esquerda centrista que se diz trotskista, e que foi originalmente estabelecido pelo movimento palestino do Fatah, se tem uma solução democrática, que, portanto, resultaria de uma revolução democrática de independência nacional. Se fosse possível, seria progressiva. O fracasso do Fatah-OLP indica, precisamente, essa impossibilidade. Derrotar o Estado sionista implica derrotar a dominação imperialista, que se realiza sobre a hegemonia dos Estados Unidos. Essa é uma tarefa da revolução social, que não se atém à luta democrática pela autodeterminação do povo palestino. É importante também ter claro que o desenvolvimento da estratégia revolucionária passa pela luta democrática, que se manifesta na frente única anti-imperialista.

Após essa discussão, os militantes e simpatizantes se colocaram de pé. De punhos erguidos, deram um viva à resistência do povo palestino e um viva aos 106 anos da Revolução Russa de outubro de 1917.

## Campanha Internacionalista do POR

*Publicamos abaixo o informe do curso de formação em Recife sobre a questão palestina*

## **Realizada formação sobre Imperialismo, Estado sionista e luta dos palestinos pela autodeterminação**

No dia 28/10, o POR realizou em Recife uma formação sobre a guerra travada por Israel contra os palestinos em Gaza. A atividade, ocorrida na UFPE, contou com a presença da militância, de simpatizantes e convidados, além de companheiros do CE e RN.

A atividade iniciou com a exposição de um camarada sobre a linha programática desenvolvida pelo partido no conflito e foi seguida pela leitura/discussão do manifesto do POR “Pelo fim da matança na faixa de Gaza”.

Muitos camaradas pediram a palavra para destacar pontos da situação ou para tirar dúvidas. A formação destacou os seguintes pontos: a) o caráter artificial do Estado de Israel, imposto sobre o território palestino pelo imperialismo norte-americano/britânico, a partir do apoio ao movimento nacionalista reacionário sionista; b) o Estado sionista foi criado para servir de enclave e posto avançado do imperialismo na estratégica região do Oriente Médio, rica em petróleo e gás natural. Nunca correspondeu à aspiração e luta real das massas judias por sua autodeterminação; c) a natureza de Israel, um Estado racial-militar, colonialista e expansionista não poderia permitir a solução dos dois Estados, estabelecida pelo próprio imperialismo na ONU, em 1947, isto é, que os palestinos pudessem dispor de autodeterminação. Eis por que Israel avançou e avança com seus assentamentos na Cisjordânia apesar de todas as concessões feitas pela Autoridade Nacional Palestina de Mahmoud Abbas (OLP) e age para anexar territórios desde a primeira guerra árabe-israelense de 1948-49; d) o capitalismo, em sua fase imperialista de esgotamento histórico e domínio do capital monopolista, exige o controle das fontes de matérias primas. O imperialismo norte-americano necessitou recorrer, por um lado, à via de estabelecer um enclave no Oriente Médio, profundamente militarizado e, por outro, à subordinação das feudal-burguesias árabes pelo poder econômico, incluindo aí a OLP. Trata-se não apenas de garantir o controle e segurança no fornecimento regular do petróleo/gás para sua economia, mas também de monopolizar seu controle para subordinar as demais economias dependentes do petróleo, incluindo seus aliados na Europa e Ásia; e) a capitulação do estalinismo, com o reconhecimento de Israel

pela URSS (parte dos acordos de divisão do mundo em áreas de influência no pós-guerra) e mais tarde a capitulação das feudal-burguesias árabes, incluindo de seus governos nacionalistas, depois de frustradas as guerras árabe-israelenses de 1967-1973, abriu caminho para o desenvolvimento de movimentos nacionalistas pequeno-burgueses de orientação islâmica; f) O Hamas, tanto por sua política nacionalista pequeno-burguesa, portanto incapaz de expropriar a burguesia e desenvolver um programa proletário/classista para o problema da opressão nacional, quanto por seus métodos de luta que não excluiu o terror individual, alheios ao armamento das massas e formação de contingentes armados (ainda que bem treinados), separados das massas, não tem como derrotar o Estado Sionista. Apesar disso, seu choque violento com Israel corresponde inteiramente ao sentimento e revolta das massas esmagadas. Eis por que é preciso rechaçar a pretensão reacionária de separar o Hamas da população palestina, ou de se solidarizar com os palestinos, condenando de antemão o ‘terrorismo’ do Hamas. Entre o Estado de Israel opressor e o Hamas nacionalista e islâmico, os revolucionários se colocam na defesa incondicional do Hamas contra o imperialismo sionista; g) O POR se coloca contra a solução dos dois estados, apoiada pelos reformistas do PT e PSOL, bem como considera impossível a solução de um estado único, não racial, democrático e laico, que tem sido defendido pelo centrismo do PSTU etc. Levanta a estratégia de uma república palestina socialista, uma, livre e independente como parte dos Estado Unidos Socialista do Oriente Médio, única forma de garantir que judeus e palestinos convivam harmonicamente. O método para sua conquista parte da destruição do Estado Sionista e militarista pela revolução social, que será obra das massas proletárias árabes e judias. A necessidade histórica de destruir o capitalismo agônico exige a tarefa de superar a crise de direção com a construção dos partidos revolucionários do Oriente Médio, parte da reconstrução da IV Internacional.

Após o debate, bastante rico e elevado, a formação foi encerrada com a mesa pedindo aos presentes que se colocassem de pé para dar um viva à luta dos palestinos pela autodeterminação e um viva aos 106 anos da revolução russa de 1917.

## Campanha Internacionalista do POR

*Publicamos abaixo um documento escrito por Lênin sobre a posição marxista diante da opressão sofrida pelos judeus. Seu objetivo é o de compreender a questão nacional, o nacionalismo burguês e o internacionalismo proletário.*

## **AOS OPERÁRIOS JUDEUS<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Extraído das *Obras Completas* de Lenin, Editorial Progreso: Tomo X, páginas 275 – 279, Moscou, 1982.

Ao publicar o Relatório sobre o III Congresso do POSDR em iídiche, a Redação do Órgão Central do Partido considera necessário dizer algumas palavras em relação a esta publicação.

As condições de vida do proletariado consciente, no mundo inteiro, exigem que se estabeleçam os laços mais estreitos possíveis e a maior unidade crescente na sistemática luta socialdemocrata dos operários das diversas nacionalidades. A grande consigna “Proletários de todos os países, uni-vos!”, que ecoou pela primeira vez há mais de meio século, não é apenas a consigna dos partidos socialdemocratas dos diferentes países. Transforma-se cada vez mais numa realidade viva, tanto na unificação da tática da social-democracia internacional como na unidade organizativa entre os

proletários das diversas nacionalidades que lutam, sob o jugo de um mesmo Estado despótico, pela liberdade e pelo socialismo.

Na Rússia, os operários de todas as nacionalidades, especialmente os de nacionalidade não russa, sofrem uma opressão econômica e política como em nenhum outro país. Os operários judeus, como nacionalidade marginalizada, não só sofrem opressão econômica e política geral, mas também sofrem sob o jugo que os priva de direitos cívicos elementares. E quanto mais dura é essa opressão, maior a necessidade da mais estreita unidade possível entre os proletários das diferentes nacionalidades, pois sem essa unidade é impossível uma luta vitoriosa contra a opressão. Quanto mais a autocracia czarista se esforça para semear a discórdia, a

desconfiança e a hostilidade entre as nacionalidades que oprime, quanto mais abominável é sua política de incitar as massas ignorantes a realizar selvagens pogroms, mais obrigados estamos nós, socialdemocratas, a trabalhar para que todos os partidos socialdemocratas dispersos das diferentes nacionalidades se fusionem num único Partido Operário Social-Democrata da Rússia.

O Primeiro Congresso do nosso Partido, realizado na primavera de 1898, se propôs estabelecer esta unidade. Para afastar qualquer ideia de seu possível caráter nacional, o Partido se autodenominava Partido Operário Socialdemocrata da Rússia e não Partido Operário Socialdemocrata Russo. A organização dos operários judeus – o Bund – aderiu ao Partido como uma seção autônoma. Infelizmente, a partir desse momento, a unidade dos socialdemocratas judeus e não judeus foi destruída dentro do mesmo partido. Entre os dirigentes do Bund, as ideias nacionalistas começaram a se espalhar, ideias que estão em aguda contradição com a visão de mundo própria da socialdemocracia. Em vez de tentar aproximar os trabalhadores judeus e os não-judeus, o Bund embarcou numa política de afastar uns dos outros. Em seus congressos, exigiu uma existência separada para os judeus como nação. Em vez de continuar o trabalho iniciado pelo I Congresso do Partido Operário Social-Democrata da Rússia, orientado para uma unidade ainda mais estreita entre o Bund e o Partido, o Bund se afastou ainda mais deste: primeiro, retirou-se da organização unificada do POSDR no exterior, que até então única, para fundar uma organização estrangeira independente; mais tarde, em 1903, quando o Segundo Congresso do nosso Partido se recusou por uma maioria considerável a reconhecer o Bund como único representante do proletariado judeu, abandonou também as fileiras do POSDR. O Bund aferrou-se de modo irredutível à ideia de que não apenas era o único representante do proletariado judeu, senão que suas atividades não deviam ser limitadas por nenhum marco territorial. Naturalmente, o Segundo Congresso do POSDR não podia aceitar tais condições, uma vez que em várias regiões, como, por exemplo, no sul da Rússia, o proletariado judeu organizado constitui parte da organização geral do Partido. Ignorando essa posição, o Bund retirou-se do Partido e assim quebrou a unidade do proletariado socialdemocrata, apesar do trabalho que tinha sido realizado conjuntamente no II Congresso, e apesar do Programa e do Estatuto de organização do Partido.

O Partido Operário Social-Democrata da Rússia, tanto no Segundo quanto no Terceiro Congressos, expressou a sua firme convicção de que o Bund, ao separar-se do Partido cometeu um grave e lamentável equívoco. Este equívoco do Bund é resultado de suas concepções nacionalistas, insustentáveis no terreno dos princípios;

o resultado de sua infundada pretensão de ser o único representante monopolista do proletariado judeu, do qual deriva necessariamente o princípio federalista de organização; o resultado de sua política de longa data de manter-se distante e isolado do Partido. Estamos convencidos de que este erro tem de ser corrigido e que será corrigido à medida que o movimento continuar crescendo. Consideramo-nos ideologicamente unidos com o proletariado socialdemocrata judeu. Após o Segundo Congresso, o nosso Comitê Central não manteve uma política nacionalista, mas, esforçou-se para conformar os comitês (o de Polesie, o do Noroeste) que unificassem os operários locais, judeus e não judeus. O Terceiro Congresso do POSDR deliberou traduzir as publicações do partido para o iídiche. Cumprindo essa deliberação, publicamos agora uma tradução completa nesta língua, a tradução completa do informe sobre o Terceiro Congresso, já publicado em russo. Pela sua leitura, verão os operários judeus – tanto aqueles que agora estão em nosso Partido quanto aqueles que estão temporariamente fora dele – como nosso Partido se desenvolve. Poderão verificar que este se encontra prestes a superar a crise interna que tanto dano lhe causou após o II Congresso. Poderão ver quais são as verdadeiras aspirações do nosso Partido e qual a posição diante dos outros partidos e organizações socialdemocratas nacionais, bem como as relações que o Partido em seu conjunto e suas organizações centrais mantêm com as diversas partes que a integram. Finalmente, poderão ver – e isso é o mais importante – as diretrizes táticas que foram elaboradas pelo III Congresso do POSDR em relação com a política de todo o proletariado com consciência de classe, no momento revolucionário atual.

Camaradas: aproxima-se a hora da luta política contra a autocracia czarista, a hora da luta do proletariado pela liberdade de todas as classes e povos na Rússia, pela liberdade do impulso proletário em direção ao socialismo. Terríveis provações estão reservadas para nós. De nossa consciência e do nosso trabalho de preparação, de nossa unidade e decisão dependerá o desenlace da revolução na Rússia. Trabalhemos então com maior audácia e maior coesão! Façamos tudo o que estiver ao nosso alcance para que os proletários das diferentes nacionalidades marchem para a liberdade sob a liderança de um Partido Operário Social-Democrata Russo realmente unido!

*Redação do Órgão Central do Partido Operário Social-Democrata da Rússia*

*Escrito no final de maio 1905*

*Publicado pela primeira vez em 1905 como prólogo ao folheto “Informe sobre o III Congresso do Partido Operário Social-Democrata da Rússia”, editado em iídiche.*

## Argentina

# Comunicado do POR (CERQUI) acerca das eleições nacionais

23 de outubro de 2023

A intensa campanha para que fossem votar os que se abstiveram atraiu 8% a mais de eleitores. Mas o percentual ainda é historicamente baixo. Por um lado, o medo de uma vitória da extrema-direita e, por outro, algumas concessões econômicas aumentaram a presença dos eleitores.

O que foi escolhido?

Foram eleitos 2 candidatos a presidente, deputados, governadores e prefeitos.

Por cima deles, estão aqueles que realmente governam o país, aqueles que têm o poder: o FMI, os banqueiros, um punhado de oligarcas, os grandes capitalistas nacionais e estrangeiros. Ninguém vota neles, mas são eles que decidem.

Estão sendo eleitos pelo voto aqueles que representarão os interesses dos poderosos nos governos e no Congresso. Eles não nos representam, não representam a maioria oprimida, não representam o interesse nacional. Eles representam uma minoria dona do país, dos grandes meios de produção. É preciso partir desta reflexão mais geral.

Esse é o regime político que temos, uma democracia que nos apresenta alguns candidatos que foram pré-selecionados por essa potência capitalista, à qual devem obediência, que generosamente financia suas campanhas, com milhões de dólares e o uso indiscriminado de seus meios de comunicação. Os candidatos que disputam os principais cargos tiveram que jurar respeito ao grande patrimônio, honrar as dívidas que contraíram para fugir e especular e para espremer ao máximo possível os oprimidos.

É a mesma coisa que se repete a cada 2 ou 4 anos, com protagonistas diferentes. 97% dos votos afirmativos foram para candidatos que defendem a ordem capitalista, a grande propriedade, o acordo com o FMI e suas imposições, a exploração do trabalho.

Grande parte da sociedade não manifestou qualquer entusiasmo pelas eleições, está farta deste circo. Estamos vivendo uma profunda erosão das formas democráticas, uma perda de ilusões neste regime. As manifestações contra as eleições neste processo foram menores do que nas PASO, o número de eleitores aumentou e o número de votos brancos e nulos diminuiu.

Os politíqueiros continuaram falando como se fossem alheios ao desastre dos últimos 50 anos. A situação é insuportável, a inflação e a dívida estão nos destruindo e ninguém se propõe atacar a raiz dos problemas. A inflação medida pelo INDEC é de 138,3% (e muito maior em alimentos), com alto nível de pobreza (a grande maioria das crianças é pobre). Alertamos que não há solução possível nas mãos dessas pessoas. Reiteramos: a solução está em nossas próprias mãos, em nossa própria organização, em nossa própria política independente dos capitalistas.

Por que Massa ganhou a eleição?

Parece um milagre que o ministro da Economia desse governo incapaz e covarde, de joelhos diante do FMI, que desencadeou uma inflação insuportável, que fez recuar ainda mais o poder de compra das massas, possa ser o vencedor das eleições. Um candidato combatido pela grande mídia.

Ganhou porque despertou o temor de um homem das cavernas de ultradireita, que anunciava que liquidaria todos os direitos, que faria uma desvalorização extraordinária do peso, causando um transbordamento inflacionário maior, que privatizaria o que resta nas mãos do Estado, que eliminaria subsídios às tarifas etc. Porque fez concessões às massas, eliminando efetivamente o imposto de renda dos trabalhadores, devolvendo o IVA na compra de alimentos, com bônus aos aposentados, com empréstimos baratos etc. Enquanto, ao contrário, a oposição burguesa rejeitava essas concessões. Porque habilmente se apresentou como se não fizesse parte desse governo, como se fosse um adversário. Porque Alberto Fernández desapareceu de cena, como se não houvesse presidente. Porque recorreu a um discurso nacionalista: denunciou o acordo com o FMI como responsável pela inflação (embora foi ele quem mais fez para cumprir o programa do FMI); reivindicou a soberania sobre as Malvinas; Ele falou da defesa da indústria e da produção diante da abertura da economia. Ele falou sobre defender direitos. Porque Milei apenas manteve sua votação anterior, reforçando seu discurso contra os direitos, anunciando que privatizaria tudo, chegando a propostas abertamente ridículas.

E o Juntos por el Cambio, que até um ano atrás se considerava a si mesmo o vencedor natural das eleições nacionais, que governa 10 províncias, manteve seu discurso contra os piquetes, contra as greves, contra os sindicatos, contra o kirchnerismo, por ordem e segurança, mantendo o voto tradicionalmente gorila e antiperonista; e teve um forte revés eleitoral.

Massa concentra sua proposta política no apelo à unidade nacional, construindo uma ponte para setores que rompem com o

Juntos por el Cambio. Sua unidade nacional é com o capital financeiro, com os especuladores, com as multinacionais, com o FMI, com os grandes capitalistas, contra os interesses da maioria. Sua unidade é para manter a sujeição das massas ao jugo capitalista.

A grande maioria da população é contra a retirada de subsídios das tarifas do serviço público, rejeita a privatização de companhias aéreas, trens, aposentadorias, YPF (neste caso, é contra o Estado vender suas ações na empresa), defende a saúde e educação públicas. Essa é a tendência das massas que mostra que não há guinada para a direita, apesar do extraordinário trabalho que a mídia faz todos os dias, em todos os sentidos, para derrotá-la.

Os dois candidatos a presidente representam os interesses do grande capital nacional e estrangeiro. Eles reconhecem a dívida externa fraudulenta e prometem pagá-la entregando recursos naturais, potenciando a pilhagem. Ambos são favoráveis à continuidade do ajuste para alcançar o superávit fiscal. Vão manter a impunidade dos grandes empresários que roubaram o país. Ou, não foi essa a política de Massa do governo? Quais são as diferenças? Massa conta com o apoio da burocracia sindical que lhe garante o controle dos trabalhadores para que eles não se rebelam contra o desastre da economia, prometendo que o ajuste será gradual. Nenhuma confiança nos candidatos do grande capital!

A esquerda eleitoral teve um desempenho inferior em termos de votos, mas o que importa é que não fez campanha expondo a ditadura do capital, a democracia burguesa, a podridão do Congresso, a necessidade de expropriar os principais meios de produção. Não diz que o capitalismo não pode ser reformado, que suas instituições não podem ser reforçadas, que a revolução social é necessária. Não teve como capitalizar o cansaço de grande parte da população com esse regime. E poderá completar sua crise política se chama a votar em Massa ou a não votar em Milei, juntando-se à União Nacional proclamada por Massa.

Já sabemos o que os candidatos pretendem. Seu próximo governo será de crise. Já sabemos o papel servil da burocracia sindical. Precisamos debater como nos organizamos para sair a lutar imediatamente, não perder mais tempo, por salários e aposentadorias que atinjam pelo menos o custo da cesta familiar, contra todas as formas precárias de trabalho; por um trabalho genuíno para todos; por um plano de obras públicas sob controle dos trabalhadores; por orçamentos para saúde e educação suficientes para atender a todas as necessidades, por um único sistema nacional, estatal e gratuito de saúde e educação; pelo desconhecimento da dívida externa, pela nacionalização dos bancos e do comércio exterior, pela estatização de todas as empresas privatizadas.

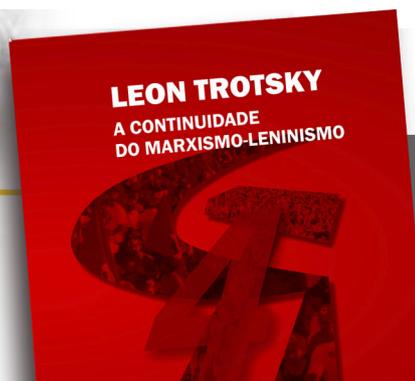
Para levar a cabo esta luta, é necessário nos tornar política e sindicalmente independentes, confiar exclusivamente em nossas próprias forças, em nossos métodos de luta, em nossa organização a partir das bases, em nossa própria política revolucionária, por isso nas próximas eleições ratificamos o chamado a anular o voto com estas ideias, pela revolução social, pelo comunismo. Não há outro voto útil que valha. Não votamos naqueles que defendem o capitalismo, naqueles que se submetem ao mandato do FMI e das multinacionais.

Publicado o livro:

**LEON TROTSKY**

**A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO**

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR

*O POR iniciou no jornal Massas 690 a publicação do folheto “A Guerra e a Internacional”, redigido por Trotsky, em outubro de 1914. Consta nesse número do Massas o prefácio do autor. A partir do jornal Massas 693, iniciamos a publicação dos capítulos. Agora, publicamos o VIII capítulo “Oportunismo Socialista”.*

*O objetivo de apresentar documentos históricos dessa natureza corresponde à crise mundial do capitalismo e à guerra na Ucrânia. O Partido Operário Revolucionário tem feito o máximo esforço por expressar e fundamentar a campanha internacionalista do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) pelo fim da guerra, que somente será resolvida por meio da luta do proletariado europeu e mundial. As posições do CERQUI têm exigido a fundamentação marxista do caráter da guerra e da questão da autodeterminação das nações oprimidas. As formulações programáticas de Lênin e Trotsky são a fonte que recorreremos por sua justeza teórica e pela comprovação prática da revolução proletária de 1917 na Rússia.*

## Oportunismo Socialista (Capítulo 8)



O Manifesto Comunista, escrito em 1847, fecha com as palavras: “Trabalhadores de todos os países, uni-vos!” Mas esse grito de guerra veio muito cedo para se tornar uma realidade. Na ordem do dia, estava a revolução burguesa de 1848. E nessa revolução o papel que coube aos próprios autores do Manifesto não foi o de líderes de um proletariado internacional, mas de lutadores da extrema esquerda da democracia nacional. A revolução de 1848 não resolveu nenhum dos problemas nacionais; apenas os revelou. A contra-revolução, junto com o grande desenvolvimento industrial que então ocorreu, rompeu o fio do desenvolvimento revolucionário. Mais uma década de paz transcorreu até que os antagonismos que haviam desaparecido com a revolução exigiram a intervenção das armas. Mas, desta vez, não eram as armas da revolução, saídas das mãos da burguesia, senão as da guerra que saíram da bainha das dinastias. As guerras de 1859, 1864, 1866 e 1870 criaram uma nova Itália e uma nova Alemanha. As castas feudais resolveram, ao seu modo, o que havia sido deixado em suspense pela revolução de 1848. A falência política da burguesia, que se expressou nessa histórica troca de papéis, se transformou no estímulo direto a um movimento proletário independente, baseado no rápido desenvolvimento do capitalismo.

Em 1863, Lassalle fundou o primeiro sindicato político da Alemanha.<sup>1</sup> Em 1864, a Primeira Internacional foi formada em Londres sob a orientação de Karl Marx.<sup>2</sup> A palavra de ordem final do Manifesto foi retomada e utilizada na primeira circular emitida pela Associação Internacional de Trabalhadores. É característico das tendências do movimento operário moderno que sua primeira organização teve caráter internacional. No entanto, esta organização foi uma antecipação das necessidades futuras do movimento, mais do que um verdadeiro instrumento de direção na luta de classes. Ainda havia um grande abismo entre o objetivo final da Internacional, a revolução comunista, e sua ativida-

de imediata, que assumiu, principalmente, a forma de co-operação internacional com o caótico movimento grevista dos trabalhadores em vários países. Até os fundadores da Internacional esperavam que a marcha revolucionária dos acontecimentos superasse muito em breve a contradição entre ideologia e prática. Enquanto o Conselho Geral dava dinheiro para ajudar os grupos grevistas na Inglaterra e no continente, se empenhava para harmonizar a conduta dos trabalhadores de todos os países no campo da política mundial. Mas, a base material era insuficiente para isto. A atividade da Primeira Internacional coincidiu com o desenvolvimento capitalista na Europa e na América do Norte. Apesar de sua importância doutrinária e educativa, as tentativas da Internacional de influir na política mundial devem ter mostrado mais claramente aos operários avançados de todos os países sua impotência diante do Estado nacional. A Comuna de Paris, que eclodiu como produto da guerra, foi a culminação da Primeira Internacional. Assim como o Manifesto Comunista foi a antecipação teórica do movimento operário moderno, e a Primeira Internacional foi a antecipação prática das associações internacionais de trabalhadores, a Comuna de Paris foi a antecipação revolucionária da ditadura do proletariado.

Mas apenas uma antecipação, nada mais! Demonstrou que é impossível para o proletariado derrubar a máquina do Estado e reconstruir a sociedade apenas com improvisações revolucionárias. Os Estados nacionais que emergiram das guerras criaram o único fundamento real para esta obra histórica, o fundamento nacional. Portanto, o proletariado primeiro teve de se auto educar. A Primeira Internacional cumpriu sua missão de berçário dos partidos socialistas nacionais. Após a Guerra Franco-Prussiana e a Comuna de Paris, a Internacional arrastou uma existência moribunda por mais alguns anos, e em 1872 foi transplantada para os Estados Unidos, para o qual várias experiências religiosas, sociais e outras haviam se transplantado antes, para morrer lá.

Começou então o período de prodigioso desenvolvimento capitalista, com base no Estado nacional. Para o

<sup>1</sup> A Associação Geral dos Trabalhadores da Alemanha

<sup>2</sup> Primeira Internacional (Associação Internacional dos Trabalhadores): Fundada em 1864, em Londres, e promovido principalmente por Marx e Engels. Politicamente era muito heterogênea, mas proporcionava tanto um quadro para a batalha ideológica contra as correntes reformistas e anarquista do movimento trabalhista. Em 1872 ocorreu a ruptura entre marxistas e bakuninistas. Realizou seu último congresso em 1876.

movimento operário, esse foi o período de lento acúmulo de força, de organização e de “possibilismo” político, ou oportunismo. Na Inglaterra, o tempestuoso período do carisma, o despertar revolucionário do proletariado inglês, esgotou-se completamente dez anos antes do nascimento da Primeira Internacional. Ali, aconteceram uma série de eventos: a revogação das Leis de Cereais (1846) e a subsequente prosperidade industrial que fez da Inglaterra a oficina do mundo, o estabelecimento da jornada de trabalho de dez horas (1847), o aumento da emigração da Irlanda para a América e a extensão do direito de voto para os operários das cidades (1867). Todas estas circunstâncias juntas, que melhoraram consideravelmente a situação das camadas superiores do proletariado, conduziram o movimento operário da Inglaterra para as pacíficas águas do sindicalismo e de suas políticas liberais que os complementavam.

Para o proletariado inglês, o irmão maior, o período do possibilismo, quer dizer, da adaptação consciente e planejada às formas econômicas legais e estatais do capitalismo nacional, começou inclusive antes da aparição da Internacional e vinte anos mais cedo que para os trabalhadores do continente. Se, no princípio, os grandes sindicatos ingleses aderiram à Internacional, foi apenas porque ela lhes dava proteção contra a importação de fura-greves que vinham da Europa, durante os conflitos salariais.<sup>3</sup>

Após a derrota sangrenta da Comuna, o movimento operário francês se recuperou lentamente sobre a base de um crescimento industrial atrasado e em meio à uma atmosfera nacionalista das mais revanchistas. Se desenvolveu adaptado ao marco social e político da república burguesa, oscilando entre uma negação anarquista do Estado e uma capitulação democrático-vulgar perante ele. Como Marx já havia previsto em 1870, o centro de gravidade do movimento socialista mudou para a Alemanha. Após a Guerra Franco-Prussiana, a Alemanha unificada entrou em uma era semelhante à que a Inglaterra havia atravessado nos vinte anos anteriores: florescimento do capitalismo, direito a voto, reconhecimento legal do socialismo e um nível de vida mais elevado para as camadas superiores do proletariado. Teoricamente, o movimento operário alemão marchava sob a bandeira do marxismo. Devido às condições da época, o marxismo não se tornou para o proletariado alemão na álgebra da revolução que fora no início, mas na expressão teórica da adaptação a um Estado capitalista nacional coroado com o capacete prussiano. O capitalismo, que alcançou um equilíbrio temporário, revolucionou continuamente a base econômica da vida nacional. Para preservar essa base, resultante da Guerra Franco-Prussiana, era necessário aumentar o exército permanente. A burguesia havia cedido todas suas posições políticas à monarquia feudal, mas se entrincheirara ainda mais energicamente em suas posições econômicas sob a proteção do Estado policial militar dos Hohenzollern. As principais características do último período, que abrange quarenta e cinco anos, são: o capitalismo vitorioso, o militarismo erguido sobre uma base capitalista, a reação política resultante da interpenetração das classes feudal e capitalista, a subversão da vida econômica e o abandono total dos métodos e das tradições revolucionárias na vida política.

Toda a atividade da social-democracia alemã consistiu

no despertar da consciência de classe dos operários atrasados mediante uma luta sistemática por suas necessidades mais imediatas, reagrupar as forças revolucionárias, aumentar o número dos seus membros, arrecadar fundos, desenvolver a imprensa e conquistar todas as posições possíveis, utilizá-las e expandi-las. Esta foi a grande obra histórica do começo da educação da classe “a-histórica”. Os grandes sindicatos centralizados da Alemanha se desenvolveram dependentes diretamente do desenvolvimento da indústria nacional, adaptando-se aos seus êxitos, dentro das fronteiras e nos mercados estrangeiros, controlando o preço das matérias primas e dos produtos manufaturados. Organizada segundo distritos eleitorais para se adaptar às leis e estendendo seus tentáculos em todas as cidades e comunidades rurais, a social-democracia construiu a peculiar estrutura da organização política do proletariado alemão com sua complicada hierarquia burocrática, seu milhão de contribuintes, seus quatro milhões de eleitores, seus noventa e um jornais e sessenta e cinco gráficas. Toda esta atividade multifacetada, de importância histórica incalculável, foi impregnada até o osso pelo espírito do possibilismo.

Em quarenta e cinco anos de história, o proletariado alemão nunca teve de remover um obstáculo por meio de uma luta impetuosa, nem capturar uma posição inimiga mediante um avanço revolucionário. Como resultado da relação de forças, ela foi obrigada a evitar obstáculos ou a adaptar-se a eles. Nisso, o marxismo como método de pensamento resultou ser um valioso instrumento como guia política. Mas, não pôde mudar o caráter “possibilista” dos movimentos operários tanto na Inglaterra como na França e na Alemanha. Apesar de toda a indiscutível superioridade da organização alemã, as táticas dos sindicatos eram praticamente as mesmas em Berlim e Londres. Sua principal conquista foi o sistema de acordos alfandegários. No campo político, a diferença era muito maior e mais profunda. Enquanto o proletariado inglês marchava sob a bandeira do liberalismo, os trabalhadores alemães formavam um partido independente com uma plataforma socialista. No entanto, no aspecto político, essa diferença não era tão grande, se comparadas às formas ideológicas e de organização.

Através da pressão que os trabalhadores ingleses exerciam sobre o Partido Liberal, eles conseguiram algumas vitórias no terreno político: a extensão do sufrágio, a liberdade de sindicalização e a legislação social. O proletariado alemão conquistou o mesmo e inclusive mais mediante seu partido independente, o qual teve de fundar devido à rápida capitulação do liberalismo alemão. E, no entanto, esse partido, que em princípio lutava pela conquista do poder, na verdade, se adaptou ao poder dominante para conseguir algumas reformas. Em outras palavras: devido à diferença de tradições históricas e condições políticas, o proletariado inglês adaptou-se ao Estado capitalista por meio do Partido Liberal; enquanto o proletariado alemão foi forçado a formar um partido próprio para alcançar os mesmos fins. Para ambos, o conteúdo da luta política tinha um caráter “possibilista” e limitado por condições históricas.

A semelhança desses dois fenômenos tão diferentes em suas formas aparece mais claramente no balanço do final do período. O proletariado inglês na luta para resolver seus

3 No verão de 1866, a British Railways tentou importar mão de obra belga barata. A Primeira Internacional comprometeu-se a acabar com os fura-greves.

problemas cotidianos foi forçado a formar um partido independente<sup>4</sup>, sem, no entanto, renunciar às suas tradições liberais; já o partido do proletariado alemão, quando a guerra lhe impôs uma escolha decisiva, deu uma resposta de acordo com o espírito nacional-liberal do partido trabalhista inglês.

O marxismo, é claro, não era apenas algo acidental ou insignificante no movimento operário alemão. No entanto, seria equivocado deduzir o caráter revolucionário da socialdemocracia partindo de sua ideologia marxista oficial. A ideologia é um fator importante, mas não decisivo na política. Seu papel está a serviço da política. A profunda contradição entre uma classe revolucionária que está despertando e o Estado feudal-reacionário exigia uma ideologia intransigente que dirigisse todo o movimento para o objetivo da revolução social. Como as condições históricas exigiam uma tática “possibilista”, a intransigência de classe do proletariado encontrou expressão nas fórmulas revolucionárias do marxismo. Na teoria, o marxismo reconciliou com perfeito sucesso a contradição entre reforma e revolução. No entanto, o processo de desenvolvimento histórico é algo muito mais complicado do que teorizar no reino do pensamento puro. A classe que tem potencialidade revolucionária teve de adaptar-se, durante várias décadas, aos métodos do Estado militar-policia da monarquia, baseado no pujante desenvolvimento capitalista do país. No decorrer desse período, criou uma organização de milhões de membros e educou uma burocracia operária que dirigia todo o movimento. Sua ideia oficial, o marxismo, antecipou o caráter revolucionário do movimento futuro; mas isso não elimina tudo que dissemos e suas consequências. Somente a ideologia mais ingênua poderia dar a essa previsão o mesmo lugar que dá às realidades políticas do movimento operário alemão.

Os revisionistas alemães nasceram da contradição entre a prática reformista do partido e sua teoria revolucionária. Eles não entenderam que essa contradição estava condicionada por circunstâncias temporárias, ainda que duradouras, e que só seria superada pelo desenvolvimento social posterior. Para eles, era uma contradição lógica. O erro dos revisionistas não foi confirmarem o caráter reformista das táticas do partido, mas querer levar o reformismo à teoria para perpetuá-lo e transformá-lo no único método da luta de classes do proletariado. Os revisionistas não levaram em conta as tendências objetivas do desenvolvimento capitalista, que ao aprofundar as diferenças de classe deviam levar a Revolução Social como o único caminho para a emancipação do proletariado. O marxismo emergiu dessa disputa teórica com o revisionismo como o vencedor em toda a linha. Mas o Revisionismo, embora derrotado no campo da teoria, continuou existindo e sustentando-se na prática e na psicologia do movimento. O fato de o revisionismo ter sido refutado como teoria não significou que fosse derrotado tática e psicologicamente. Os parlamentares, os sindicalistas, os funcionários do partido continuaram vivendo num clima de possibilismo e estreiteza nacionalista. O reformismo

deixou sua marca até mesmo na mente de August Bebel, o maior representante desse período.

O espírito possibilista impregnou a geração de operários alemães que ingressou ao partido na década de 1880, na época de Bismarck, das leis anti-socialistas e o desencadeamento da reação que oprimiu toda a Europa. Sem o zelo apostólico da geração ligada à I Internacional, teve de afrontar desde seus primeiros passos os obstáculos impostos pelo imperialismo vitorioso. Essa geração se viu obrigada a se adaptar às restrições e ciladas das leis antissocialistas, e se educou no espírito da moderação e desconfiança constitucional da revolução. São agora pessoas de cinquenta a sessenta anos, e são as que estão à frente dos sindicatos e das organizações políticas. O reformismo é sua psicologia política, e talvez também sua doutrina. A transição gradual para o socialismo – que é a base do revisionismo – provou ser o sonho utópico miserável diante da realidade do desenvolvimento capitalista. Mas, a transição política gradativa da socialdemocracia em direção à sua inserção nos mecanismos do Estado nacional se transformou numa trágica realidade para toda essa geração.

A Revolução Russa de 1905 foi o primeiro grande evento a trazer um novo sopro à atmosfera estagnada da Europa nos trinta e cinco anos desde a Comuna de Paris. O rápido desenvolvimento da classe operária russa e a inesperada força de sua atividade revolucionária causaram grande impressão em todo o mundo civilizado e deram um ímpeto em toda parte ao aguçamento das divergências políticas. Na Inglaterra, a Revolução Russa acelerou a formação de um partido operário independente. Na Áustria, graças a circunstâncias excepcionais, levou à conquista do sufrágio universal masculino. Na França, o eco da Revolução Russa assumiu a forma do sindicalismo<sup>5</sup>, que deu expressão às tendências revolucionárias do proletariado francês que estava acordando, ainda que sob uma forma prática e teórica inadequada. E, na Alemanha, a influência da Revolução Russa se manifestou no fortalecimento da jovem ala esquerda do partido, na sua aliança com a ala do centro que dirigia a socialdemocracia, e no isolamento do revisionismo. O direito ao voto na Prússia, o baluarte da posição política dos junkers, assumiu um tom mais agudo. O partido adotou em princípio o método revolucionário da greve geral. Mas, a pesar de toda essa agitação, não se encaminhou para uma ofensiva política. De acordo com a sua tradição, a virada para o radicalismo se expressou na discussão e redação de resoluções. Não passou disso.

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

**SOCIALISMO  
OU BARBARIE**

A Revolução  
Proletária na  
época do capitalismo  
em decomposição



O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

4 O Partido Trabalhista, baseado nos sindicatos, fundado em 1900. Este partido não se reivindicava socialista e não pertencia à Segunda Internacional.

5 Se refere à corrente conhecida como sindicalismo revolucionário, nascida na França e inspirada nas ideias de Georges Sorel.